



Flávia Abido Alves

**Da Derrota da Dialética ao Trabalho da Multidão:
uma análise do pensamento de Antonio Negri na virada
dos anos 1970 – 1990**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em Direito do Departamento de Direito da
PUC-Rio

Orientador: Prof. Adriano Pilatti

Rio de Janeiro
Agosto de 2017



Flávia Ábido Alves

**Da Derrota da Dialética ao Trabalho da
Multidão:**

**uma análise do pensamento de Antonio Negri na
virada dos anos 1970 – 1990**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em Direito do Departamento de Direito da
PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora
abaixo assinada.

Prof. Adriano Pilatti

Orientador

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Rodrigo Guimarães Nunes

Departamento de Filosofia - PUC-Rio

Prof. Giuseppe Mario Cocco

UFRJ

Prof. Augusto César Pinheiro da Silva

Vice-Decano Setorial de Pós-Graduação do

Centro de Ciências Sociais - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 11 de Agosto de 2017.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Flávia Ábido Alves

Graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1996. Promotora de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro desde 1998. Principais áreas de interesse são teoria política e filosofia contemporânea.

Ficha Catalográfica

Alves, Flávia Ábido

Da Derrota da Dialética ao Trabalho da Multidão: uma análise do pensamento de Antonio Negri na virada dos anos 1970 - 1990 / Flávia Ábido Alves; orientador: Adriano Pilatti – 2017.

124 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2017.

Inclui Referências bibliográficas

1. Direito – Teses. 2. Crise. 3. Capitalismo. 4. Dialética. 5. Subsunção Real. 6. Antagonismo. 7. Multidão. 8. Comunismo. I. Pilatti, Adriano. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512000/CA

Para Claudinha

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Adriano Pilatti, a quem admiro profundamente, o meu maior agradecimento pela “desorientação” através dos caminhos de Toni Negri. Agradeço, também, pela paciência e pelas demonstrações de confiança durante o último ano, mesmo nos momentos de maior dificuldade. As lições aprendidas desbordam os estreitos limites deste trabalho e tornam muito mais potentes todas as dimensões da minha vida.

Ao professor Mauricio Rocha, pelas maravilhosas leituras de Deleuze, pelos livros emprestados, pelas cervejas depois das aulas e, sobretudo, por ter me apresentado a filosofia alegre de Spinoza.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Direito da Pós-Graduação da PUC-Rio, pelos ensinamentos e pelo apoio fundamental durante todo o Mestrado.

Ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que, em nítida demonstração de apoio ao aprimoramento profissional e, principalmente, de reconhecimento da importância do desenvolvimento do senso crítico dos Membros do MPRJ, autorizou o meu afastamento no último mês para que pudesse concluir esta dissertação.

À CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios e bolsas que tornaram possível esta empreitada.

Às amigas Glória, Lilia, Renata e Juliana, pelo incentivo e pelas conversas sempre estimulantes. À Lilia devo não só ter lançado, numa conversa na Lapa, a “sementinha” da ideia do mestrado “tardio”, como também o apoio necessário no dia a dia da Promotoria.

À turma *Amor y Juego*, pelas alegres lembranças das aulas, conversas, festas, churrascos, brincadeiras e, especialmente, pelas amizades que daqui em diante já fazem parte importante da minha vida.

Resumo

Alves, Flávia Abido; Pilatti, Adriano. **Da Derrota da Dialética ao Trabalho da Multidão: uma análise do pensamento de Antonio Negri na virada dos anos 1970 - 1990**. Rio de Janeiro, 2017.124p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O objetivo desta dissertação é apresentar, dentro de um período da obra de Antonio Negri contextualizado pelas várias dimensões de uma crise vivenciada na transição ao capitalismo avançado, o movimento no sentido de elaboração de uma ontologia constitutiva que culminou na proposição de novas alternativas às práticas constituintes de massa, em substituição ao comunismo já desgastado pela dialética socialista e pelos efeitos deletérios do stalinismo. É numa época de crise e de derrota, tanto pessoal – infligida pela dor e pela injustiça dos mais de quatro anos do primeiro período de prisão amargados em razão da intensificação de sua atividade militante no movimento operário autônomo italiano – quanto coletiva – determinada pela restauração da transcendência do capital sobre o trabalho que marcou o processo de passagem para a subsunção real da vida pelo capital – que Negri intensifica a sua imersão teórica no pensamento que constitui a alternativa radical à modernidade hegemônica representada pela linha transcendente e idealista, visando à construção de uma ontologia constitutiva que pudesse expandir a vocação revolucionária numa direção afirmativa. Todo o período pode ser compreendido como uma reflexão sobre a derrota e sobre como a partir dela é possível alçar-se a algo novo. Para um marxista como Negri trata-se de, sob a inspiração de Maquiavel, da figura bíblica de Jó e, principalmente, de Spinoza, refletir sobre as possibilidades de uma revolução que, para além da já desgastada e enrijecida tradição do pensamento revolucionário, e tendo sempre a luta de classes como história subjacente, possa ultrapassar o horizonte de indiferença imposto pela racionalidade instrumental da modernidade em direção a um pensamento que aposta na potência das forças produtivas e na possibilidade de que a multiplicidade se constitua como singularidade e força ordenadora, numa relação sempre aberta entre sujeito e procedimento constituinte.

Palavras-chave

Crise; Capitalismo; Dialética; Subsunção Real; Antagonismo; Multidão; Comunismo.

Abstract

Alves, Flávia Abido; Pilatti, Adriano (Advisor). **From the defeat of the dialectics to the work of the multitude: an analysis of Antonio Negri's thinking at the turn of the 1970s.** Rio de Janeiro, 2017. 124p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The purpose of this paper is to present, within a period of the work of Antonio Negri contextualized by the various dimensions of a crisis experienced in the transition to advanced capitalism, the movement towards the elaboration of a constitutive ontology that culminated in the proposition of new alternatives to the constituent practices of mass, replacing the communism already worn by the socialist dialectic and by the deleterious effects of Stalinism. It is in a time of crisis and defeat, both personal – inflicted by the pain and injustice of more than four years of the first prison term due to the intensification of his militant activity in the Italian autonomous workers' movement – as collective – determined by the restoration of transcendence of capital over labor that marked the process of transition to the real subsumption of life by capital – that Negri intensifies his theoretical immersion in the thought that constitutes the radical alternative to the hegemonic modernity represented by the transcendent and idealist line, aiming at the construction of a constitutive ontology that could expand the revolutionary vocation in an affirmative direction. The whole period can be understood as a reflection on defeat and on how it is possible to rise to something new. For a Marxist like Negri it is a question of, under the inspiration of Machiavelli, the biblical figure of Job, and mainly of Spinoza, reflecting on the possibilities of a revolution which, beyond the already worn and rigid tradition of revolutionary thought, and always having the class struggle as underlying history, can overcome the horizon of indifference imposed by the instrumental rationality of modernity towards a thought that bets on the power of the productive forces and on the possibility that multiplicity is constituted as uniqueness and ordering force in a always open relationship between subject and constituent procedure.

Keywords

Crisis; Capitalism; Dialectics; Real Subsumption; Antagonism; Multitude; Communism.

Sumário

1	Introdução	10
2	O Sentido da Crise	18
2.1	A Modernidade como Crise	18
2.2	1968 e a reabertura do ciclo das revoluções	34
2.3	Os anos 1970 na Itália e a derrota	44
2.4	A subsunção real do trabalho e da vida no capital e a crise da medida de valor	61
3	Perspectivismo Revolucionário	74
3.1	Negri além de Marx	74
3.2	O tempo constituinte:	86
3.3	Com Spinoza para além da dialética	91
3.4	Potência e Poder Constituinte	112
4	Conclusão	116
5	Referências bibliográficas	122

“Lo que interessa subrayar en todo análisis histórico no es la intensidad o la locura del dominio, sino la fuerza de las resistências.”

Antonio Negri, *Goodbye Mr. Socialism*.

“É pela aproximação amorosa, pelo ato de acariciar com devoção sagrada – amor, eu diria – as pedrinhas miúdas, que me ilumino no mundo. (...). O resto são as coisas e pessoas poderosas – inimigas dos rios e das ruas – e suas irrelevâncias.”

Luiz Antonio Simas, *Pedrinhas Miudinhas*.

1 Introdução

O objetivo desta dissertação é apresentar, dentro de um período da obra de Antonio Negri contextualizado pelas várias dimensões de uma crise vivenciada na transição ao capitalismo avançado, o movimento no sentido de elaboração de uma ontologia constitutiva que culminou na proposição de novas alternativas às práticas constituintes de massa, em substituição ao comunismo já desgastado pela dialética socialista e pelos efeitos deletérios do stalinismo. O período, que se inicia em meados dos anos 1970, foi de importância crucial na gênese e na robustez teórica de conceitos desenvolvidos posteriormente na trilogia com Michael Hardt, sendo o seu produto mais imediato a elaboração de um conceito de poder constituinte concebido com tal radicalidade que extrapola o âmbito jurídico-político para se firmar como categoria da ontologia.

Antonio Negri inicia seu *O Poder Constituinte: Ensaio sobre as alternativas da modernidade* – obra em que reflete sobre a termidorização dos processos revolucionários que ao mesmo tempo atacaram e deram forma ao Estado moderno ocidental – com a constatação da crise do poder constituinte, presente na permanente tensão entre sua onipotência e expansividade, de um lado e, de outro, a necessidade de sua contenção, expondo, em seguida, as soluções propostas pela ciência jurídica e pelo constitucionalismo para a superação dessa crise. No entanto, tais soluções de síntese e mediação entre poder constituinte e poder constituído, que desde a modernidade lançada por Descartes espalharam-se como o projeto vitorioso na constituição da sociedade capitalista e burguesa, operam sob a necessidade de remover a dimensão coletiva e a autonomia produtiva do tempo e resultam, todas, na neutralização da potência do poder constituinte, na sua mistificação e na opção pelo poder limitado em detrimento do governo absoluto da multidão. Importante aqui destacar que, para Negri, “absoluto” não se refere a qualquer forma de absolutismo, mas à permanente abertura do processo de criação.

A crise do conceito de poder constituinte, tal como esboçada por Negri, está inscrita na própria modernidade como crise, quero dizer, enquanto tensão entre um pensamento totalizador legitimado pela grande metafísica, apoiado na transcendência que isola a potência social da esfera política e subjuga a criatividade individual e coletiva à racionalidade instrumental do modo de produção capitalista, e as contradições que se manifestam na impossibilidade dessa lógica, que reduz a zero o mundo da vida, deter a incomensurabilidade daquela potência produtiva social. Cuida-se, portanto, de crise revelada no próprio nascimento e desenvolvimento do capitalismo entre a *virtù* e a *fortuna*, entre *potentia* e *potestas*, entre o trabalho vivo e o trabalho morto, em suma, entre a potência produtiva da sociedade e a necessidade de legitimação do Estado, que deixou para trás o aspecto inovador e construtivo do projeto humanista. Nas palavras de Negri, “a lógica moderna é uma lógica linear que reconduz a multidão dos sujeitos à unidade e controla a sua diversidade por meio da dialética.”

Mas, principalmente a partir do final dos anos 1970, a crise se instala também nos partidos e sindicatos socialistas e movimento operário oficial em geral. Negri então explica que o problema não é a crise, que está sempre presente na natureza de tais movimentos forjados nas lutas e contradições. O problema se refere à dificuldade de o movimento operário captar a crise positivamente, conectando a crítica do capitalismo e do Estado burguês à crítica dos desvios da ditadura do proletariado e a uma hipótese criativa sobre as práticas constituintes da multidão.

Pode-se dizer que toda a obra de Negri é permeada pelo movimento de identificação de uma crise que interrompe a linearidade de um sistema filosófico para lançar o pensamento na busca de uma resolução construtiva e aberta, ao invés de dialética e teleológica¹. É por esse motivo que, ao invés de propor qualquer síntese, Negri reflete sobre a necessidade de se assumir a crise do conceito para, a partir dela, buscar-se a verdadeira natureza do poder constituinte e novos

¹ Trata-se de uma característica identificada por Pierre Macherey, à qual se reporta Timothy Murphy na introdução do segundo volume da coletânea dedicada a Antonio Negri “*The Philosophy of Antonio Negri. Revolution in Theory*”. Edição de Timothy S. Murphy e Abdul-Karim Mustapha. Londres, Pluto Press, 2007, p. 2. Por ter enfeixado com extrema habilidade todos os temas e preocupações que levanto nesta dissertação, principalmente ao longo do livro *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*, Murphy será utilizado ao longo de todo o trabalho como uma das principais referências de pesquisa.

fundamentos para a prática revolucionária. Para tanto, apoia-se na tradição metafísica alternativa àquela linha hegemônica que não encerra a potência numa operação dialética mas, ao contrário, mantém aberta a relação constitutiva ao movimento contínuo do desejo, o que impede que essa potência se transforme em poder (soberania) e a multidão em totalidade.

É numa época de crise e de derrota, tanto pessoal – infligida pela dor e pela injustiça dos mais de quatro anos do primeiro período de prisão amargados em razão da intensificação de sua atividade militante no movimento operário autônomo italiano – quanto coletiva – determinada pela restauração da transcendência do capital sobre o trabalho que marcou o processo de passagem para a subsunção real da vida pelo capital – que Negri intensifica a sua imersão teórica no pensamento que constitui a alternativa radical àquela modernidade hegemônica, visando à construção de uma ontologia constitutiva que pudesse expandir a vocação revolucionária numa direção afirmativa. Esse esforço vai levá-lo, em período posterior, ao desenvolvimento das suas concepções próprias de poder constituinte e multidão. Todo o período pode ser compreendido como uma reflexão sobre a derrota e sobre como a partir dela é possível alçar-se a algo novo. A chave de compreensão desse processo pode ser encontrada na célebre sentença: “É preciso reconhecer a derrota sem se sentir derrotado.” Para um marxista como Negri trata-se de, sob a inspiração de Maquiavel, Spinoza e, também, da figura bíblica de Jó, refletir sobre as possibilidades de uma revolução que, para além da já desgastada e enrijecida tradição do pensamento revolucionário, e tendo sempre a luta de classes como história subjacente, possa ultrapassar o horizonte de indiferença imposto pela racionalidade instrumental da modernidade e abarcar o projeto de refundação racional do mundo e o desenvolvimento da resistência coletiva aos novos paradigmas do poder capitalista. Se pensar o novo e as possibilidades de uma prática revolucionária sobre o vazio de todas as condições significa pensar com o corpo, a prisão e a derrota de Negri, ao colocarem cérebro em contato com corpo na reivindicação de sua resistência, libertaram-no dos resquícios idealistas para pensar um projeto de comunismo que trilhasse a via real do materialismo.²

² NEGRI, Antonio. *Jó, a força do escravo*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, Record, 2007, p. 11.

“A prisão, seu ritmo, ... não nos deixam tempo porque dissolvem o tempo: essa é a forma principal da pena no regime capitalista.” Tais palavras, escritas no prefácio de *A Anomalia Selvagem. Poder e potência em Spinoza*, expressam a espacialização do tempo imposta pelo capital. Este reduz o trabalho a uma substância homogênea para transformá-lo em unidade mensurável e, com a exacerbação do antagonismo no nível da subsunção real, revela um projeto de destruição total que impõe questionamentos à razão instrumental. Porém, se na subsunção real o capital subsume o tempo da existência, destruindo o tempo como medida ele também nos retorna o tempo como substância coletiva. Imediatamente esse tempo coletivo nos é apresentado dentro de dois horizontes: aquele do tempo fechado da legitimação e do equilíbrio buscado na mediação e aquele do tempo aberto, múltiplo, produtivo e constitutivo. Por outras palavras, o deslocamento operado na subsunção real do trabalho no capital e da sociedade no Estado nos revela a assimetria do tempo do comando e do tempo da liberação, assimetria de duas temporalidades irreduzíveis e cujo antagonismo conduz a uma explosão dessa relação. “Começamos do conceito de subsunção como crise, de socialismo como deslocamento antagônico. Se existe uma revolução ela acontece na forma de antagonismo e não certamente na forma de uma utopia linear.” O esforço de Negri no período é então, sob uma perspectiva materialista, o de recuperar o tempo e o espaço da resistência e da revolução, sua pluralidade multidirecional, que foram dominados pelo capital e sua dialética.

A medida se constrói como atividade do poder na mesma proporção em que ocorre a des-ontologização do tempo. O estudo materialista sobre o tempo – *La Costituzione del tempo. Prolegomeni*, no original – tem importância fundamental ao identificar uma matriz que dota o tempo de espessura ontológica, e o antagonismo nele identificado funciona como chave para abrir algumas das portas que tinham sido fechadas pela crise da teoria marxiana do valor. Assim, o trabalho permeia a obra de Negri no período, estendendo-se na análise da distinção entre *virtú* e *fortuna* em Maquiavel, *potentia* e *potestas* em Spinoza e também na concretude da dor de Jó que é a base da sua vontade de potência, mas, sobretudo, na obra revisionária sobre as revoluções modernas – *O Poder Constituinte – Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. “Poder constituinte e poder constituído expressam diferentes temporalidades – essencialmente as

mesmas temporalidades antagônicas que Negri teorizou na *Constituição do Tempo*³, o tempo do comando e o tempo da liberação da exploração.

Assim como a medida impõe a dialética da relação entre trabalho e capital, ela faz o mesmo na relação entre Jó e Deus. Entretanto, quando o capitalismo e a prática do poder se dão conta da insustentabilidade e da irreversibilidade do antagonismo na subsunção real, a única forma que capital e poder dispõem para lidar com a inovação e o antagonismo é anulando-os, tratando-os como morte. A intervenção de Negri sobre o livro de Jó traz à luz importantes reflexões sobre as mudanças ocorridas na natureza do trabalho na sociedade contemporânea e a crise do valor e da medida que delas resultou, imposta como resposta e reestruturação do capital. Para Negri, o livro de Jó é a “descoberta fenomenológica e a declaração metafísica do desastre ao qual a coerência da razão instrumental conduz.”⁴

A crise do valor como desmedida do poder opera o deslocamento do plano metafísico para aquele da potência e da criação, e é nesse campo de total imanência, com recusa de toda e qualquer mediação, representada pelos argumentos dos interlocutores de Jó, que se dá o corpo a corpo de Jó com Deus. A crise do valor nos colocou diante da alternativa entre a continuidade da determinação irracional do poder – num mundo onde já não existe a justa medida, essa determinação do poder cumpre as funções da razão para restabelecer a medida de valor, a ordem da retribuição, etc, porém tudo é arbitrário e resulta numa operação de força – e a descontinuidade criativa do sistema da potência. O Jó de Negri, longe de apresentar-se como uma teodiceia, mostra a experiência ética da dor que, na resistência mas, sobretudo, na proposição inovadora, se abre para a definição do verdadeiro. A resistência de Jó é ontológica porque se produz no vazio da totalidade da dominação, é assim o tecido ontológico que o comunismo produz contra a totalidade do comando. Jó é o trabalho vivo que se transforma em valor, poder constituinte que trava uma batalha contra um Deus que perdeu todas as referências de legitimação e justiça e, ao contrário, se torna

³ MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*, Cambridge, Polity Press, 2012, p. 154.

⁴ NEGRI, Antonio. *Jó, a força do escravo*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, Record, 2007, p. 29.

um poder despótico. A redenção de Jó acontece com a visão do Messias, a quem Negri atribui uma importante dimensão materialista.

Negri afirma que Spinoza começa onde Jó termina: Spinoza começa vendo Deus. “O livro de Jó descreve o caminho da reconstrução de um mundo ético depois de ter desconstruído a fé na justiça de Deus, e a *Ética* de Spinoza constrói a salvação do homem depois de dissolver qualquer ilusão teológica e de mostrá-las como horrenda ignorância.”⁵

No retorno a Spinoza, Negri constrói a figura de um humanista que perpetua o sonho revolucionário do humanismo, evoluindo da utopia panteísta a uma desutopia ética que ele traduz como a projeção no futuro de uma esperança nos movimentos de luta. Para tanto, Negri precisa desconstruir uma longa tradição filosófica que insere Spinoza como defensor da concepção burguesa de Estado e da liberdade econômica, sustentando que há dois Spinozas: o primeiro apoiado pela doutrina liberal que, após negar a Deus qualquer transcendência e identificá-lo como o poder causal eficiente na natureza recai, contudo, num dualismo hierárquico ao recorrer ao idealismo neoplatônico como solução para as inconsistências verificadas na prática; e um segundo Spinoza, tecido a partir de um engajamento com a política, que restabelece ligações com o humanismo construtivista da Renascença e o pensamento político de Maquiavel, notadamente quanto à imbricação democrática, radical e ontológica, sempre aberta, da potência com a multidão, imbricação sempre negada pela tradição judaico-cristã, pelo jusnaturalismo e pelo contratualismo.

No que chama de cesura do sistema spinozano, que ocorre entre a primeira e a segunda camadas da *Ética*, ou seja, quando Spinoza se debruça sobre o campo político no *Tratado Teológico-político*, ocorre uma refundação da metafísica e a atividade da imaginação conquista um estatuto ontológico de consolidação e produção do mundo. Na primeira camada da *Ética* havia sido colocado o paradoxo da co-presença do absoluto divino e do absoluto modal. O que se tem agora é a negação de qualquer referência à mediação para dar conta desse paradoxo.

⁵ NEGRI, Antonio. *Jó, a força do escravo*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, Record, 2007, p. 27.

O Spinoza da segunda fundação serve à Negri como ligação crítica entre Maquiavel e Marx, dando continuidade ao sonho revolucionário do humanismo ao não trair o discurso radical da virtude construtiva moderna e da primazia das forças produtivas em favor da forma acumulativa do capitalismo então emergente. Spinoza nega qualquer dialética ao negar a relação *constituição-mediação*. Ao revés, coloca o problema da democracia no terreno do materialismo ao afirmar a relação *constituição-produção* como a sua base.

A distinção entre *potestas* e *potentia* que Negri localiza em Spinoza, junto com a distinção maquiaveliana entre fortuna e virtude e a distinção marxista entre capital como trabalho morto e o trabalho vivo do proletariado formam a base da distinção negriana entre poder constituído e poder constituinte. O caminho de uma ontologia constitutiva que reconduziu o tempo à potência e a potência à multidão levou Negri da crise do poder constituinte ao conceito de poder constituinte como crise, moldado na irredutibilidade do seu antagonismo com o poder constituído e como forma política da desutopia de um projeto materialista prático.

Porque esse percurso é fortemente inspirado na Revolução Humanista do Renascimento e marcado pelo bloqueio imposto pela Contra-Reforma ao seu projeto mais radical, após estas considerações iniciais mostrarei no capítulo *O sentido da crise e da derrota* essas duas modernidades antagônicas e como o triunfo da linha transcendente protagonizada por Descartes e Hegel deu forma constitucional ao Estado capitalista moderno.

A exposição sobre o sentido da crise prossegue, então, com a contextualização propriamente dita do período caracterizado pela transição ao capitalismo avançado e a reestruturação de seu comando no processo da subsunção real da vida pelo capital. Aqui, as contradições subjacentes às relações de produção se exacerbam na forma de um antagonismo que se estende a todo o campo social, penetrando nos mecanismos da reprodução e circulação do capital. A reestruturação das funções tradicionais do Estado se caracteriza pelo *tempo do capital*, que traduz toda a vida em termos de troca e operações de quantificação econômica e de comando político, e pelo *terror*, que aniquila tudo o que se recusa à sua lógica. Entretanto, aos esforços do capital para impor o seu comando sobre as forças produtivas corresponde a resistência destas que acabam por criar seus

próprios circuitos de valorização. O embate desloca o seu campo, da produção para o da reprodução – da vida, dos desejos, da potência. Será mostrado como os levantes de 1968, que na Itália de Antonio Negri se estenderam por mais uma década, representaram na visão do autor a reabertura do ciclo revolucionário, com a tomada de consciência da subordinação do tempo da vida pelo tempo da produção social, e de que os sucessivos pactos e contratos sociais ao longo da história não eliminaram as contradições antagônicas dos sistemas capitalistas e socialistas ainda presos aos antigos esquemas de produção e representação.

O capítulo seguinte – *Perspectivismo revolucionário* – começa mostrando como o resgate do Marx dos *Grundrisse* permitiu a Negri encontrar a alavanca de uma teoria antagônica do capital, uma teoria da exploração social que começou a preparar o terreno para o desenvolvimento de um projeto de subjetividade revolucionária que seria retomado na prisão, principalmente com a leitura de Spinoza: aquele da “revolução feita por baixo”, com a destruição e a desmistificação de qualquer autonomia política que pudesse se destacar do movimento real e do plano metafísico da potência.

Após uma breve incursão na teoria das temporalidades irredutivelmente antagônicas, desenvolvida por Negri em *Time for Revolution (La Costituzione del tempo. Prolegomeni, no original)*, o capítulo se conclui com o aprofundamento da contribuição de Spinoza na superação da dialética e no desenvolvimento da ontologia constitutiva que levou Negri a superar o projeto de racionalidade moderna em direção a um pensamento que aposta na potência das forças produtivas e na possibilidade de que a multiplicidade se constitua como singularidade e força ordenadora, numa relação sempre aberta entre sujeito e procedimento constituinte.

2 O Sentido da Crise

2.1 A Modernidade como Crise

O tema do Humanismo Renascentista está presente em toda a obra de Antonio Negri, seja como postulação negativa para a crítica e desenvolvimento de estratégias de luta contra o Estado burguês, seja, ao contrário, e dentro do tema que concerne a este trabalho, concebido como ponto de partida para um projeto afirmativo de reconstrução do sujeito revolucionário e de uma racionalidade alternativa ao projeto vitorioso representado pela grande tradição metafísica da modernidade. Num e noutro caso, contudo, mesmo quando ainda imerso na tradição metafísica idealista, sobretudo a de Descartes e Hegel, o grande desafio de Negri sempre foi o de explicar o funcionamento de uma lógica dual que, ao mesmo tempo em que postulava resolver as contradições sociais, continha um terceiro elemento reprimido com potencial para se liberar e desestabilizar a polaridade original. O nome dado por Negri a essa “dialética desencantada” é *antagonismo*, um conflito de forças históricas que excede e resiste à resolução dialética. O terceiro excluído subjacente a essa operação pode ser, como o apresentará o autor em sua jornada teórica, o trabalho vivo, o operário social ou a multidão.⁶

A abordagem construtivista do Renascimento feita por Negri caracteriza-se pelo resgate da promessa não realizada de sua revolução a partir da redescoberta do plano de imanência, da liberdade e da capacidade humana de construção e invenção, e tem como premissa a compreensão da política como a capacidade de determinar o tempo, compreendê-la como tempo do antagonismo e da organização direta dos conflitos, sem o artifício mistificador da mediação. Com efeito, a tese de Negri sobre as duas modernidades tem origem no antagonismo maquiaveliano entre *virtù* e *fortuna* como dois instrumentos diversos de intervenção no tempo.

⁶ MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*, Cambridge, Polity Press, 2012, pp. 8-9.

Maquiavel não usa o termo revolução, mas emprega o termo *mutatio* para designar a insurgência construtiva e inovativa da virtude contra a estabilidade da acumulação repetitiva imposta pela fortuna.⁷ Esse antagonismo apresenta uma linha descendente em Spinoza e Marx, e está no centro da perspectiva que dominou o trabalho de Negri a partir dos anos 1970. Consiste em compreender a modernidade não como uma representação dada e acabada num processo de desenvolvimento linear (determinado pelo poder e pelo capital), mas como o produto de uma crise, ou seja, de um conflito persistente e não resolúvel entre forças históricas imanentes, construtivas e criadoras e o poder transcendente à procura da restauração da unidade e da ordem.

A Revolução Renascentista ocorrida na Europa entre os séculos XIII e XVII, conduzida por gerações que haviam herdado uma concepção dual de mundo, de sociedade e de humanidade condicionada por limitações metafísicas, sociais e políticas impostas por ideologias transcendentais, rompeu essas amarras para propor às gerações futuras o ser como terreno imanente de conhecimento e de ação⁸, carreando inovações nos campos mais variados da política, da ciência, da arte, da filosofia e da teologia. No entendimento de Negri e Michael Hardt, nas bases dessa revolução e como sua mola propulsora está a descoberta do plano de imanência a afirmar os poderes *deste* mundo, evento do qual o processo de secularização que negou a autoridade divina e transcendente sobre os negócios mundanos, apesar de sua importância, foi um mero sintoma. A descoberta da plenitude do plano de imanência revolucionou a Europa e trouxe para a terra os poderes de criação que antes eram atribuídos exclusivamente a Deus. Como afirmam Negri e Hardt, “na cena do nascimento da modernidade europeia, a humanidade descobriu seu poder no mundo e integrou essa dignidade a uma nova consciência de razão e potencialidade.”⁹

No campo político, a velha ordem feudal foi derrubada e a transcendência medieval deu lugar a uma nova concepção de poder e de liberação, num processo de refundação da autoridade a partir de um universal humano e pela ação de uma

⁷ MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*, Cambridge, Polity Press, 2012, p. 154.

⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas, Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 89.

⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas, Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 89.

multidão de singularidades, que determinou uma mudança paradigmática e irreversível em seu modo de vida.¹⁰ “Essa modernidade destrói suas relações com o passado e declara a imanência do novo paradigma do mundo e da vida. Desenvolve conhecimento e ação como experiência científica e define uma tendência à política democrática, colocando humanidade e desejo no centro da história.”¹¹

Na visão de Negri o pensamento de Maquiavel – o conjunto de sua problemática pensada a partir da questão da mutação absoluta que a Itália vivenciou nos séculos XV e XVI – traduz com perfeição o humanismo da Renascença italiana, constituindo referência fundamental para o pensamento crítico da Renascença que ocorre naquela dimensão de consciência de destruição do velho mundo e vontade de construção de um mundo novo.

Louis Althusser disse que Maquiavel é só. E tal solidão se atribui ao caráter insólito do seu pensamento, ao fato de que, apesar de todas as disputas incessantes sobre o seu pensamento ao longo da história, nunca de fato se tocou no ponto de sua originalidade. Além disso, o pensamento de Maquiavel ocupou um lugar único e precário na história do pensamento político, entre uma longa tradição moralizante religiosa e idealista, que ele recusou radicalmente, e a nova tradição da filosofia política do direito natural, que tudo submergiu e na qual a então nascente burguesia se reconheceu.¹²

Para se tocar o pensamento de Maquiavel e a sua originalidade, diz Althusser, é preciso antes dissipar a forma clássica de seu enigma. Ou seja, a sua questão política não é defender a monarquia ou a república como *faits accomplis*, mas pensar as condições de construção de um Estado nacional num país sem unidade (Itália), quer dizer, nas condições de ausência de toda forma política própria para produzir esse resultado. E Maquiavel coloca essa questão com extrema radicalidade¹³, fazendo com que pela primeira vez na história do

¹⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas, Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 92.

¹¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas, Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 92.

¹² ALTHUSSER, Louis. *Solitude de Maquiavel et autres textes*. Paris, Presses Universitaires de France, 1998, p. 319.

¹³ ALTHUSSER, Louis. *Solitude de Maquiavel et autres textes*. Paris, Presses Universitaires de France, 1998, p. 314-315.

pensamento revolucionário a historicidade seja descrita do ponto de vista constitutivo.

Maquiavel diz que, num primeiro momento, um homem sozinho (o Príncipe) funda o Estado, revelando aí a descoberta de um princípio constituinte enraizado no encontro da *virtù* com a *fortuna*. Mas, para que o Estado possa durar, é necessário um segundo momento, quando o príncipe se torna muitos, unindo à sua virtude a potência da multidão.¹⁴

É o momento do enraizamento do poder no povo, nas contradições das lutas que opõem o povo aos grandes, pois Maquiavel defende, escandalosamente contra as verdades de seu tempo, a ideia de que os conflitos de humores, dos pequenos contra os grandes, em resumo, a luta de classes é absolutamente indispensável ao engrandecimento do Estado.¹⁵

Maquiavel não fala que o Estado nasce do Direito e da natureza, como faz a ideologia burguesa que o seguiu e que legitimou o modo de produção capitalista nascente do predomínio e do acúmulo da fortuna sobre a virtude. Ao revés, ele fala a linguagem da luta de classes, do antagonismo, jogando uma outra luz sobre o começo dos nossos tempos: aqueles da sociedade burguesa.¹⁶

Ao debruçar-se sobre o pensamento de Maquiavel, nos termos apresentados por Althusser, Negri o faz estabelecendo como sua primeira dimensão o problema da mutação, crucial ao próprio Negri para pensar o político na perspectiva da constituição da potência, na perspectiva do antagonismo que não se resolve na síntese dialética. Com efeito, o realismo político de Maquiavel se estrutura sobre essa questão da mutação: “a verdade que a razão apreende é a mutação.”¹⁷ De um lado, a fortuna, ou seja, a verdade como mera contemplação da mutação, a “história padecida”; de outro, a verdade como ação humana sobre a mutação. E, assim compreendida, a mutação instaura a lógica do tempo sobre um horizonte multifacetado e de espessa materialidade¹⁸, fazendo da política a possibilidade de determinação – por rarefações e precipitações – do tempo através

¹⁴ ALTHUSSER, Louis. *Solitude de Maquiavel et autres textes*. Paris, Presses Universitaires de France, 1998, p. 316.

¹⁵ ALTHUSSER, Louis. *Solitude de Maquiavel et autres textes*. Paris, Presses Universitaires de France, 1998, p. 316.

¹⁶ ALTHUSSER, Louis. *Solitude de Maquiavel et autres textes*. Paris, Presses Universitaires de France, 1998, p. 320.

¹⁷ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaios sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti, 2ª edição, Rio de Janeiro, Lamparina, 2015, p. 41.

¹⁸ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaios sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti, 2ª edição, Rio de Janeiro, Lamparina, 2015, p. 42.

da força e da prudência, isto é, do uso da *virtù* e das armas próprias, que Maquiavel enxerga como dispositivos de acréscimo da potência para intervir no real e modificá-lo. “A operação teórica fundamental de Maquiavel consiste em fazer da mutação uma estrutura global que é atravessada pela ação humana.”¹⁹

A relação que Maquiavel estabelece entre estrutura e tempo, e que define a mutação, marca o rompimento do ciclo polibiano da constituição mista (*anakyklosis*)²⁰ que fez parte da ideologia do humanismo. Aqui está claro que *virtù* e *fortuna* não se encerram em ciclos políticos mas, diversamente, começam a ser definidos como dispositivos distintos de conquista do tempo²¹. Cuida-se, portanto, de um tempo e de uma verdade que criam algo novo, ou seja, que são constitutivos.

A questão política de Maquiavel, que subjaz ao problema da mutação, é pensar as condições de unificação da Itália, totalmente esfacelada internamente e ameaçada externamente pelas potências estrangeiras. No entanto, a crise italiana chegou a tal ponto que leva Maquiavel a pensar o problema em termos radicais, rejeitando as soluções apresentadas pela tradição medieval e absolutista e buscando algo novo que possa produzir um salto qualitativo e uma diferença ontológica²². A proposta de pensar a política em termos radicais conduz Maquiavel à definição de potência, ao fundamento e princípio do poder, ao príncipe *ex novo*.

O Principado em Maquiavel não é uma fase de governo do ciclo polibiano; o príncipe é uma potência produtiva que organiza o Estado, é o acúmulo de *virtù* que, desbordando, é capaz de sobredeterminar o tempo e mudar o curso da fortuna, conectando-lhe efeitos criativos ou destrutivos. É, assim, o sujeito

¹⁹ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaios sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti, 2ª edição, Rio de Janeiro, Lamparina, 2015, p. 43.

²⁰ Adriano Pilatti – tradutor do livro *O Poder Constituinte – Ensaio sobre as alternativas da modernidade* – explica que o termo “anaciclôse” não existe em português nem em italiano, dele fazendo uso o autor para se referir à teoria polibiana segundo a qual cada uma das três formas boas de governo tenderia a um declínio inexorável, degenerando-se em variantes corrompidas, fundamentando a existência de uma constituição mista que reunisse elementos das três formas originárias, mediados por um sistema de freios e contrapesos institucionais. Embora Políbio a tenha herdado de Tucídides, Platão e Aristóteles, deve-se a ele a ideia de recorrência do ciclo político e a sua ilustração pela imagem de uma roda que revolve por completo embutida, em sua expressão *politeîn anakyklosis*.

²¹ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro, Lamparina, 2ª edição, 2015, p. 45.

²² NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro, Lamparina, 2ª edição, 2015, pp. 48-49.

histórico da sobredeterminação e da mutação, uma potência em ato²³. Como diz Negri, aqui “começa a configurar-se uma ideia de soberania que nada deve ao direito comum medieval, nem ao contratualismo.”²⁴ Esse caráter absoluto de sua potência, entretanto, ganha vida somente na república quando, num momento de inovação teórica radical, Maquiavel aplica o fundamento do poder escavado n’*O Príncipe* como conteúdo absoluto da democracia construída nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*²⁵, esculpindo a imagem de um povo potente que, armado, organizado em assembleias e sustentado eticamente pela religião é capaz de produzir verdade e igualdade²⁶. O caráter absoluto da potência é animado pelo princípio da desunião entre a plebe e o senado, entre os grandes e a multidão, porque “a desunião não requer técnicas de reequilíbrio dos poderes: ao contrário, encarna um motor de reabertura contínua da história.”²⁷ Aqui, na absoluta possibilidade de reabertura contínua da potência, não somente Políbio é superado, mas toda a tradição teórico-política do pensamento ocidental que, desde Platão e Aristóteles, se baseavam no ciclo previsível e fixo das formas de governo.

Na visão de Negri, a inserção do princípio democrático representada pela defesa das repúblicas significa que a *virtù*, em Maquiavel, se organiza como um projeto de razão coletiva²⁸, devendo ser impulsionada por um sujeito coletivo na perseguição do bem comum²⁹. “A *virtù* é trabalho vivo, capaz de destruir, pouco a pouco, as tradições e o poder que foram consolidados contra a vida.”³⁰ Por outro lado, nas repúblicas há sempre desunião, motivada pelo enfrentamento das paixões, dos desejos e dos interesses antagônicos que são insuscetíveis de dominação e controle. No entanto, são as desordens provocadas por tais enfrentamentos que possibilitam romper com a inércia e a rigidez do tempo,

²³ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro, Lamparina, 2ª edição, 2015, p. 52.

²⁴ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro, Lamparina, 2ª edição, 2015, p. 46.

²⁵ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro, Lamparina, 2ª edição, 2015, p. 67.

²⁶ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro, Lamparina, 2ª edição, 2015, p. 74.

²⁷ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro, Lamparina, 2ª edição, 2015, p. 71.

²⁸ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro, Lamparina, 2ª edição, 2015, p. 78.

²⁹ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro, Lamparina, 2ª edição, 2015, p. 75.

³⁰ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro, Lamparina, 2ª edição, 2015, p. 77.

tornando-se, assim, fundamentais nas relações institucionais que devem refletir, e não sufocar, tais antagonismos³¹. É o princípio da desunião que permite que os cidadãos sempre reconstruam a unidade a partir das suas diferenças, impedindo o encerramento dialético entre *virtù* e *fortuna*. A ciência das repúblicas é assim inventada por Maquiavel para explicar a conflitualidade social que deve fundar a democracia política³². A *virtù*, por sua vez, deve ser articulada dentro desse princípio republicano de reconhecimento do jogo de forças que faz parte da dinâmica de transformação do real, sendo essa a única maneira de não ser corrompida pela fortuna. Em Maquiavel, *virtù* e *fortuna* são elementos de uma crise insuperável e profunda, que nunca se resolve.

Com efeito, toda vez que a *virtù* se realiza acumula algo que se opõe a ela com a rigidez e a irracionalidade do constituído, o que seria irrelevante se ela não se apresentasse como uma potência absoluta³³. No entanto, a *virtù* é uma vontade que não se exaure, mas se projeta sempre para frente, determinando um tempo que, além de superabundante, é também inconcluso³⁴. “A relação entre *virtù* e fortuna não é dialética – existe somente um movimento tão profundo da vontade de potência que ela dispara em frente, que ela transforma radicalmente o real e põe em funcionamento um mecanismo irresistível. Uma desutopia absoluta. Uma ontologia da construção radical. Uma pulsação do ser na borda do nada.”³⁵ A relação entre *virtù* e *fortuna* é, assim, uma relação insolúvel e carregada de enorme violência. Estamos no começo da acumulação capitalista e da formação do seu Estado e, apesar da originalidade, a demonstração de Maquiavel não pôde impedir o sujeito coletivo de ser fechado dentro de uma estrutura absolutista no fim do Renascimento, encerrando o seu projeto dentro da utopia de uma revolução impossível.³⁶

³¹ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro, Lamparina, 2ª edição, 2015, p. 84.

³² NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro, Lamparina, 2ª edição, 2015, p. 110.

³³ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro, Lamparina, 2ª edição, 2015, p. 65

³⁴ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro, Lamparina, 2ª edição, 2015, p. 60.

³⁵ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro, Lamparina, 2ª edição, 2015, p. 62.

³⁶ MURPHY, Timothy. Antonio Negri – Modernity and the multitude. Cambridge, Polity Press, 2012, p. 155.

A solidão de Maquiavel, sobre a qual escreveu Althusser, é dessa forma requalificada por Negri como o vazio de condições a partir do qual um princípio potente e uma democracia são arrancados e transformados em projeto constitutivo, para depois sucumbirem à força da acumulação capitalista. Isso porque, ao fim da Renascença, a luta de classes ainda não havia encontrado o sujeito coletivo adequado para impedir a vitória da burguesia sobre a democracia e o triunfo da fortuna sobre a *virtù*.

De fato, se o Renascimento representou a descoberta da liberdade e da capacidade de construir e inventar, marcou ao mesmo tempo a descoberta da possibilidade e da capacidade de acumulação (de poder, de riqueza e de tempo). Através da acumulação, a fortuna, assim construída, se opôs à virtude³⁷, corrompendo por dentro de seus próprios mecanismos o projeto revolucionário e determinando o surgimento do que Negri chama de segundo modo da modernidade, construído para combater as forças inovadoras e estabelecer um poder para dominá-las. “O segundo modo da modernidade joga um poder constituído transcendente contra um poder constituinte imanente, ordem contra desejo. Assim, a Renascença terminou em guerra – guerra religiosa, social e civil.”³⁸

Para Negri, portanto, o poder do Renascimento se definiu pela emergência dessas novas possibilidades e práticas temporais de auto reconstrução humana, pela sua capacidade de dinamizar o espaço e dominar o tempo, que, no entanto, logo foram capturadas pela estratégia igualmente emergente do capital e sua acumulação repetitiva.

Jogando com a insegurança e o medo das massas sobre as incertezas da vida, propondo como exigência suprema um conceito de paz identificado com a mera ausência de conflito, a capacidade de acumulação e suas sobredeterminações transcendentais triunfaram sobre a capacidade do homem livre de se auto construir. Essa vitória determinou também o triunfo do capitalismo e trouxe, com ele, as filosofias dominantes da modernidade, aquelas que, nos primeiros trabalhos de Negri, integram o seu movimento de crítica do Estado burguês.

³⁷ MURPHY, Timothy. Antonio Negri – Modernity and the multitude. Cambridge, Polity Press, 2012, p. 82.

³⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas, Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 92.

A modernidade europeia, cujo desenvolvimento é inseparável do nascimento e desenvolvimento do capitalismo, foi, portanto, um período que se constituiu sob a tensão entre forças de expressão emancipatórias e as instâncias de regulação política, econômica, social, cultural e científicas, nela podendo se distinguir três momentos: a descoberta revolucionária do plano de imanência; a reação contra essas forças imanentes e a crise na formação de autoridade; e a resolução parcial dessa crise nas revoluções dos séculos XVIII e XIX, que apresentaram o Estado moderno e burguês como o *locus* de soberania e mediação daquelas forças.

Assim, se os começos da modernidade foram revolucionários, no século XVII o conceito de modernidade como crise já havia se consolidado com todas as agruras e contradições da nova ordem econômica e social que emergiu com o novo modo de produção.³⁹ O projeto contra-revolucionário do Iluminismo procurava, então, livrar da crise o conceito de modernidade exibindo um novo maquinismo de transcendência, mais complexo que o dualismo medieval, para disciplinar, dominar e expropriar as forças dinâmicas emergentes que se exprimiam livremente. Era preciso criar mecanismos apropriados e eficazes de mediação entre essa multidão, a natureza e a experiência, pois era altamente subversivo à ordem pré-constituída um pensamento de auto constituição dessa multiplicidade e da liberação de seu desejo, em última instância, de seu poder constituinte.⁴⁰

A estratégia adotada foi a de separar o real em categorias duais e opostas, separando-se as noções de natureza e cultura, corpo e mente, poder e potência, ser e dever-ser, imanência e transcendência.⁴¹ O poder deveria ser enraizado no absoluto da transcendência, construindo-se formas políticas adequadas para sustentar aquele primeiro desenvolvimento do capitalismo que surgia como acumulação originária do capital. Todas as teorias jusnaturalistas e contratuais que então surgiram e se sucederam tiveram por objetivo eliminar os elementos antagonísticos da concepção de política, um processo de verdadeira abstração do

³⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas, Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 95.

⁴⁰ ⁴⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas, Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 96-97.

⁴¹ GUIMARAES, Francisco de. *O Poder Constituinte na perspectiva de Antonio Negri: um conceito muito além da modernidade hegemônica*. Rio de Janeiro, Forense, 2004, p. 34.

trabalho vivo e de sua potência criativa e criadora, o que segundo Negri revela um *déficit* de compreensão da dinâmica de transformação do real.⁴² Essa estratégia sagrou-se vitoriosa no duelo com o projeto da modernidade imanente e afirmou, de um lado, a metafísica moderna, com todo o seu aparato conceitual – a formalização da política, a instrumentalização da técnica e da ciência para obtenção do lucro, a pacificação dos antagonismos sociais – como teoria da dominação que explicava a sujeição das novas forças produtivas (o trabalho vivo) ao caráter absoluto de um comando.⁴³ Por outro lado, as revoluções do século XVIII, sobretudo a americana e a francesa, se desincumbiram de resolver parcialmente aquela tensão na criação do Estado moderno como *locus* de soberania e mediação.

René Descartes foi quem, no alvorecer do Iluminismo, realizou a primeira obra prima de construção da ideologia burguesa, articulando-a para a conquista do Estado que somente se efetivaria com a Revolução Francesa⁴⁴. Descartes estabelece os polos de uma dialética que se inicia com a separação do sujeito burguês do mundo externo da soberania absoluta e encontra resolução na dialética hegeliana do sujeito absoluto e do Estado popular, completando a legitimação do Estado capitalista moderno.⁴⁵

Para Negri, o grande poder do humanismo renascentista, aquilo que significou o seu projeto de liberdade foi, a partir da concepção unívoca do ser, imergir a humanidade no mundo com a promessa da reconstrução paralela de ambos. O funcionamento do mundo tornava-se inseparável do seu projeto de reconstrução social e política. Assim, os dois frutos mais importantes desse projeto, e que também o levaram à crise, foram a revolução Científica e a Reforma. A Reforma não somente libertou os monarcas do papado e os comerciantes de suas antigas posições marginais na sociedade, mas também

⁴² NEGRI, Antonio. *Poder Constituinte – Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro, Lamparina, 2ª edição, 2015, p. 152.

⁴³ NEGRI, Antonio. *Espinosa subversivo e outros escritos*. Tradução Herivelto Pereira. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2016, p. 164.

⁴⁴ MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*. Cambridge, Polity Press, 2012, p. 25. No posfácio à edição inglesa do livro sobre Descartes - “*The Political Descartes – Reason, Ideology and the Bourgeois Project*”, com tradução e introdução de Matteo Mandariní e Alberto Toscano – Negri sublinha a importância do pensamento de Descartes por conter características críticas e radicalmente inovativas que lhe garantem uma duração teórica e uma continuidade revolucionária.

⁴⁵ MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*. Cambridge, Polity Press, 2012, p. 25.

inspirou movimentos populares mais radicais de questionamento e rejeição da base econômica e religiosa da hierarquia social. Por outro lado, a Revolução Científica ameaçou a hierarquia existente demolindo sua base conceitual, mesmo que isso importasse na criação de novas técnicas de acumulação em larga escala.⁴⁶

Antonio Negri sustenta um total engajamento das meditações metafísicas de Descartes com as profundas mudanças políticas, econômicas e sociais que mergulharam a Europa do século XVII numa espiral de violência política e religiosa, ao mesmo tempo em que o capitalismo nascente atravessava uma grande crise econômica. Para Negri, o pensamento de Descartes esteve estreitamente envolvido nos grandes debates políticos de sua época, transitando em meio a uma miríade de concepções científicas, metafísicas, religiosas e políticas cujos conflitos definiram, de um lado, o colapso do projeto humanista da Renascença de reconstrução do mundo e, de outro lado, a emergência do absolutismo monárquico, que teria o poder político na Europa até as revoluções dos séculos XVIII e XIX.⁴⁷

Descartes integrava um estrato da burguesia que, com raízes no humanismo das cidades – estado italianas, começava a descobrir a liberdade e buscava se emancipar do poder monárquico medieval. Em suma, uma burguesia que se descobria como classe, interferindo nas instituições para estabelecer a autonomia de seus interesses que, por um breve momento e no que dizia respeito às críticas e ao confronto com o absolutismo medieval, convergiam com os interesses daqueles grupos populares mais radicais, principalmente o campesinato. Porém, logo esses interesses se mostraram divergentes, mais precisamente quando tais grupos mais radicais começaram a ameaçar a propriedade burguesa.⁴⁸ A Guerra dos Trinta Anos, na qual Descartes serviu como mercenário, terminou com o restabelecimento da autoridade dos monarcas e da Igreja sobre a burguesia emergente, mas as lutas contra os setores populares radicais forjaram uma aliança entre a velha corte e a aristocracia de um lado e, de outro lado, a burguesia. Àqueles foi deixado o domínio político sobre o Estado e, a esta, o mercado. Negri

⁴⁶MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*. Cambridge, Polity Press, 2012, p. 29-30.

⁴⁷MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*. Cambridge, Polity Press, 2012, p. 28

⁴⁸MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*. Cambridge, Polity Press, 2012, p. 30

vê nesse reverso o fim do papel revolucionário da burguesia e o reconhecimento de sua crise, quando ocorre a separação entre sua própria identidade como a classe que colocou sob os poderes humanos a capacidade de produção e acumulação, e suas aspirações de hegemonia política sobre o Estado e a sociedade.⁴⁹

O absolutismo eliminou a influência política da burguesia sobre o Estado, mas isso não significou o retorno à velha ordem feudal. Esse novo absolutismo era baseado em um novo dualismo entre poder político e econômico.⁵⁰ O pensamento de Descartes foi modelado nessa crise que marcou a transição social e política que deu origem à modernidade e na tensão dessa separação na qual a sua classe – a burguesia – foi lançada, estabelecendo uma polaridade entre o sujeito racional autônomo (o burguês) e o mundo irracional da soberania absoluta (a monarquia). Como resposta pragmática à crise econômica e à subjugação ao absolutismo, a burguesia opta por renunciar ao projeto de poder político com vistas a manter a sua posição na ordem hierárquica econômica, social e cultural, consolidando-se como classe capitalista através da mediação com o absolutismo monárquico. E é Descartes quem capta na mais profunda essência esse problema, formulando uma “ideologia razoável” como uma ideologia política reformista para operar dentro dessa realidade de separação e negociar as condições da derrota sofrida pela burguesia.⁵¹ Assim, na interpretação de Negri, naquele momento de crise histórica e política que marcou o nascimento da modernidade europeia, Descartes institui uma ontologia da mediação com vistas a manter a hegemonia da classe burguesa, mostrando que toda metafísica é, de algum modo, uma ontologia política. “Através de sua própria história”, escreve Negri, “Descartes descreve a derrota do homem da Renascença. Ele segue o caminho que leva da participação alegre e espontânea na vida da ciência e no mundo, da exaltação da espontaneidade ao reconhecimento da organização.”⁵²

Para Negri, a célebre sentença cartesiana emerge como uma âncora ontológica para que a burguesia possa lidar com a sua separação do mundo e do

⁴⁹ MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*. Cambridge, Polity Press, 2012, p. 31.

⁵⁰ MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*. Cambridge, Polity Press, 2012, p. 31.

⁵¹ MANDARINI, Matteo; TOSCANO, Alberto. Introdução ao *The Political Descartes – Reason, Ideology and the Bourgeois Project*. Londres, Verso, 2006, p. 8.

⁵² NEGRI, Antonio. *The Political Descartes – Reason, Ideology and the Bourgeois Project*. Tradução e introdução de Matteo Mandarini e Alberto Toscano. Londres, Verso, 2006, p. 159.

Estado, a separação do *cogito* do reino da soberania, separação essa que significou o encerramento do projeto revolucionário Renascentista. Através da conexão do sujeito a Deus e à autoridade divina, estabelece-se uma base para a autonomia infinita num mundo de absoluta impotência política. Nesse contexto, a autonomia do sujeito burguês torna-se condição para essa organização da produção e para o surgimento daquilo que será reconhecido como sociedade civil no longo projeto de conquista do Estado.⁵³ A lógica produtivista define então a nova metafísica elaborada por Descartes – para Negri uma grande ficção que se espalhou sobre a crise do mundo no século XVII – que faz do desenvolvimento econômico o motor do projeto para retirar da soberania o controle político do Estado, superando destarte o dualismo no qual o *cogito* foi aprisionado e dando ao projeto do humanismo renascentista novos e diferentes significados.⁵⁴ A “ideologia razoável” formulada por Descartes foi então uma reação à crise que define os começos da época moderna. Nas palavras de Negri:

Era uma questão para ele (Descartes), de um lado, confirmar – do ponto de vista metafísico – o poder nascente da burguesia, o potencial revolucionário de sua ação, a decisão em favor da autonomia da razão burguesa: o “eu penso” é essa determinação. Mas de outro lado tratava-se de uma questão de adaptar o absoluto dessa posição original à concretude de um projeto político historicamente sustentável – aqui reside a sua razoabilidade. A ideia de liberdade, introduzida pela revolução humanista, estava ameaçada pela arrogância superpotente das aristocracias dominantes e pela continuidade da ordem monárquica patrimonial e carismática, mas também, e sobretudo, pelas revoltas e revoluções das novas multidões camponesas e artesãs. Essas últimas representavam a base material e o motor produtivo daquele projeto de apropriação de valor que estava em processo de construção pela burguesia. Se a burguesia se apresentava como uma classe hegemônica, capaz de construir uma nova civilização, isso se devia somente ao reconhecimento, como fundação dessa civilização, de uma nova força produtiva – aquela do trabalho. Recuar e explorar a nova força – trabalho e, ao mesmo tempo, responder ao perigo representado pelas revoltas das multidões e configurar um espaço que, na aliança com o Antigo Regime (na medida em que, sem transcendência, era impossível naquele momento definir autoridade) permitiria à burguesia se desenvolver – este era o “projeto razoável” de Descartes. Era um projeto aberto e reformista que permitiria à burguesia desenvolver a ideia de progresso e, aos poucos, expandir a sua hegemonia dentro das novas estruturas do Estado Absolutista. (...) Além disso, era um projeto fechado e conscientemente oportunista, porque ciente dos limites da ação burguesa, da ameaça posta pelas revoluções das multidões e portanto em busca de uma temporalidade e formas de

⁵³ MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*. Cambridge, Polity Press, 2012, pp. 32-33.

⁵⁴ MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*. Cambridge, Polity Press, 2012, p. 35.

poder adequados à gestão de um projeto efetivo de reforma da sociedade e do Estado.⁵⁵

Ainda que imbuído da pretensão de desenvolver um novo projeto humanista de conhecimento, Descartes acabou por reafirmar o dualismo e restabelecer a ordem transcendente ao impor a razão como terreno exclusivo da mediação entre Deus e o mundo. Quando trata da centralidade do pensamento na função transcendente de mediar, Descartes define um resíduo de transcendência divina, pois Deus é a garantia de que a autoridade transcendente está inscrita na consciência e no pensamento como necessária, universal e pré-constituída.⁵⁶

Existe em Descartes uma carga moral a partir da ideia de Bem e de Mal estabelecida prévia e eternamente por Deus, da transcendência imutável e atemporal que impeliria a humanidade a buscar o Bem e evitar o Mal, ainda que seus desejos indiquem outro caminho.⁵⁷ A filosofia de Descartes reincide assim no principal problema político da modernidade, que é a legitimação transcendente do poder. No lugar do direito natural divino dos monarcas, surgem novas formas autoritárias de transcendência.

No trabalho sobre Descartes Negri questiona a ideia de uma suposta função progressista da burguesia, ou da existência de uma revolução burguesa. Porém o faz de uma perspectiva que o leva a questionar a própria noção de burguesia como classe, na medida em que lhe faltam a unidade e a autonomia ideológica requeridas por tal conceito, já que o único elemento de continuidade ideológica foi aquele determinado pelo reconhecimento da separação e do dualismo. A burguesia então nunca teve um papel progressista, sempre foi o resultado do processo dialético da luta de classes e da mediação, e sua suposta identidade como classe advém somente como resposta de sobrevivência à crise econômica e à subjugação ao absolutismo. O reino da burguesia é o reino da mediação por excelência, que atua desviando a atenção da luta real entre capital e trabalho, da política como tempo do antagonismo e dos conflitos. Uma ideologia que existe sempre e somente como mediação e mistificação dos interesses

⁵⁵ NEGRI, Antonio. Posfácio à edição inglesa do *The Political Descartes – Reason, Ideology and the Bourgeois Project*. Londres, Verso, 2006, p. 322.

⁵⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas, Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 97.

⁵⁷ GUIMARAES, Francisco de. *O Poder Constituinte na perspectiva de Antonio Negri: um conceito muito além da modernidade hegemônica*. Rio de Janeiro, Forense, p. 36.

particulares das classes em luta, como história da ideologia da “autonomia” da mediação política.⁵⁸

De fato, Negri afirma que duas grandes dinâmicas funcionaram nessa fase do desenvolvimento capitalista. Uma envolveu a tentativa burguesa de mediar a sua existência com aquela do Estado absolutista, para manter assim a sua posição social e fortuna. A outra era a da classe capitalista emergente que requisitava o Estado somente como poder político, isto é, para constituir e policiar o mercado de trabalho. É dentro desse quadro de relações materiais que o desenvolvimento da ideologia burguesa deveria se inserir para manter e fortalecer seu papel mediador. Ela atingiu tal estatura somente nos séculos XVIII e XIX no trabalho da economia política clássica e com Hegel.⁵⁹

Como afirmado, segundo Negri, Descartes inaugura os polos de uma dialética que encontrará solução na dialética hegeliana do sujeito absoluto e do estado popular, completando a legitimação filosófica do Estado capitalista moderno. O estado popular foi a solução de síntese encontrada por Hegel para a antinomia posta pelo Iluminismo entre universalidade e individualidade, e constitui o primeiro desenvolvimento de uma metodologia dialética que Hegel logo começará a expandir. Nas palavras de Negri:

Em Hegel, a síntese da teoria de soberania moderna e a teoria do valor produzido pela economia política capitalista é finalmente realizada, assim como em sua obra há uma perfeita realização da consciência da união dos aspectos absolutistas e republicanos – ou seja, dos aspectos hobbesianos e rousseauianos – da teoria da soberania moderna. A relação hegeliana entre particular e universal junta em termos adequados e funcionais a teoria de soberania de Hobbes-Rousseau e a teoria de valor de Smith. A soberania europeia moderna é soberania capitalista, uma forma de comando que sobredetermina a relação entre individualidade e universalidade como função do desenvolvimento do capital.⁶⁰

Assim, a Revolução moderna da Renascença teve o seu termidor com a vitória das forças transcendentais e instâncias normatizadoras, com a vitória da acumulação capitalista sobre a *virtù*, com a neutralização da potência das massas e do trabalho vivo na dialética do capital e no comando absolutista. Contudo, há no moderno, ou antimoderno como prefere Negri, outra filosofia que surge e se afirma, perpetuando o impulso revolucionário de suas origens, aquele terceiro elemento que sempre aparece para desestabilizar os polos da dialética desencantada do Estado burguês. Esse pensamento, que começa com Maquiavel e ganha corpo na filosofia de Spinoza até chegar a Marx, faz valer a regra da

⁵⁸ MANDARINI, Matteo; TOSCANO, Alberto. Introdução ao *The Political Descartes – Reason, Ideology and the Bourgeois Project*. Londres, Verso, 2006, pp. 06-11.

⁵⁹ MANDARINI, Matteo; TOSCANO, Alberto. Introdução ao *The Political Descartes – Reason, Ideology and the Bourgeois Project*. Londres, Verso, 2006, pp. 10-11.

⁶⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas, Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 104.

imanência. Negri mostrou como a “ideologia razoável” de Descartes revelou-se uma tentativa pragmática para negociar as condições de separação e derrota sofrida pela burguesia na crise do capitalismo nascente no século XVII. Porém, como será visto nas seções seguintes, na transição capitalista à sociedade da subsunção real do trabalho ao capital não há mais qualquer possibilidade de separação entre produção e reprodução, entre valor de uso e valor de troca, eliminando todas as condições de negociação, de mediação, ou ao menos de sua legitimação. A circulação – tema que envolve o pensamento de Negri no final dos anos 1960 – desloca o problema para campo da reprodução, que não pode mais ser concebida como derivada de uma produção primária, abrindo a oportunidade para afirmar a potência de um ser social que, de forma coletiva e imanente, cria o mundo.

Na transição e na crise que inaugura a era pós-moderna, após 1968 e 1989, ou seja, após a insurreição do trabalho imaterial e intelectual do proletariado e após o fim do estrangulamento soviético-socialista do comunismo, as multidões reabriram uma possibilidade de afirmar o projeto de liberação do trabalho que, assim como no século XVII, enfrentou uma resposta feroz das forças de produção e comando capitalistas. Entretanto, as condições ontológicas atuais afastam qualquer possibilidade de uma aliança reformista entre *virtù* e *fortuna*, entre *potentia* e *potestas* como solução para a crise pós-moderna. Como afirma Negri, “hoje o comando capitalista de Estado e as formas vivas do ‘capital coletivo’ não são mais capazes de executar a função de mediação que o velho Estado Absolutista desempenhou, com algum sucesso, entre as revoltas burguesas.”⁶¹

Em Spinoza, portanto dentro do próprio bloco metafísico da filosofia moderna, Negri encontra a proposição de um poder material e de uma nova racionalidade diversa da dialética idealista burguesa e que se apresenta como uma alternativa viva àquela tradição, pois rompe com qualquer forma de mediação para, na fresta aberta por Maquiavel, afirmar a política como organização direta do conflito e do antagonismo, através do deslocamento – e não do aniquilamento – de potências. O retorno a Spinoza, em particular a leitura que Negri faz desse filósofo do século XVII, está inserido no contexto de crise aberto pelas demandas

⁶¹ NEGRI, Antonio. Posfácio à edição inglesa do *The Political Descartes – Reason, Ideology and the Bourgeois Project*. Londres, Verso, 2006, p. 324.

impostas a partir de 1968 e no esforço de interpretar essa crise do ponto de vista do marxismo crítico. De uma forma análoga à abordagem de Negri do capitalismo sob as novas condições ontológicas inauguradas pela transição à subsunção real, Spinoza rompe com qualquer forma de mediação⁶², funcionando também como chave para que, diante da crise da linearidade temporal da perspectiva socialista e da crise pós-moderna, o desejo (*cupiditas*) comunista possa se recolocar.⁶³

2.2 1968 e a reabertura do ciclo das revoluções

A passagem à subsunção real do trabalho no capital e da sociedade no Estado será analisada na última subseção deste capítulo sobre o sentido da crise. Por ora, importa dizer que o fenômeno se apresenta como mais um capítulo da reestruturação capitalista ante os levantes das forças produtivas, e, para entendê-lo melhor, Negri nos remete a dois acontecimentos que, para ele, constituíram o ponto crítico no qual a alternativa democrática, produtiva e cooperativa foi libertada. Trata-se, de um lado, dos levantes que transtornaram o mundo ocidental em 1968 e, de outro, a derrocada do mundo socialista em 1989.

No segundo pós-guerra, a necessidade de reestruturação dos Estados para garantir a paz e a tranquilidade domésticas e impedir o retorno das condições que ameaçaram o poder capitalista na Grande Depressão da década de 1930, conduziu a um acordo de classes entre capital e trabalho através de mecanismos reguladores – taylorismo, fordismo, keynesianismo⁶⁴ – que geraram elevadas taxas de

⁶² MANDARINI, Matteo; TOSCANO, Alberto. Introdução ao *The Political Descartes – Reason, Ideology and the Bourgeois Project*. Londres, Verso, 2006, p.13.

⁶³ NEGRI, Antonio. *La Costituzione del tempo. Prolegomeni – orologi del capitale e liberazione comunista*. Roma, manifestolibri, 1997, pp. 9-10.

⁶⁴ **Keynesianismo** é a modalidade de intervenção do Estado na vida econômica, com a qual não se atinge totalmente a autonomia da empresa privada, e que prega a adoção, no todo ou em parte, das políticas sugeridas na principal obra de Keynes, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, 1936. Tais políticas consistem em solucionar o problema do desemprego pela intervenção estatal, desencorajando o entesouramento em proveito das despesas produtivas, por meio da redução da taxa de juros e do incremento dos investimentos públicos. As propostas da chamada “revolução keynesiana” foram feitas no momento em que a economia mundial sofria o impacto da Grande Depressão, que se estendeu por toda a década de 1930 até o início da Segunda Guerra Mundial. **Fordismo** é o conjunto de métodos de racionalização da produção elaborado pelo industrial norte-americano Henry Ford, baseado no princípio de que uma empresa deveria dedicar-se a produzir apenas um tipo de produto. Para isso, deveria adotar a verticalização, chegando a dominar não apenas as fontes das matérias-primas, mas até os transportes de seus produtos. Para reduzir os custos, a produção deveria ser em massa, e dotada de tecnologia capaz de desenvolver ao máximo

crescimento econômico nos países capitalistas mais avançados durante os anos 1950 e 1960. O abandono de uma forma de pensar o Estado e a economia a partir de princípios do *laissez faire*, bem como a criação de novos valores e instituições práticas de bem-estar social foi um processo que se generalizou nesses países a partir da segunda guerra, como resultado de um processo de democratização que impunha novas pautas à agenda da representação política. Faziam parte do pacote restrições sociais e políticas, regulação, política distributiva, controle sobre a livre mobilidade do capital, ampliação dos gastos públicos e criação do Estado de bem-estar social, além de políticas fiscais e monetárias caracterizadas como keynesianas.⁶⁵

O Estado transformou-se num verdadeiro campo de força que internalizou relações de classe. Instituições da classe trabalhadora como sindicatos e partidos políticos de esquerda tiveram uma influência bastante concreta no aparato de Estado.⁶⁶

O controle sobre a classe trabalhadora era conseguido através da manipulação da demanda, que, por sua vez, era conectada aos níveis de emprego e salário, e deveria ser mantida num equilíbrio dinâmico com o fornecimento para que se pudesse assim antecipar um possível colapso econômico.

No entanto, no final dos anos 1960 esse modelo de liberalismo já dava sinais de esgotamento, e as políticas keynesianas já não davam conta da crise de acumulação gerada pelo crescimento, da crise fiscal e da estagflação (desemprego e inflação) que se ampliavam em vários países.⁶⁷

a produtividade de cada trabalhador. O trabalho também deveria ser altamente especializado, cada operário realizando apenas um tipo de tarefa. E para garantir elevada produtividade, os trabalhadores deveriam ser bem remunerados e as jornadas de trabalho não deveriam ser muito longas. **Taylorismo** é o conjunto das teorias para aumento da produtividade do trabalho fabril, elaboradas pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor. Abrange um sistema de normas voltadas para o controle dos movimentos do homem e da máquina no processo de produção. O sistema foi muito aplicado nas medidas de racionalização e controle do trabalho fabril, mas também criticado pelo movimento sindical, que o acusou de intensificar a exploração do trabalhador e de desumanizá-lo, pois procura automatizar seus movimentos. (Fonte: Novíssimo Dicionário de Economia. Organização e supervisão de Paulo Sandroni. São Paulo, Editora Best Seller, 1999).

⁶⁵ HARVEY, David. *O neoliberalismo- história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves, 5ª edição, Edições Loyola, São Paulo, 2014, p. 20.

⁶⁶ HARVEY, David. *O neoliberalismo- história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves, 5ª edição, Edições Loyola, São Paulo, 2014, p. 20.

⁶⁷ HARVEY, David. *O Neoliberalismo – história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves, 5ª edição, Edições Loyola, São Paulo, 2014, p. 22.

A crise do capitalismo internacional do fim dos anos 1960, por outro lado, era causada diretamente pelas crescentes pressões que as lutas do proletariado da fábrica fordista – organizado sob uma poderosa rede de sociabilidade e identidade coletiva que naqueles anos ainda eram os sindicatos e partidos de esquerda – exerciam sobre a taxa de lucro, e que obrigava o capital a se submeter a uma desvalorização geral e a um profundo reajuste das relações de produção. Para entender essa crise de acordo com os ensinamentos de Marx, basta lembrar que, sob o sistema da lei do valor, o dia de trabalho é dividido em duas partes: o período de trabalho necessário, no qual os custos das necessidades dos trabalhadores são atendidos pelo salário; e o período de trabalho excedente, no qual o trabalhador produz lucro para o capital trabalhando além do valor do salário. A taxa de lucro, que é a diferença entre o trabalho excedente e o trabalho necessário, tende a diminuir porque as lutas operárias compelem o capital a reduzir o montante geral de trabalho que ele adquire substituindo trabalhadores por máquinas. No entanto, as máquinas, como capital fixo, não produzem lucro, de forma que, reduzindo a quantidade de capital variável (trabalho) empregado na produção, o capital reduz a sua taxa de lucro. Esse resultado já encontra perfeita adequação com a hipótese que estava sendo gestada dentro do operaísmo italiano – movimento integrado pela experiência dos grupos ligados às revistas *Quaderni Rossi* (1961-1965) e *Classe Operaia* (1964-1965) – segundo a qual o verdadeiro motor do desenvolvimento capitalista não é a dinâmica própria do capital, mas a absoluta potência antagonista da classe operária, ou seja, o conflito entre duas estratégias que, como se verá, acabaram por levar a lei do valor a uma crise.⁶⁸

A crise do sistema e dos seus mecanismos de regulação fez com que a figura central das lutas – o trabalhador-massa das grandes fábricas – começasse a perder seu protagonismo no papel de recomposição da classe. O aumento das demissões ocasionado pela progressiva maquinização e as mudanças tecnológicas e mudanças ocorridas na organização do trabalho alteraram substancialmente as formas de luta, que no regime fordista estavam centradas no eixo do trabalho assalariado e na jornada de trabalho.

⁶⁸ MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*. Cambridge, Polity Press, 2012, p. 80.

O trabalho assalariado historicamente tem como característica separar o conceito de produção de sua potência, o trabalho vivo do trabalho morto. O fato é que a mudança do paradigma da produção, que agora tendia para fora dos muros da fábrica, além de retirar a centralidade do trabalhador massa, trouxe outros setores da força trabalho que eram relativamente marginais e enquadrados na categoria de improdutivos – como mulheres, jovens, intelectuais, em suma, pessoas cujo trabalho não se submetia àquela dinâmica determinada pelo binômio empregabilidade/assalariamento – para uma posição central na posição social como um todo. O deslocamento do terreno do confronto, atingindo a esfera da reprodução do trabalhador (em questões como o gasto público, consumo, habitação, família, educação, saúde, previdência, etc), significou uma mudança em direção aos mecanismos mais gerais do mercado de trabalho, tais como a despesa pública, a reprodução do proletariado e dos jovens e a distribuição de rendas que são independentes da remuneração pelo trabalho.⁶⁹ Importa dizer que a despesa pública corresponde a um aspecto da expansão do conceito de trabalho produtivo que Negri estava delineando e que crescia juntamente com a progressiva socialização da classe trabalhadora.

Foi nesse contexto que eclodiram os eventos que marcaram os anos de 1968 e seguintes. Para Negri, 1968 é o centro em torno do qual gravitam as transformações que conduziram à formação do Estado pós-moderno e pós-fordista. O ciclo da revolução, que caracteriza a modernidade desde o Renascimento e opõe o desenvolvimento de forças produtivas livres e o domínio das relações de produção capitalistas, se reabriu em 1968, quando se trouxe à luz a fragilidade dos sucessivos pactos sociais instaurados para conter os movimentos revolucionários desde o começo do século, mas que não eliminaram as contradições antagônicas do sistema capitalista e do seu modo de produção – que separa o conceito de produção da sua força produtiva, da sua potência, do trabalho vivo. Os levantes de 1968, que na Itália de Negri perduraram por mais uma década, como se verá na seção seguinte, se dirigiram contra todo e qualquer regime disciplinar e, no campo do trabalho, representaram o ápice das lutas operárias contra a organização de fábrica e a divisão social do trabalho, impondo

⁶⁹ NEGRI, Antonio. *Diary of an escape*. Tradução de Ed Emery. Cambridge, Polity Press, 2010, pp. 40-41.

verdadeiros limites ao capitalismo para aumentar a sua produtividade dentro das fábricas.

Antes de 1968 a questão do tempo da reprodução do trabalhador como o tempo da vida permanecia à margem do problema da produção, e as lutas que a partir de então se seguiram tornaram-na central. Estas lutas, capitaneadas pela tomada de consciência e corporificadas em diferentes modalidades de recusa ao sistema disciplinar e seus congêneres (por exemplo, o patriarcado), em diversos níveis e segmentos – como jovens e estudantes, mulheres, movimentos de defesa da natureza e segmentos raciais, culturais, enfim, um intenso movimento da contracultura – produziram seus próprios circuitos de valorização dentro do campo da reprodução, do não-trabalho, da vida, e aumentaram significativamente o valor social do trabalho afetivo, intelectual, imaterial, pressionando o capital ao atendimento de níveis cada vez mais altos de necessidades e desejos no campo do bem-estar social. Os eventos de 1968 demonstraram que se poderia e se deveria produzir riqueza e liberdade ao mesmo tempo⁷⁰ e, para Negri, sua grande importância foi revelar uma classe trabalhadora que estava se tornando sociedade. Em outros termos, que estava destruindo as normas da sociedade civil para se mostrar como a classe do operariado social, reinventando o antagonismo no seio do capitalismo maduro.⁷¹ O ano de 1968 abriu uma “época de ouro” porque uniu uma verdadeira revolução dos espíritos e seus impulsos de liberação individual à revolução das massas, e porque “esse assalto do amor aos céus destruiu a velha figura do poder e deu à imaginação a marca da potência da política.”⁷²

Os eventos de 1968 revelaram uma mudança na dimensão interna da subjetividade dos movimentos de luta, de sua cultura e horizonte de desenvolvimento, que importava na rejeição à tradição do movimento oficial da classe trabalhadora, à ideia de uma “ditadura do proletariado”, de comando hierárquico, centralizado e burocrático, e aos resíduos do socialismo real.⁷³ Não

⁷⁰ NEGRI, Antonio. *Goodbye Mr. Socialism. Conversaciones con Raf Valvola Scelsi. La Crisis de la izquierda y los nuevos movimientos revolucionarios*. Tradução de Rosa Rius Gatell e Carme Castells Auleda. Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica, 2007, p. 23.

⁷¹ NEGRI, Antonio. *Pipeline – Letters from prison*. Tradução de Ed Emery. Cambridge, Polity Press, 2014, p. 120.

⁷² NEGRI, Antonio. *Pipeline – Letters from prison*. Tradução de Ed Emery. Cambridge, Polity Press, 2014, p. 127.

⁷³ NEGRI, Antonio. *Diary of an escape*. Tradução de Ed Emery. Cambridge, Polity Press, 2010, p. 41.

havia mais qualquer ligação entre os novos objetivos e o já ultrapassado modelo de revolução comunista, e o Poder passaria a ser visto como uma força inimiga e não mais algo a ser conquistado.⁷⁴

A chave para essa nova perspectiva era a auto-afirmação do movimento como uma sociedade alternativa, uma riqueza de comunicação e de capacidades produtivas livres, de formas de vida. Conquistar e controlar seus próprios espaços – essa estava se tornando a forma de prática dominante para os novos sujeitos sociais, para quem o trabalho assalariado não era o principal terreno de socialização, mas pura contingência e não-valor.⁷⁵

Na sociedade que estava em transição e que os acontecimentos de 1968 deixaram evidente, o valor agregado da produção era constituído pela capacidade comunicativa, linguística e afetiva introduzida nos circuitos, e todos aqueles que produzem essas potências vitais estão no interior desse processo de produção e subjetivação

Para Negri, um importante exemplo dessas novas subjetividades que emergiam foi o movimento das mulheres e o que elas representaram como força produtiva emergente. Segundo o autor, a mudança do paradigma da produção com a descentralização da fábrica e os investimentos no campo da reprodução do trabalhador, ou seja, a reprodução geral dos processos vitais, colocou a mulher no centro do problema e consolidou o fenômeno que ele chama de o “tornar-se mulher do trabalho” em geral.

Para explicar melhor, basta dizer que na organização pós-fordista do trabalho e da sociedade produtiva pós-moderna que estava em gestação, a produção de riqueza depende cada vez mais da produção de conhecimentos, esta, por sua vez, depende da produção de subjetividade, e a produção de subjetividade depende cada vez mais da reprodução social de processos vitais ricos em valores afetivos e intelectuais. Então, pergunta o autor: quem estaria no centro da reprodução social da vida senão as mulheres? Quem educa para os valores da vida relacional e afetiva, senão as mães? Quem organiza os serviços da vida social que agora se tornam a base da produtividade, senão as mulheres?⁷⁶

⁷⁴ NEGRI, Antonio. *Diary of an escape*. Tradução de Ed Emery. Cambridge, Polity Press, 2010., p. 41.

⁷⁵ NEGRI, Antonio. *Diary of an escape*. Tradução de Ed Emery. Cambridge, Polity Press, 2010, p. 41.

⁷⁶ Artigo publicado por Antonio Negri na *Folha de São Paulo*, em 14 de junho de 1998, sob o título *A feminização do trabalho*.

Se eu pensar, mesmo que de maneira autocrítica, na distinção da ‘economia clássica’ (que também o marxismo fez sua) entre produção e reprodução (distinção que confina as mulheres na reprodução pura e simples) e na consequência que de imediato se tirava disso (que era a de excluir o trabalho feminino, isto é, o da gestão da família, da reprodução social da vida e da educação dos filhos, da capacidade de produzir valor econômico), parece-me que hoje aquela horrível mistificação pode ser superada (...) enquanto a afirmação do ‘tornar-se mulher’ do trabalho começa a se mostrar em seu pleno vigor.

(...) Nós insistimos no ‘tornar-se mulher do trabalho’: porque os investimentos afetivos da reprodução da comunidade tornam-se fonte de riqueza da sociedade; porque a mercadoria-serviço nada vale se não for sustentada por capacidades relacionais; porque a gestão do intercâmbio vital e a educação dos cérebros tornam-se os desafios centrais de toda a sociedade produtiva.⁷⁷

Negri sustenta que a reestruturação da produção que mudou seus paradigmas e conduziu à sociedade da subsunção real foi precedida do surgimento, de baixo para cima, dessas novas subjetividades encampadas no acúmulo das lutas sociais, a partir da tomada de consciência do destino “não-humano” que o capitalismo nos reserva e da irrecuperabilidade do seu sistema político, ético e jurídico.⁷⁸ O problema para o capital seria, a partir daí, o de dominar essa nova composição e restabelecer o seu controle.

Para Negri, 1989 corresponde de certa forma a 1968. “Enquanto 1968 demoliu os muros que confinavam a nossa sociedade, 1989 derrubou o muro que defendia o socialismo real e o confinava fora do mercado mundial.”⁷⁹ Na sua visão, a crise do sistema soviético e, finalmente, o colapso em 1989 de todo o bloco socialista do Leste Europeu tiveram duas causas principais. A primeira foi a estratégia desenvolvida pelo Ocidente capitalista, desde a Revolução de 1917, de impor um cerco militar e de compressão dos recursos que a União Soviética possuía para crescer e se defender, traduzida por bloqueios comerciais, guerra, exclusão dos mercados e assédio cultural.⁸⁰ Esse assédio militar e ideológico encontrou do outro lado, numa primeira fase, uma defesa exasperada de sobrevivência e, num segundo momento que se prolongou até o grande período da segunda guerra, um processo acelerado de acumulação muito custoso, forte e

⁷⁷ Artigo publicado por Antonio Negri na *Folha de São Paulo*, em 14 de junho de 1998, sob o título *A feminização do trabalho*.

⁷⁸ NEGRI, Antonio. *Espinosa Subversivo e outros escritos*. Tradução de Herivelto Pereira de Souza. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2016, p. 127

⁷⁹ NEGRI, Antonio. *Goodbye Mr. Socialism. Conversaciones con Raf Valvola Scelsi. La Crisis de la izquierda y los nuevos movimientos revolucionarios*. Tradução de Rosa Rius Gatell e Carme Castells Auleda. Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica, 2007, p. 11.

⁸⁰ NEGRI, Antonio. *Goodbye Mr. Socialism. Conversaciones con Raf Valvola Scelsi. La Crisis de la izquierda y los nuevos movimientos revolucionarios*. Tradução de Rosa Rius Gatell e Carme Castells Auleda. Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica, 2007, p. 13.

inumano.⁸¹ Na interpretação declaradamente revisionista de Negri, “a Revolução bolchevique e seu Termidor stalinista foram uma máquina de modernização formidável para a Rússia. Depois da liberação dos servos das glebas, os soviéticos construíram o proletariado. Nunca entendi por que os capitalistas se lamentam disso. Me parece que a dignidade de protestar contra o stalinismo deveria ser exclusiva do proletariado”⁸²

A URSS e os países do bloco socialista em geral vivenciaram após 1917 um período de grande modernização e, com ele, de insurgência de uma imensa inteligência coletiva e de instâncias extremamente poderosas de criatividade e liberdade, que a propaganda ocidental tornava invisível ao mundo. No entanto, seu modelo de governabilidade disciplinar, tanto no que concerne ao modo de produção quanto ao comando político, baseados na tríade fordismo – taylorismo – keynesianismo, não sustentou a emergência dessas potências. Na grande guerra de classes que correspondeu o período após 1917, a questão da liberdade se tornou muito menos relevante que a da gestão do desenvolvimento. O problema foi, então, que em certo momento a consolidação do socialismo, ou seja, a manutenção de uma administração socialista do capital dentro das estruturas de uma ditadura burocrática, derrotou o processo revolucionário, bloqueando o impulso de movimento social e político que nasceu da luta contra o poder e a exploração⁸³. “Ao se consolidar, o socialismo conseguiu grandes resultados, em primeiro lugar o de se mostrar como algo possível e em segundo lugar o de impor à economia burguesa uma modificação radical – o New Deal capitalista. Mas na sua consolidação se encontrava também a traição, a corrupção no lugar da geração

⁸¹ NEGRI, Antonio. *Goodbye Mr. Socialism. Conversaciones con Raf Valvola Scelsi. La Crisis de la izquierda y los nuevos movimientos revolucionarios*. Tradução de Rosa Rius Gatell e Carme Castells Auleda. Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica, 2007, p. 14.

⁸² NEGRI, Antonio. *Goodbye Mr. Socialism. Conversaciones con Raf Valvola Scelsi. La Crisis de la izquierda y los nuevos movimientos revolucionarios*. Tradução de Rosa Rius Gatell e Carme Castells Auleda. Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica, 2007, p. 15.

⁸³ NEGRI, Antonio. *Goodbye Mr. Socialism. Conversaciones con Raf Valvola Scelsi. La Crisis de la izquierda y los nuevos movimientos revolucionarios*. Tradução de Rosa Rius Gatell e Carme Castells Auleda. Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica, 2007, p. 22. Aqui, deve-se enfatizar o papel das trabalhadoras russas que se transformaram, de setor mais explorado da classe operária russa, na vanguarda do movimento social e espontâneo, auto-organizado, que em fevereiro de 1917 lançou as mudanças nas relações sociais que permitiram a insurreição militar bolchevique em outubro daquele mesmo ano. Além das operárias, esse movimento social trazia à sua frente estudantes e mulheres em geral que, desde o início do governo provisório burguês instalado com a queda do Czar, impuseram-lhe uma “sombra incômoda de poder popular organizado em soviets.” Naquela pré-revolução, os soviets, na sua diversidade, refletiam em comum a busca pela auto-organização das massas populares, e foram o espaço privilegiado do poder que nascia do fervilhar político das ruas. (Fonte: revista Cult, edição nº 220, fevereiro de 2017).

e a burocratização do poder ao invés de sua liberação constituinte.”⁸⁴A grande ilusão e loucura prescritas pelo sistema eram esta: somente sem liberdade se poderia defender a revolução.⁸⁵

Aqui tocamos melhor no outro elemento fundamental da crise do regime soviético: o fato de que, na defesa do regime e da acumulação nacional-militar, todas as garantias de liberdade foram desaparecendo pouco a pouco. Daí a paradoxal contradição que representa o gulag e seus milhões de mortos. Foram presos exatamente aqueles homens livres que os soviéticos necessitavam para desenvolver não somente a eletrificação, mas também a informatização da sociedade e a automatização das fábricas. A União Soviética cometeu o mais espantoso ato de masoquismo político jamais realizado por outro país.⁸⁶

Com efeito, para Negri, a queda do sistema soviético foi produzida menos pelos poderes inimigos e por sua maciça propaganda de difamação alimentada sobretudo no contexto da guerra fria do que pelas demandas impostas pelo proletariado do bloco soviético que, em 1989, eram, em substância, análogas às daquelas do proletariado dos países capitalistas avançados nas décadas de 1960 e 1970 – as demandas por liberdade e as insurgências aos regimes disciplinares.

(...) os dirigentes soviéticos não foram derrotados pela Cortina de Ferro, mas pelo fato de terem construído uma enorme inteligência coletiva e não terem sido capazes de oferecer a essa inteligência os instrumentos livres (sublinhado três vezes) de expressão.⁸⁷

Para Negri, portanto, o socialismo real não representou uma forma de governo diferente daquelas inventadas pelo capitalismo e sustentada pela ideologia burguesa ao longo do seu desenvolvimento. Ao contrário, ele participou desse desenvolvimento na medida em que levou ao mundo pós-industrial, integrando-a ao mercado consumidor mundial, uma grande região do planeta cujo desenvolvimento econômico até então beirava os limites do feudalismo.⁸⁸“O

⁸⁴NEGRI, Antonio. *Goodbye Mr. Socialism. Conversaciones con Raf Valvola Scelsi. La Crisis de la izquierda y los nuevos movimientos revolucionarios*. Tradução de Rosa Rius Gatell e Carme Castells Auleda. Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica, 2007, p. 23.

⁸⁵NEGRI, Antonio. *Goodbye Mr. Socialism. Conversaciones con Raf Valvola Scelsi. La Crisis de la izquierda y los nuevos movimientos revolucionarios*. Tradução de Rosa Rius Gatell e Carme Castells Auleda. Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica, 2007, p. 19.

⁸⁶NEGRI, Antonio. *Goodbye Mr. Socialism. Conversaciones con Raf Valvola Scelsi. La Crisis de la izquierda y los nuevos movimientos revolucionarios*. Tradução de Rosa Rius Gatell e Carme Castells Auleda. Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica, 2007, p. 17.

⁸⁷NEGRI, Antonio. *Goodbye Mr. Socialism. Conversaciones con Raf Valvola Scelsi. La Crisis de la izquierda y los nuevos movimientos revolucionarios*. Tradução de Rosa Rius Gatell e Carme Castells Auleda. Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica, 2007, p. 18-19.

⁸⁸HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *O Trabalho de Dioniso. Para a crítica ao Estado pós-moderno*. Tradução Marcelo Lino. Rio de Janeiro, Editora UFJF – Pazulin, 2004, p. 121. “A Rússia era o país que, de longe, sofrera as piores consequências da guerra, tornando mais agudas suas contradições históricas: 1) um imenso império multinacional com 174 milhões de habitantes (124 milhões no campo), com uma sociedade caracterizada pelo declínio da Igreja e da aristocracia rural, base do oficialato, e pela debilidade das classes médias, o que provocava um

capitalismo nunca foi tão eficiente na construção de um mercado e de uma sociedade civil quanto os países do socialismo real.”⁸⁹

O socialismo real consistiu, portanto, num processo de acesso ao mercado integrado ao processo de acumulação originária, um importante desdobramento da subsunção formal da sociedade no capital que, eliminando a distância histórica, registrou a crise do sistema no mesmo nível e apresentando os mesmos problemas postos pelas forças produtivas.⁹⁰

As teorias socialistas, a ideia de revolução e seus mitos da transição – construídas dentro dos paradigmas do desenvolvimento capitalista e seu modelo produtivo – necessitavam da figura do proletariado (ou seus representantes) como agente que participa desse desenvolvimento e assume a gestão do poder e do capital. No entanto, no momento em que esse proletariado começou a se exprimir como força de independência e autovalorização, como ruptura (separação) e não como transição participativa na direção do socialismo, aquele edifício desmoronou.⁹¹

A linha crítico-filosófica desenvolvida por Negri a partir da década de 1970 tem, portanto, como objetivo, de um lado mostrar que tanto o capitalismo quanto o socialismo real representavam uma falsa dialética, e apareciam ambos como expropriação do significado da vida e da sua potência constitutiva, como fixação do trabalho vivo numa perspectiva morta de alienação econômica e política. Por outro lado, tinha por objetivo transformar essa crítica num processo de subjetivação ética, resgatando a verdadeira dialética do sujeito e do poder. A pergunta que acompanha Negri no começo dos anos 1970 é a seguinte: “O que

vazio social entre os grandes proprietários e a massa operária e camponesa. A indústria, principalmente estrangeira, instalada e concentrada em algumas cidades, compreendia 3 milhões de operários; 2) o problema central era o da terra: só 5% dos camponeses eram proprietários, no máximo 12% eram abastados, os kulák; 40% não tinham meios suficientes sobreviver.” (Osvaldo Coggiola, revista Cult, edição 220, fevereiro de 2017.)

⁸⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *O Trabalho de Dioniso. Para a crítica ao Estado pós-moderno*. Tradução Marcelo Lino. Rio de Janeiro, Editora UFJF – Pazulin, 2004, p. 124.

⁹⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *O Trabalho de Dioniso. Para a crítica ao Estado pós-moderno*. Tradução Marcelo Lino. Rio de Janeiro, Editora UFJF – Pazulin, 2004, pp. 123-5.

⁹¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *O Trabalho de Dioniso. Para a crítica ao Estado pós-moderno*. Tradução Marcelo Lino. Rio de Janeiro, Editora UFJF – Pazulin, 2004, p. 128.

acontece quando o que fomenta a crise não é um poder constituído, mas um poder constituinte, que rejeita o desenvolvimento e não requer dialética alguma?”⁹²

Trata-se, portanto, de buscar não uma superação instrumental da ordem capitalista, mas uma transição solidária, concreta e construtiva numa perspectiva biopolítica.⁹³ Biopolítica, no sentido que atravessa a tessitura social e seus antagonismos. Trata-se de superar a dialética socialista – que dominava a cartilha do marxismo oficial – em direção a uma desutopia de construção do comum⁹⁴, para se conceber o momento originário não na relação capital/trabalho – ainda que com primazia do segundo como na hipótese operaísta⁹⁵ – mas na potência democrática e antagônica das forças produtivas. Trata-se, por fim, de reabrir a luta de classes e a sua temporalidade constituinte no interior do processo revolucionário, ao invés de encerrá-la na dialética do capital. Mas, veremos antes como os movimentos de liberação dos anos 1960 e 1970 aconteceram na Itália e, fechando o capítulo, como aconteceu a reação do capital e de seus poderes correlatos no Estado ao movimento pela valorização do trabalho.

2.3 Os anos 1970 na Itália e a derrota

Na Itália, os anos 1970 na verdade começaram bem antes. A Itália do segundo pós-guerra vivenciou um período de acelerada industrialização de modelo Fordista – o chamado “milagre italiano” – que se concentrou na região norte, principalmente nas cidades de Milão, Turim e Gênova, mas que atraiu intenso fluxo migratório interno vindo da região sul, predominantemente agrícola.

No cenário político italiano predominava um governo de coalizão formado pela aproximação, a partir de 1956, do partido Democracia Cristã (DC) com o Partido Socialista Italiano (PSI), fato que começou a dividir a esquerda italiana. O

⁹²HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *O Trabalho de Dioniso. Para a crítica ao Estado pós-moderno*. Tradução Marcelo Lino. Rio de Janeiro, Editora UFJF – Pazulin, 2004, p. 130.

⁹³NEGRI, Antonio. *Goodbye Mr. Socialism. Conversaciones con Raf Valvola Scelsi. La Crisis de la izquierda y los nuevos movimientos revolucionarios*. Tradução de Rosa Rius Gatell e Carme Castells Auleda. Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica, 2007, p. 26.

⁹⁴ “Enquanto que o socialismo é dialética e, agora, má memória, o comunismo é otimismo da razão, assim como verdadeira desutopia. E assim como a utopia é o olhar fixo num ideal que está fora do mundo, a desutopia é o desejo forte que se encontra dentro deste ideal, nas potências do modo de produção atual e, portanto, no nosso horizonte real.” *Op. Cit.* p. 24.

⁹⁵ Ver nota 97 da seção seguinte.

Partido Comunista Italiano (PCI), então o mais importante partido comunista do bloco ocidental, permanecia à época vinculado à política soviética, da qual começou a se afastar no final da década de 1960 para participar daquela coalização e se tornar governo.

Os principais sindicatos do país, por sua vez, experimentavam um relativo enfraquecimento causado pelas derrotas nos movimentos grevistas da década de 1950, derrotas em grande parte decorrentes da forte repressão a que foram submetidos aqueles movimentos. Além disso, progressivamente, assistiu-se, ao longo das décadas de 1960 e 1970, a um processo de agudização da crise de autoridade e representatividade desses sindicatos. Sua estrutura, que dependia fortemente das lideranças sindicais e dos operários sindicalizados das fábricas, não conseguia representar os novos sujeitos sociais que paulatinamente se integravam à classe trabalhadora.

Era essa, resumidamente, a conjuntura na qual eclodiu toda a convulsão política e social que agitou a Itália nas décadas de 1960 e 1970. Com o objetivo de demonstrar alguns aspectos fundamentais desse ciclo de lutas, passaremos a transcrever alguns dos principais confrontos.⁹⁶

Turim, Piazza Statuto, maio de 1962:

1962 foi o ano da renovação do acordo coletivo de trabalho entre os operários da metalurgia e a FIAT. Na década de 1950 não se deflagrara nenhuma greve na FIAT, por um lado em razão da duríssima repressão por parte da administração fabril, por outro, devido às condições salariais que oferecia, em regra superiores à média da região.

No ano de 1962 a situação era diferente, a FIAT havia contratado milhares de imigrantes do sul do país, alterando a configuração do quadro de seus empregados, intensificara o ritmo de trabalho e acumulava perdas salariais. Em 13 de maio de 1962, para pressionar a direção da indústria a aceitar diversas reivindicações dos operários, convocou-se uma greve geral. A paralisação contou, de início, com baixa adesão dos operários, em especial, aqueles da maior fábrica da FIAT – Mirafiore – como ocorrera nos anos anteriores.

UIL (União Italiana de Trabalhadores) e SIDA (Sociedade Italiana do Automóvel), valendo-se da maioria obtida nas comissões internas, firmaram rapidamente e em separado um acordo com a administração da fábrica, deixando de lado algumas das questões mais importantes para os operários, como o ritmo de trabalho, a disciplina da fábrica etc.

⁹⁶ O texto a seguir, narrativo dos confrontos, foi transcrito da dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Rio apresentada por Maria Cecília Lessa da Rocha, sob o título *Trabalho e Estado. Operáismo e Gênese do Conceito de Trabalho Imaterial*. Orientador: Mauricio Albuquerque Rocha. Rio de Janeiro, abril de 2013, pp. 37-42.

Os operários indignados ocuparam a Praça Statuto e invadiram a sede da UIL. Com a violenta resposta da polícia, os manifestantes adotaram posição de confronto, armando barricadas e enfrentando os policiais com paus, pedras, barras de ferro e instrumentos de trabalho. O confronto resultou em 1.212 presos, 90 dos quais ficaram à disposição da Justiça, uma centena de processados à revelia e 169 feridos.

As lutas que se organizaram espontaneamente entre os operários a partir do evento da Piazza Statuto deram início a um agitado processo de afastamento dos operários das regras e hierarquias do partido e do sindicato para fazer emergir formas cada vez mais autônomas de organização.

Valdagno, abril de 1968:

A fábrica têxtil Marzotto era conhecida por realizar uma espécie de ‘capitalismo paternalista’. No entanto, na década de 1950, a fábrica passou por profunda reestruturação para implantação das técnicas tayloristas, o que lhe permitiu sair da crise financeira em que se encontrava. A elevação das metas de produtividade aliada à redução dos postos de trabalho fez com que um clima de indignação se instalasse entre os operários, de modo que em 1968 já não existia qualquer vestígio da relação anterior entre os empregados e o ‘bom patrão’.

Em 19 de abril de 1968, 6.000 operários grevistas organizados em piquetes na entrada da fábrica, enfrentaram a polícia e derrubaram a estátua do fundador, Gaetano Marzotto, símbolo do despotismo fabril.

Porto Marghera, junho de 1968:

Em fins de 1967 e início de 1968, iniciaram-se as greves e piquetes no polo petroquímico de Porto Marghera, região do Vêneto.

As primeiras indústrias químicas estabeleceram-se em Marghera em meados da década de 1920. As instalações do polo petroquímico começaram a operar em 1951, com o auxílio da multinacional norte-americana Monsanto que vendeu às indústrias italianas maquinário e patentes. Em 1966, ocorreu a fusão entre as indústrias Edison e Montecatini nascendo a gigante Montedison, que empregava quase metade dos 30.000 operários ativos em Marghera.

A falta de regras rígidas para assegurar a salubridade nas indústrias permitiu que os danos à saúde dos operários se tornassem piores a cada dia, acidentes e intoxicação eram frequentes, mas os sindicatos não davam sinais de mobilização.

Contando com a participação dos estudantes nas paralisações, os operários reivindicavam, inicialmente, melhor ambiente de trabalho com a frase convocatória ‘saúde não se paga’.

Uma greve geral ocorreu em fim de junho de 1968, os operários de Porto Marghera postulavam aumento linear com bônus de produtividade de 5.000 liras para todos, sem distinção de categorias. O auge dos enfrentamentos ocorreu no mês de agosto, quando os grevistas ocuparam a vizinhança da cidade de Mestre, isolando-a do restante da província.

As lutas operárias em Porto Marghera foram se organizando até conquistar forma autônoma. Ainda no ano de 1967, alguns operários da indústria local e membros do grupo Potere Operaio de Veneza fundaram o Comitê Operário de Porto Marghera, inicialmente vinculado à CGIL. Em 1972, após rejeitarem as propostas do acordo coletivo de trabalho, os operários organizaram a Assembleia Autônoma de Porto Marghera, independente em relação aos partidos e sindicatos tradicionais e que funcionou até 1975.

Milão, dezembro de 1968:

Em fevereiro de 1968, operários da Pirelli-Bicocca de Milão organizaram por iniciativa própria o Comitê Unitário de Base (CUB). As greves de fevereiro que antecederam a renovação do acordo coletivo de trabalho contaram com a adesão de 60% dos trabalhadores, no entanto, os sindicatos (CISL e UIL, acompanhados pelo CGIL, esta por receio de romper a grágil unidade sindical) insistiram em encerrar rapidamente as negociações e acabaram por celebrar um acordo que concedia muito pouco aos operários.

Em junho e julho, por ação do Comitê, independentemente da participação dos sindicatos, os operários promoveram uma série de paralisações espontâneas para redução da jornada de trabalho. As paralisações prosseguiram até o mês de dezembro, quando a direção da Pirelli decidiu fechar a fábrica de Bicocca. Sob a ameaça de invasão das instalações da fábrica pelos operários, um acordo foi firmado às pressas, no entanto, em janeiro de 1969, os operários retomaram as paralisações e reduções autônomas da jornada de trabalho como forma de protestos. O CUB funcionou até 1974.

Primavera de 1969:

1969 foi um ano decisivo para as lutas operárias em razão da intensidade e violência que os conflitos assumiram. Abril era época de renovação do acordo coletivo de trabalho na FIAT. Os operários rejeitaram tanto a liderança sindical quanto suas formas de luta. A reivindicação era por aumentos salariais iguais para todas as distintas categorias. A forma de luta eram as “greves selvagens” (wildcat strikes), greves repentinas e articuladas sem a participação dos sindicatos. À frente do movimento ficou a assembleia de operários e estudantes.

O impasse nas negociações permaneceu até o momento em que a FIAT resolveu negociar diretamente com a assembleia operária, e em fins de junho um acordo foi firmado. No entanto, ainda que parte das reivindicações quanto a aumentos salariais tenha sido atendida, a diferença de reajustes entre categorias foi mantida, frustrando o movimento por igualdade. À época, existia na organização fabril uma série de categorias criando distinções salariais entre os empregados por conta de critérios como hierarquia e antiguidade. Como em 1969 a massa do movimento era composta pelos operários de menor hierarquia e mais jovens, a reivindicação por igualdade era tema de grande importância.

Turim, julho de 1969:

Em 3 de julho de 1969, operários e estudantes enfrentaram a polícia após as manifestações organizadas pelos três principais sindicatos que haviam convocado a greve. Os grevistas reivindicavam o congelamento dos aluguéis na cidade de Turim onde a questão habitacional era particularmente grave em razão do afluxo de imigrantes. Como reação à intervenção das forças policiais, os manifestantes levantaram barricadas e enfrentaram a polícia no Corso Trajano, estendendo-se o conflito para outros bairros até à noite.

Outono Quente de 1969:

Na FIAT, após o período de férias coletivas, as greves continuaram como havia ocorrido na primavera. Um dos setores paralisados tinha posição estratégica e, em consequência, toda a produção foi bloqueada. Em resposta, a FIAT tomou a iniciativa de contratar temporariamente 40.000 operários, o que tornou ainda mais conflituosa a renovação não somente da convenção coletiva de trabalho dos metalúrgicos, mas também dos setores químicos e da construção.

As greves, manifestações e enfrentamentos prosseguiram. Em 28 de novembro, reuniram-se em Roma 100.000 metalúrgicos vindos de toda Itália para pressionar a confederação patronal, as negociações para a renovação da convenção coletiva foram mediadas pelo Ministro do Trabalho, Carlo Donat Cattin. Em dezembro,

com o clima ainda mais tenso após as inúmeras mortes em Piazza Fontana, diante da pressão dos operários e do governo, a organização patronal aceitou em grande parte as demandas dos manifestantes.

Milão, Piazza Fontana, dezembro de 1969:

A explosão de uma bomba, em 12 de dezembro de 1969, na sede do Banco Nacional de Agricultura, deixou 16 mortos e 87 feridos. Foi o início de um ciclo de atentados. A imputação da polícia recaiu sobre a extrema esquerda, o que levou à prisão de diversos militantes. Uma investigação promovida de forma autônoma pelos movimentos extraparlamentares apontou a participação nos atentados de membros infiltrados da extrema direita. A década seguinte seria marcada por diversos atentados, resultando no que passou a ser chamado de ‘estratégia da tensão’.

Assim, em 1962, em Turim, os operários da FIAT inauguraram um ciclo de lutas que se generalizaram nas lutas estudantis de março e maio de 1968 e nas revoltas operárias contra o trabalho em 1969, para depois alastrar-se na década de 1970. Desse ciclo de lutas, três aspectos fundamentais devem ser ressaltados: em primeiro lugar, na medida em que a repressão estatal se intensificava, a resistência violenta por parte dos operários também aumentava, deixando clara a ausência de qualquer intenção de recuo em suas reivindicações; em segundo lugar, os movimentos sociais, que no começo se organizavam em torno do trabalhador da fábrica e possuíam uma forte identidade sindical, progressivamente iam se desligando dos sindicatos em busca de uma organização autônoma.; em terceiro lugar, percebe-se que as reivindicações passaram a englobar demandas que extrapolavam a relação salarial, entrando em pauta a busca por igualdade e o fim das estruturas hierárquicas, questões afetas à moradia, saúde, etc, todas elas negligenciadas em grande parte pelos sindicatos.

Como em grande parte dos países do Ocidente, as demandas giravam em torno de uma contestação profunda do modo de produção capitalista baseado na disciplina da fábrica e do Estado interventor transformado em capital social, além do repúdio ao “socialismo real” e ao marxismo oficial dos partidos comunistas europeus. Ao mesmo tempo, os novos atores sociais que despontavam além do horizonte da fábrica, surgidos do fenômeno da informalização do trabalho que tendeu a crescer a partir da década de 1970, buscavam mudanças qualitativas de vida e a abertura de espaços e novas formas concretas de liberdade. No entanto, na Itália, a falta de uma mediação política e institucional adequada para dar conta da extrema polarização dos confrontos fez com que, ao lado daquelas demandas, fosse posto o problema de traduzir, em termos de poder político, toda aquela

convulsão social que aconteceu no período pós 1968. A questão de se encontrar um resultado político para as lutas e para as mudanças que já estavam ocorrendo nas fábricas e no mercado de trabalho como um todo estava na agenda de toda a esquerda italiana, tanto a antiga, representada pelos partidos e sindicatos, quanto a que emergia dos novos movimentos autônomos. Travou-se uma longa e dramática batalha pela hegemonia na esquerda, determinada de acordo com a natureza e a qualidade da solução política que se propunha.

Inerente aos acontecimentos, à crise do movimento operário oficial na Itália e ao cenário internacional de contestação do “socialismo real”, constatou-se também uma renovação filosófica forjada nessas lutas que, progressivamente, foram ganhando autonomia em relação aos antigos esquemas de representação de classe, consubstanciados nos sindicatos e partidos de esquerda. *Operaísmo* foi, assim, o nome de uma inovadora aproximação da teoria e da prática marxistas, que, aplicada ao contexto italiano, adotava como hipótese central a relevância que a luta operária exerce na dinâmica do capital, atuando como sujeito político que condiciona as transformações das formas de acumulação e exploração e o desenvolvimento capitalista, e sublinhava desta feita a importância da investigação empírica da subjetividade operária, isto é, da composição de classe.⁹⁷ Esta, como conceito analítico, tem dois polos: a composição técnica, que é o conjunto das relações sociais e disciplinares, bem como das ferramentas que o processo de produção impõe aos trabalhadores numa determinada conjuntura histórica; e a composição política, que é a forma de organização do trabalhador moldada na luta com a composição técnica. Somente investigando essa composição de classe, diziam os operaístas, pode-se efetivamente encontrar os meios de liberar o poder da classe trabalhadora.

Para os operaístas, a história das formas capitalistas é, sempre e necessariamente, uma história reativa. O capitalismo só se submete a transformações sistêmicas quando é obrigado, ou seja, quando o regime em vigor se torna insustentável. Para apreender o processo do ponto de vista do seu

⁹⁷ A **hipótese operaísta** foi desenvolvida pelo filósofo marxista Mario Tronti em 1964 e aparece nos seguintes termos, em seu *Lenin na Inglaterra*: “Também trabalhamos com um conceito que põe em primeiro plano o desenvolvimento capitalista, e o trabalho em segundo. Isso é um erro. E agora devemos revirar o problema, reverter a polaridade e recomeçar do começo: e o começo é a luta de classe da classe trabalhadora. Ao nível do capital socialmente desenvolvido, o desenvolvimento capitalista se torna subordinado às lutas da classe trabalhadora.”

elemento ativo e não reativo precisamos adotar o ponto de vista do outro lado, isto é, o ponto de vista proletário que está sendo arrastado para dentro das relações capitalistas. Dessa forma, o poder do proletariado não somente impõe limites ao capital e determina a crise, como também dita os termos e a natureza da transformação. O proletariado efetivamente inventa as formas sociais e produtivas que o capital será obrigado a adotar no futuro para contra ela reagir. Esse poder da classe proletária não está inscrito nas instituições representativas, mas no antagonismo e na autonomia dos próprios trabalhadores.

A prioridade conferida à atividade da classe trabalhadora representou um repúdio não somente da ideologia capitalista, que atribuía todo agenciamento criativo e organizacional ao capital e tratava os trabalhadores como instrumentos passivos a serem comandados, mas também do dogma institucional da esquerda oficial que igualmente atribuía agenciamento e organização aos sindicatos e partidos e estava, àquela época, abandonando o compromisso com a prática revolucionária e a luta anticapitalista em favor de uma transição gradual e mediada para o comunismo, através da construção de alianças políticas. Na visão dessa esquerda ortodoxa, bastaria o desenvolvimento de uma mediação institucional mais articulada e mais complexa para garantir o protagonismo da classe operária na retomada do desenvolvimento econômico, o que foi tentado justamente com a celebração do Compromisso Histórico, como se verá mais adiante. Porém, o fato é que tais alianças, que permitiram que a coalização de centro-esquerda se equilibrasse no poder ao longo das décadas de 1960 e 1970 por meio de sucessivos governos de curta duração, nunca resultaram efetivamente num projeto político consistente.

Outra temática fundamental do *Operaísmo*, que esteve muito presente no dia a dia das lutas operárias, repousa sobre a questão da recusa ao trabalho, entendida como recusa de uma espécie de produção material típica do regime disciplinar e de suas fábricas. Para os operaístas, a exploração capitalista se baseia na redução da vida ao trabalho, ou seja, na apresentação da força de trabalho como mero objeto no processo de produção, de modo que a recusa ao trabalho significa recusa da exploração e afirmação da vida. A recusa apareceu em variadas práticas diárias: os jovens que recusaram a disciplina e a repetição do regime de fábrica e inventaram novas formas de mobilidade e flexibilidade e novos estilos

de vida, os movimentos estudantis que atribuíram um alto valor social ao saber e ao trabalho intelectual, os movimentos feministas que expuseram o conteúdo político das relações pessoais, recusaram a disciplina patriarcal e elevaram o valor social do trabalho afetivo que ocorre na esfera da reprodução social. Em suma, as diferentes modalidades de recusa, em vários níveis e segmentos, produziram seus próprios circuitos de valorização e aumentaram significativamente o valor social do trabalho afetivo, intelectual, do saber, enfim, do trabalho imaterial, moldando a transformação da produção capitalista nas décadas seguintes. A revolução ocorre, assim, com a separação da classe operária do trabalho como mero produtor de mais valia para o capital, momento em que a classe operária deixa de se conceber como simples objeto do processo de produção para se tornar sujeito político e potência, tema que será explorado no terceiro capítulo desta dissertação.

A preocupação com o estudo da subjetividade operária e com a investigação empírica da composição de classe, tanto em seu aspecto técnico como no aspecto político, fez com que os operaístas pudessem afirmar a transição, iniciada em 1968, entre o paradigma de classe representado pelo operário-massa e o paradigma do operário social.

Operário-massa foi o termo cunhado pelos operaístas para designar o sujeito operário desprovido de qualificação técnica que surgiu em 1917, subordinado ao processo de produção capitalista baseado na tríade taylorismo-fordismo-keynesianismo, e que foi o protagonista das lutas que ocorreram no ambiente fabril. As principais armas lançadas coletivamente nessas lutas foram as greves e sabotagens, que se expressaram como tentativas de negação de sujeição àqueles instrumentos regulatórios a que eram expostos, e, portanto, de negação da própria existência enquanto operário-massa submetido à exploração do processo de produção capitalista.

A reação do capital às lutas do operário-massa desencadeou, a partir do final dos anos 1960, o processo de reestruturação produtiva que deu origem, progressivamente, a um novo sujeito: o operário social. O surgimento do conceito de operário social tem assim como contexto a fragmentação social e proletarização advindas daquela reestruturação e da crise econômica que deixou para trás, na Itália, os anos do “milagre econômico”, bem como o simultâneo aparecimento de grupos políticos cujas reivindicações despontavam na sociedade,

com especial destaque para as lutas das mulheres, dos jovens, dos estudantes e dos trabalhadores informais. O conceito de operário social foi construído para abarcar toda essa diversidade e rejeita, portanto, a separação entre setores produtivos e improdutivos da sociedade, colocando no centro do processo de produção o *trabalho vivo* dessas figuras sociais cuja dimensão produtiva não se insere na relação salarial⁹⁸, mas que apresentam um potencial de autonomia imediatamente produtiva, sem necessidade de pisar o chão da fábrica. Entre os jovens, por exemplo, observava-se uma crescente rejeição pelo trabalho fabril, que não era mais por eles considerado o centro da sua existência produtiva, e uma busca por outros setores informais da economia e outros espaços de liberdade. Por sua vez, as mulheres foram se descolando da luta operária para impor de forma autônoma as suas próprias bandeiras⁹⁹.

A crise internacional do petróleo em 1973, que impulsionou a primeira contraofensiva capitalista rumo ao neoliberalismo e ao solapamento das estruturas do Estado de bem-estar social¹⁰⁰, fez desaparecer na Itália todo e qualquer resquício de relação dialética que ainda pudesse existir entre os movimentos autônomos e espontâneos que despontavam e a esquerda como totalidade. O agravamento da crise econômica refletiu-se em instabilidade política e mudou todo o cenário institucional, fazendo com que o Partido Comunista Italiano (PCI), que detinha a hegemonia parlamentar à esquerda, na busca de um maior papel no governo, rompesse o diálogo com sua base social para propor à DC a celebração do “Compromisso Histórico”. O “Compromisso Histórico” firmou-se assim como

⁹⁸ ROCHA, Maria Cecília Lessa da. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da PUC-Rio. Orientador: Maurício Albuquerque Rocha. Rio de Janeiro, abril de 2013, pp. 56-57.

⁹⁹ ROCHA, Maria Cecília Lessa da. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da PUC-Rio. Orientador: Maurício Albuquerque Rocha. Rio de Janeiro, abril de 2013, p. 57.

¹⁰⁰ O embargo e a elevação do preço do petróleo da OPEP em 1973 colocou grande poder financeiro à disposição de países produtores de petróleo, como a Arábia Saudita, o Kuwait e Abu Dhabi. Na época, provavelmente por pressão militar dos EUA, os sauditas concordaram em reciclar seus petrodólares nos bancos de investimento de Nova York, jorrando nesses bancos amplos recursos para os quais precisavam encontrar aplicações lucrativas, o que foi feito principalmente através do endividamento dos países em desenvolvimento. Os bancos de Nova York contavam com a tradição imperial norte americana para sempre manter abertas novas oportunidades de investimento e proteger as suas operações externas, muitas vezes recorrendo a alianças com repressivas ditaduras militares e governos autoritários. Antes da crise de 1973, em 17 de agosto de 1971, o presidente norte americano Richard Nixon desindexou o dólar do ouro, que não mais poderia funcionar como a base metálica da moeda que já havia inundado o mundo. As taxas de juros passaram a ser flutuantes e as tentativas de controlar a flutuação logo foram abandonadas. Esse modelo de liberalismo – baseado na tripla regulação keynesianismo, taylorismo e fordismo – que havia gerado altas taxas de crescimento nos países capitalistas avançados depois de 1945 estava definitivamente esgotado.

uma aliança entre partidos de centro esquerda que reuniu o PCI, o PSI e a DC, esta liderada por Aldo Moro. Desta feita, o PCI, que já se destronara do lugar de partido de oposição manifestando seu apoio ao governo frente às manifestações estudantis de 1968, definitivamente se descolou dos anseios daquela esquerda extraparlamentar. “A partir daí, ele (o Partido Comunista Italiano) se apresentou não simplesmente como o ‘partido da luta’, mas como um ‘partido de luta e de governo’.¹⁰¹ Os anos que se seguiram até 1978 testemunharam uma progressiva intensificação da aliança entre o PCI e a DC, que se estendeu do governo e do parlamento para todo o sistema do poder, desde a sua administração central até os sindicatos, mídia e, notadamente, a polícia.¹⁰²

A celebração do Compromisso Histórico reavivou um tema que dividiu a esquerda intelectual italiana naquele período, que tinha grande expressão no meio acadêmico: o da autonomia do político, ou seja, a ideia de que a esfera política possui uma lógica interna independente das esferas social e econômica que, portanto, autoriza os representantes políticos a agir sem coordenação com as necessidades de suas bases constituintes¹⁰³. As opções que se colocavam eram, de um lado, aceitar a força hegemônica do PCI e trabalhar dentro dos movimentos trabalhistas oficiais, o que importava em admitir que a tarefa política da classe trabalhadora e de seus líderes não era a de afirmar suas próprias necessidades e construir o seu próprio mundo através da organização e da revolução mas, ao contrário, a de se tornarem mais eficazes que os capitalistas na dominação do processo de racionalização, estabelecendo seu comando político sobre um processo cujas coordenadas tecnológicas e demandas não são imediatamente politizáveis. De outro lado, afirmar a separação e a autonomia do movimento, em especial daquele relacionado aos trabalhadores “irregulares” – aqueles que já se

¹⁰¹ NEGRI, Antonio, in *Between Historic Compromise and Terrorism*, artigo publicado no *Le Monde Diplomatique* em agosto de 1998. Disponível em: <http://www.hartford-hwp.com/archives/62/211.html>. Acesso em 24/01/2017 às 14:40.

¹⁰² NEGRI, Antonio, in *Between Historic Compromise and Terrorism*, artigo publicado no *Le Monde Diplomatique* em agosto de 1998. Disponível em: <http://www.hartford-hwp.com/archives/62/211.html>. Acesso em 24/01/2017 às 14:40.

¹⁰³ Como explica Timothy Murphy, em 1969, enquanto Negri e outros operaístas fundavam o *Potere Operaio*, uma aliança extraparlamentar entre estudantes e trabalhadores para questionar a colaboração do PCI com o capital e procurar resposta para as questões relativas à composição técnica e organização política do chamado operário social, Tronti, Massimo Cacciari e outras figuras proeminentes do movimento operaísta decidiram se integrar ao PCI que, na sua visão, e apesar de sua estratégia de acomodação e compromisso eleitoral, oferecia melhor oportunidade para realizar o potencial político da massa trabalhadora.

estabeleciam fora das fábricas – e estudantes, e se mover em direção a formas de luta e organização externas mais autônomas e alternativas ao PCI.¹⁰⁴

A crítica de Negri ao Compromisso Histórico se referia à participação mediada pelo partido (PCI) e sindicatos representativos – de um lado estabilizar a demanda das classes trabalhadoras e, de outro, aumentar sua participação no governo –, o que representava um novo modelo de “autonomia do político” e de suas promessas reformistas. Nas suas palavras:

O que estava sendo construído era um quadro legislativo e uma feudalização das funções que, com devida eficácia, eram supostamente os meios de efetuar a ditadura dos dois maiores partidos. Uma espécie de grande coalizão – o produto mistificado de um centro de gravidade parlamentar que deveria resolver, numa unanimidade demagógica, o problema da crise constitucional. Esse foi o momento supremo da política, a única política, perseguida pelo Partido Comunista desde o fim da Segunda Guerra Mundial. (...) Reformismo não tem qualquer atrativo (...) a conversa sobre o desenvolvimento econômico não tinha espaço entre a nova composição de classe. O problema do sujeito proletário era aquele de um cenário alternativo de valores e modos de vida. A cara do Compromisso Histórico era burocrática, grotesca (...). As estruturas políticas estavam mal adaptadas para absorver o novo. Ler o contexto social como um todo unificado e tentar normalizá-lo era impossível. A relação social estava atravessada pelo antagonismo, e a possibilidade de equilíbrio era difícil, se não impossível.¹⁰⁵

Assim, longe de ser uma medida de originalidade do movimento trabalhista oficial europeu, como promoviam seus defensores, o Compromisso Histórico representou uma colaboração com o capitalismo tecnocrático que, inclusive, terminou por empreender uma forte perseguição política aos seus dissidentes, principalmente os operaístas e autonomistas. Para Negri, a autonomia do político como conceito e o compromisso nela incorporado eram falsos porque pressupunham a subsistência de uma sociedade civil que pudesse operar independentemente do Estado, o que para ele já não mais existia. Não poderia mais haver mediação por representantes políticos simplesmente porque não havia mais espaço para tal delegação na sociedade da subsunção real, já que, como se verá na seção seguinte, o Estado a absorve por completo. A única possibilidade possível é a de confrontação direta entre o Estado e aquela insurgente classe

¹⁰⁴ MANDARINI, Matteo; TOSCANO, Alberto. Introdução ao *The Political Descartes – Reason, Ideology and the Bourgeois Project*. Londres, Verso, 2006, p. 15.

¹⁰⁵ NEGRI, Antonio. *Pipeline – Letters from prison*. Tradução de Ed Emery. Cambridge, Polity Press, 2014, p. 175.

trabalhadora.¹⁰⁶ Assim, pode-se dizer que, contra a leitura de Negri que via na subsunção real a oportunidade de afirmar a *potentia* proletária como força direta e imanente, opunha-se aquela do partido e movimentos oficiais que pregavam a existência de uma *potestas* transcendente sobre o processo de racionalização.¹⁰⁷

As lutas adentraram a década de 1970 já contando com uma ampla base social de movimentos que romperam definitivamente com todas as formas de representação institucional.¹⁰⁸ As “greves selvagens” (*wildcat strikes*) não somente persistiram nesse período, como observou-se uma intensificação e uma radicalização da tendência à autonomia e à recusa ao trabalho. Ao mesmo tempo, ao lado das lutas operárias espontâneas e das manifestações universitárias e feministas, irromperam diversos movimentos extraparlamentares de esquerda, como o *Potere Operaio* e a *Autonomia Operaia*. Entretanto, o governo do Compromisso Histórico Italiano, tentando restaurar uma relação simétrica entre as lutas e o Estado, não somente negou legitimidade a qualquer movimento que se desenvolvesse fora daquela simetria como, também, promoveu todas as condições para que as forças sociais espontâneas fossem duramente reprimidas, de forma a mostrar a seus aliados da Democracia Cristã o seu compromisso com a ordem pública.

A estratégia do Estado ao longo dos anos 1970 foi no sentido de fomentar um clima de tensão na sociedade, valendo-se, sobretudo, da ação de grupos armados extremistas nascidos da resistência contra a reestruturação, e que cresciam dentro de um clima de ressentimento em relação ao que era visto como uma traição da esquerda oficial, representada pelo PCI e pelos sindicatos.¹⁰⁹ Esses grupos eram formados principalmente pelos militantes das grandes fábricas, que exerciam uma franca resistência contra a reestruturação e contra a descentralização da produção, desenvolvendo a prática da “justiça proletária” que seria a semente de organizações armadas clandestinas como a *Brigate Rosse* e a

¹⁰⁶ MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*. Cambridge, Polity Press, 2012, p. 87.

¹⁰⁷ MANDARINI, Matteo; TOSCANO, Alberto. Introdução ao *The Political Descartes – Reason, Ideology and the Bourgeois Project*. Londres, Verso, 2006, p. 18.

¹⁰⁸ NEGRI, Antonio, in *Between Historic Compromise and Terrorism*, artigo publicado no *Le Monde Diplomatique* em agosto de 1998. Disponível em: <http://www.hartford-hwp.com/archives/62/211.html>. Acesso em 24/01/2017 às 14:40.

¹⁰⁹ NEGRI, Antonio, in *Between Historic Compromise and Terrorism*, artigo publicado no *Le Monde Diplomatique* em agosto de 1998. Disponível em: <http://www.hartford-hwp.com/archives/62/211.html>. Acesso em 24/01/2017 às 14:40.

Prima Linea.¹¹⁰ No entanto, tais organizações acabaram também por crescer parasitariamente na própria fraqueza política do movimento autônomo. Com efeito, a intensa repressão estatal a que foram submetidos, somada à falta de uma organização política, levou certos grupos à crise e a um processo de pulverização e perda de identidade, fazendo com que alguns de seus integrantes fossem cooptados pelos grupos extremistas. Tais grupos extremistas exerciam a tática de guerra contra o Estado – completamente desconhecida pelos movimentos autônomos de luta – e, também, contra os próprios movimentos sociais espontâneos e autônomos, a quem criticavam duramente.

O início da estratégia de tensão deu-se com a explosão de uma bomba na sede do Banco Nacional de Agricultura, em Piazza Fontana, Milão, em 12 de dezembro de 1969, que resultou em dezesseis mortos e oitenta e sete feridos, e teve o seu ponto culminante no ataque à Estação Central de Bologna em 2 de agosto de 1980, que deixou oitenta e cinco mortos e duzentos feridos. Nos dois casos, as autoridades confirmaram posteriormente que os autores desses atos terroristas pertenciam à extrema direita. De acordo com as estatísticas do Ministro do Interior italiano, 67,55% da violência cometida na Itália entre 1969 e 1980 são atribuíveis a grupos de extrema-direita, 26,5% a grupos da extrema-esquerda e 5,9% a outros.¹¹¹

Porém, os grupos clandestinos armados – de extrema-direita ou de extrema-esquerda – e sua tática de guerra contra o Estado nada tinham a ver com a natureza dos movimentos que se mantiveram autônomos, integrados pelos novos sujeitos sociais surgidos justamente da reestruturação e da descentralização da produção, pressionados pela crise econômica, precarizados pela ausência de garantias e pela fragmentação das formas de seus rendimentos, não vinculados a um salário. Estes últimos distinguiram-se pela total relação entre a forma de luta escolhida e sua vinculação com os objetivos contingentes, sendo que a violência eventualmente utilizada era uma violência conectada ao processo de auto-

¹¹⁰ *Brigate Rosse* e *Prima Linea* eram organizações armadas de extrema esquerda. Operando num nível mais político estavam as organizações extraparlamentares como a *Lotta Continua*, *Potere Operaio*, *Autonomia Operaia*, etc

¹¹¹ NEGRI, Antonio, in *Between Historic Compromise and Terrorism*, artigo publicado no *Le Monde Diplomatique* em agosto de 1998. Disponível em: <http://www.hartford-hwp.com/archives/62/211.html>. Acesso em 24/01/2017 às 14:40.

afirmação da identidade desse novo e poderoso sujeito produtivo.¹¹² Mesmo quando lançavam mão da quebra da legalidade, as táticas adotadas pelos movimentos autônomos não visavam a atacar o Estado, mas, diversamente, faziam parte de um fenômeno desencadeado pela crise econômica e pelas transformações sociais, e objetivavam a apropriação pelas massas do tempo da vida, a liberação das amarras do comando da fábrica, a procura por novas comunidades e conquista de espaços que pudessem ser controlados autonomamente. Tratava-se de uma ofensiva prática que, tendo como palco principal as grandes metrópoles, visava à satisfação das necessidades coletivas ameaçadas pelo corte nos gastos públicos e pelas medidas de austeridade econômica impostas pelo governo do Compromisso Histórico. Buscavam, em suma, reverter os mecanismos da crise capitalista em favor da força-trabalho¹¹³. Essas lutas tiveram seu ponto culminante em 1977, com grandes e violentas manifestações, movimentos de autorredução de tarifas de serviços básicos, ocupações em universidades, ação das rádios livres, etc, questionamentos de toda ordem, advindos de variados estratos e, sublinhe-se, irredutíveis à luta armada capitaneada pelas Brigadas Vermelhas.¹¹⁴

O começo da derrota e do termidor daquela década de lutas ocorreu com o sequestro e assassinato, pelas Brigadas Vermelhas, do Primeiro Ministro Aldo Moro, em março/maio de 1978. A partir daí iniciou-se um cenário desolador de decadência e repressão no qual a violência, tanto a praticada pelo Estado quanto a praticada pelos grupos extremistas – a última direcionada tanto às instituições do Estado quanto àqueles novos sujeitos sociais antagônicos das lutas – representavam para Negri as duas faces do mesmo terrorismo.

Em 1977 o movimento estudantil já tinha vivido seus últimos momentos de intenso confronto. Em 1º de fevereiro um estudante foi morto por jovens neofascistas na Universidade de Roma, fato que provocou uma avalanche de protestos que terminaram com troca de tiros entre estudantes e policiais. Em 17 de fevereiro, Luciano Lama, secretário geral da Confederação Geral Italiana de

¹¹² NEGRI, Antonio. *Diary of an escape*. Tradução de Ed Emery. Cambridge, Polity Press, 2010, p. 44.

¹¹³ NEGRI, Antonio. *Diary of an escape*. Tradução de Ed Emery. Cambridge, Polity Press, 2010, p. 42.

¹¹⁴ SANTIAGO, Homero. Prefácio à edição brasileira de *Marx além de Marx*. São Paulo, Editora Autonomia Literária, 2016, p. 19.

Trabalho (CGIL), foi expulso da Universidade de Roma. Em Bolonha, o assassinato de outro estudante acarretou violentos enfrentamentos que foram o pretexto para que o Ministro do Interior autorizasse intervenção policial com uso de blindados. Na primavera de 1977, os conflitos se disseminaram em Roma e Milão. Findo este período, os movimentos estudantis desapareceram do cenário das lutas sociais.

O último ato das lutas operárias aconteceu no outono de 1980, quando a FIAT anunciou a demissão de 14.196 empregados, que reagiram imediatamente com paralisações na produção, manifestações e piquetes. A FIAT, apoiada pelo governo italiano, manteve a decisão de demissão e substituiu os empregados por 23.000 contratados. Ao todo, foram trinta e cinco dias de confronto até 14 de outubro, quando diretores e empregados dos quadros intermediários organizaram uma manifestação em protesto à greve, com apoio da opinião pública. Pressionados, os grevistas fecharam um acordo com a direção da FIAT, com nítida desvantagem para os operários. O controle das negociações, que desde 1969 estava nas mãos dos operários, retornou à organização patronal, e o fracasso da greve na FIAT estendeu-se por toda a Itália.¹¹⁵

Desta forma, a experiência das lutas operárias na Itália, “com toda a violência dos enfrentamentos nas fábricas, as diversas subjetividades envolvidas, estudantes, mulheres, trabalhadores qualificados, somados à intensa produção intelectual da jovem vanguarda italiana, tudo isso encerrou-se no início da década de 1980”. Os levantes das décadas de 1960 e 1970 expressaram essa nova composição de classe que afirmava a sua capacidade produtiva, sua inteligência técnica e científica e suas formas avançadas de cooperação social, enfim, que conduzia a crítica do trabalho assalariado numa direção afirmativa.¹¹⁶ Segundo Negri, tais movimentos, não obstante demonstrassem uma intensidade muito grande em sua composição social e uma impressionante uniformidade de comportamentos, eram frágeis na sua composição política, fato que foi muito bem aproveitado pela política oficial ditada pelos partidos do Compromisso

¹¹⁵ ROCHA, Maria Cecilia Lessa da. Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Rio. Orientação: Mauricio de Albuquerque Rocha. Rio de Janeiro, abril de 2013, p. 59.

¹¹⁶ NEGRI, Antonio. *Diary of an escape*. Tradução de Ed Emery. Cambridge, Polity Press, 2010, p. 44.

Histórico.¹¹⁷ Com efeito, para lidar com o isolamento a que se impuseram, as forças políticas incorporadas no Compromisso Histórico optaram pela via da repressão pura e simples, introduzindo nesse cenário prisões, julgamentos, políticas, leis e medidas de exceção, o que não deixou de ter consequências negativas também para os partidos políticos envolvidos. O PCI, nos anos que se seguiram, experimentou um declínio contínuo de seu apoio eleitoral e falhou em todas as tentativas de restabelecer qualquer tipo de contato com suas bases sociais – que o partido já havia tornado politicamente marginais – consolidando-se como uma máquina burocrática apartada da sociedade e presa aos mecanismos do poder. A DC perdeu a sua posição de centralidade constitucional durante o curso dos eventos, tornando-se incapaz de compreender o cenário social e produtivo que a crise tinha instaurado. A DC acabou derrotada pelo governo socialista de Bettino Craxi, que ascendeu ao poder em 1983 para transformar o isolamento das classes políticas numa máquina massiva de corrupção e degradação da sociedade e do Estado. Foi assim que os anos 1970 chegaram ao fim.¹¹⁸

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980 centenas de militantes foram presos, condenados ou forçados ao exílio. Negri foi preso em abril de 1979 e mantido em prisão preventiva por quase quatro anos, sob acusações que mudaram após a sua prisão ao alvedrio de todo aquele aparato de exceção criado no sistema da polícia e da justiça do governo do Compromisso Histórico, desde o sequestro e assassinato do Primeiro Ministro Aldo Moro – pela qual foi ao final absolvido -- até as acusações de “insurreição armada contra os poderes do Estado” e “responsabilidade moral” pelos confrontos entre os ativistas revolucionários e a polícia de Milão, entre 1973 e 1977. Condenado em 1983 a trinta anos de prisão, pena que seria posteriormente reduzida para dezessete anos, foi eleito deputado no mesmo ano, ganhando liberdade e imunidade que, no entanto, foi cassada pelos seus próprios pares. Negri então partiu para o exílio na França, retornando à Itália em 1997 para cumprir o restante de sua pena, fechar um capítulo da sua própria “história judicial” e chamar atenção para as questões sobre exilados e condenados

¹¹⁷NEGRI, Antonio. *Pipeline – Letters from prison*. Tradução de Ed Emery. Cambridge, Polity Press, 2014, pp. 174-5.

¹¹⁸ NEGRI, Antonio, in *Between Historic Compromise and Terrorism*, artigo publicado no *Le Monde Diplomatique* em agosto de 1998. Disponível em: <http://www.hartford-hwp.com/archives/62/211.html>. Acesso em 24/01/2017 às 14:40.

políticos dos “anos de chumbo” na Itália. Foi definitivamente liberado pela Justiça em 2003.

Para Negri, a derrota política do movimento autônomo não apagou a espessura ontológica do novo sujeito social que havia conseguido, contra as medidas impostas pelo sistema de produção e pelo Poder, dissolver a jornada de trabalho e incrementar o conjunto de bens e necessidades da sua reprodução. O aumento do salário social – em termos de salário e de bem-estar – durante o período de crise nos anos 1960 e 1970 resultou diretamente na acumulação de lutas sociais no terreno da reprodução, do não-trabalho, no terreno da vida. Essas lutas sociais não somente fizeram subir os custos de reprodução e o salário social – e conseqüentemente diminuir a taxa de lucro do capital – mas também forçaram a uma mudança na qualidade e na natureza do próprio trabalho, conquistas que não foram perdidas, mas que se acumularam na densidade ontológica do novo sujeito político e produtivo que fez o seu teste geral em 1977.

A rearticulação da jornada de trabalho; a pressão sobre os gastos públicos; as questões de proteção do ambiente e escolha de tecnologias; a crise do sistema de partidos; e o problema de encontrar uma nova fórmula constitucional de governo – por trás de todas essas questões, a densidade do sujeito de massa, com suas múltiplas demandas por rendimentos, liberdade e paz, permaneceu intacta.¹¹⁹

Por outro lado, esse novo sujeito social, forjado no antagonismo, na recusa e na separação, se expressava como uma multidão de diferentes que colocou em ação uma multiplicidade de processos de autovalorização que se davam fora da dialética do capital e do seu modo de produção, deixando claro que o caminho para a refundação do comunismo exigia a não separação entre trabalho e potência, entre liberdade e liberação – separação essa que no final dos anos 1970 e nos anos 1980 acabou por dominar a cena e reintroduzir na existência coletiva a medida capitalista do tempo da morte¹²⁰.

¹¹⁹NEGRI, Antonio. *Diary of an escape*. Tradução de Ed Emery. Cambridge, Polity Press, 2010, p. 48.

¹²⁰NEGRI, Antonio. *Pipeline – Letters from prison*. Tradução de Ed Emery. Cambridge, Polity Press, 2014, pp. 180-181.

2.4

A subsunção real do trabalho e da vida no capital e a crise da medida de valor

O tema marxista da subsunção real do trabalho no capital está presente em diversos momentos da obra de Antonio Negri, que parte das lutas na sociedade do capitalismo avançado, e da crise dos mecanismos de mediação na resolução dos conflitos, para teorizar sobre as possibilidades revolucionárias que emergem em tal contexto.

Marx descreve a exploração capitalista a partir de duas formas diferentes de subsunção – a formal e a real --, cada qual se referindo a conceitos diversos de mais valia, e que se apresentam como resultado da evolução histórica do capitalismo e das correspondentes mutações na relação capital x trabalho. Segundo Marx, na subsunção formal do trabalho ao capital há extração da mais valia absoluta, enquanto na subsunção real prevalece a extração da mais valia relativa.¹²¹ Negri afirma que é através dessas duas fases que se pode testemunhar uma progressiva subordinação do processo de trabalho ao comando do capital.¹²²

A subsunção formal, cujo período histórico corresponde ao período do capitalismo pré-industrial que leva ao limiar da Revolução Industrial e ao primeiro capitalismo artesanal¹²³, refere-se à primeira forma de subordinação do trabalho ao capital para a valorização do último, o que acontece através do assalariamento. Nesse estágio, as forças capitalistas gerem o trabalho e este se apresenta como algo alheio ao capital. No paradigma da subsunção formal o capital deve reconhecer a importância do trabalho como motor da produção da riqueza social, e o poder se revela como uma disciplina imposta aos trabalhadores para a extração da mais valia absoluta, que é o valor produzido pelo trabalho através do simples aumento da quantidade do tempo de trabalho, ou seja, pela extensificação do trabalho através da ampliação contínua da sua jornada diária.

¹²¹ FUMAGALLI, Andrea. *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo*. Tradução de Luis Marcos Sander. Revista IHU Ideias do Instituto Humanitas Unisinos, ano 14, nº 246, vol. 14, ano 2016, p. 7.

¹²² MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*. Cambridge, Polity Press, 2012, p. 81.

¹²³ FUMAGALLI, Andrea. *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo*. Tradução de Luis Marcos Sander. Revista IHU Ideias do Instituto Humanitas Unisinos, ano 14, nº 246, vol. 14, ano 2016, p. 7.

No estágio da subsunção formal, o sistema capitalista de produção seguiu na direção da extensificação da atividade laboral, rumo a um controle maior do capital. Para essa finalidade, é possível trabalhar de duas formas: a) o prolongamento da jornada de trabalho até o limite máximo permitido pela necessidade de garantir a reprodução da força de trabalho e b) o assalariamento da maior quantidade de mão de obra possível, na presença de uma determinada organização do trabalho (...). A extensão do trabalho produtivo através de seu assalariamento monetário é complementar à extensão da jornada de trabalho. Esses dois aspectos da subsunção formal do trabalho ao capital são o ponto de partida do início do capitalismo e, ao mesmo tempo, o ponto de chegada da acumulação primitiva.¹²⁴

No entanto, devido principalmente à crescente intensificação das lutas trabalhistas, a extração da mais valia absoluta tende a encontrar o seu limite no que Marx chama de tempo da reprodução, que é o tempo destinado ao descanso dos trabalhadores. Ora, o prolongamento da jornada diária de trabalho não pode ocorrer de forma a colocar em risco a reprodução da força de trabalho, pois os trabalhadores não podem trabalhar ininterruptamente sem descanso. Deparado com esse limite, o capital vai buscar a mais valia relativa através da redução da proporção do tempo de trabalho necessário em relação ao tempo excedente (sobretalho), o que significa aumentar a eficiência da força de trabalho durante o mesmo período. Entramos assim no estágio da subsunção real do trabalho ao capital, que Marx associa ao modelo organizacional da fábrica, onde não há mais especialização e o trabalhador é forçado pela máquina a realizar operações monótonas durante toda a jornada de trabalho.¹²⁵ A figura típica que emerge desse sistema de produção é a do operário-massa, a do trabalhador desprovido de qualificações cognitivas que é reduzido a um corpo que age sem pensar.

A extração da mais valia relativa é determinada pelo aumento da intensificação do ritmo ditado pela velocidade das máquinas. Essa intensificação (o que os economistas chamam de produtividade do trabalho) se destina a reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução da mesma força de trabalho. O resultado é permitir um maior volume de produção, sobretalho e, depois, mais valia.¹²⁶

A subsunção real do trabalho ao capital tem por característica acontecer dentro do próprio processo produtivo, pois o conhecimento e a capacidade de

¹²⁴ FUMAGALLI, Andrea. *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo*. Tradução de Luis Marcos Sander. Revista IHU Ideias do Instituto Humanitas Unisinos, ano 14, nº 246, vol. 14, ano 2016, p. 8.

¹²⁵ FUMAGALLI, Andrea. *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo*. Tradução de Luis Marcos Sander. Revista IHU Ideias do Instituto Humanitas Unisinos, ano 14, nº 246, vol. 14, ano 2016, p. 9.

¹²⁶ FUMAGALLI, Andrea. *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo*. Tradução de Luis Marcos Sander. Revista IHU Ideias do Instituto Humanitas Unisinos, ano 14, nº 246, vol. 14, ano 2016, p. 9.

trabalhar são totalmente expropriados pelo capital e corporificados nas máquinas, de modo que o trabalho individual do operário “é sem utilidade em si mesmo se não for vendido ao capital.”¹²⁷

É sob o paradigma fordista de produção, principalmente sob a organização taylorista do trabalho no estágio da subsunção real do trabalho ao capital, que a acumulação de capital baseada na produção material atinge seu ápice. É também no sistema de fábricas que o tempo se torna medida do trabalho e se impõe com grande destaque o papel de mediação do Estado e de seus pactos nos conflitos entre capital e trabalho, que caracterizou o Estado de bem-estar social e seus mecanismos reguladores corporificados na tríade tradicional – taylorismo na produção, fordismo no planejamento político e keynesianismo no planejamento econômico.¹²⁸

Acontece que, para aumentar a eficiência e a produtividade, o capital acaba por incorrer num paradoxo, já que encoraja o trabalho a se socializar, primeiro dentro da fábrica taylorista através da crescente divisão racional do trabalho, que propicia a coordenação e a cooperação produtiva; depois, fora dos muros da fábrica, isto é, no tempo da sua reprodução, através de uma crescente rede de associações e empresas para treinamento, apoio e lazer dos trabalhadores. À medida em que o capital executa essa tarefa, ele também promove relações de mútua atividade e interesse entre diferentes categorias de trabalhadores, alcançando uma situação na qual os limites entre a fábrica e a sociedade não são mais rígidos.¹²⁹

Importa dizer, ainda, que a interdependência entre o fordismo e os mecanismos regulatórios keynesianos – que juntos tornavam o consumo produtivo, dele fazendo uma parte importante da produção e da reprodução através do salário – mostrou que o operário-massa, apesar de ter sua composição de classe amplamente condicionada pelas condições técnicas dentro do processo imediato de produção, não poderia ser compreendido independentemente desse mecanismo politicamente determinado (o consumo), e que se estendia para além

¹²⁷ MARX, Karl. *Grundrisse*, Penguin Books, 1973, p. 404.

¹²⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *O Trabalho de Dioniso. Para a crítica ao Estado pós-moderno*. Tradução Marcelo Lino. Rio de Janeiro, Editora UFJF – Pazulin, 2004, p. 82.

¹²⁹ MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*. Cambridge, Polity Press, 2012, p. 81.

dos muros da fábrica. O que se assistiu foi a uma progressiva reorganização da produção que quebrou a hegemonia da fábrica fordista e, com ela, o papel de preponderância do operário-massa, significando que o terreno do confronto deveria mudar da fábrica para os mecanismos gerais do mercado de trabalho, da despesa pública, da reprodução do proletariado e dos jovens e da distribuição de renda independentemente da remuneração pelo trabalho.¹³⁰ Seria agora nesse campo da reprodução do trabalhador que o capital deveria travar a luta para preservar seu controle sobre a produção.

Historicamente o capital progressivamente subsumiu a força de trabalho às suas regras, reestruturando a produção de forma a submeter ao seu comando um número crescente de pessoas e a redefinir o valor de uso do trabalho em termos de seu valor de troca. As investidas contra os regimes disciplinares e a concentração da luta operária na recusa ao trabalho que aconteceram nos anos imediatamente após 1968 marcaram o começo de uma nova época na relação entre capital (e seu Estado, burguês ou socialista) e trabalho, forçando aquele a modificar as suas próprias estruturas e submeter-se a uma mudança de paradigma. Essa relação foi caracterizada por quatro fatores: a) o abandono do planejamento fordista do salário e a recondução do consumo às leis de mercado; b) a substituição das políticas keynesianas de planejamento, que têm como base a regulação dentro dos limites nacionais, por políticas monetárias vigentes no mercado mundial; c) a automação industrial (resposta do capital à recusa individual ao trabalho) e a informatização da sociedade (resposta do capital à recusa coletiva), que tiraram a centralidade que o trabalho imediatamente produtivo ocupava na fase da subsunção formal; d) a transformação da composição de classe, com a superação do operário massa e o surgimento da figura do operário social.

A superação do operário massa é a forma subjetiva que Negri vai chamar de operário-social. Antes, pode-se afirmar que o mundo da produção retirava o valor de troca, e o mundo da reprodução, o valor de uso. Tudo isso acabou e a partir daí toda a sociedade é investida pelas regras da produção do capital, que se torna social. Quando as relações capitalistas se expandem para subsumir todos os aspectos da produção e da reprodução social, todo o reino da vida, a subsunção

¹³⁰ MANDARINI, Matteo. Introdução à obra *Time for Revolution*. Londres, Continuum, 2003, p. 8.

real atingiu um estágio no qual não é mais possível para o valor de uso ser concebido independentemente do valor de troca. O trabalho deixa de ser uma dentre outras atividades que o homem pode executar, em outras tantas e diferentes dimensões vitais, para constituir a própria vida. A sociedade, por sua vez, passa a ser identificada “como uma sinergia produtiva geral que recolhe em uma tangente de valor todos os tempos singulares que percorrem o círculo da vida.”¹³¹ A subsunção real apresenta-se, assim, como a resposta do capital para a crescente socialização do trabalho, quando toda a vida social, produção, reprodução e cooperação é subsumida pelo capital.

Negri reivindica que a subsunção real marca tanto a realização da lei do valor quanto a impossibilidade da sua recuperação dialética, ou seja, a completa destruição do paradigma do tempo como medida de valor. Para explicar esse fenômeno, é necessário se fazer um breve desvio pela teoria do valor de Marx.

No primeiro volume de *O Capital* Marx afirma que, se os equivalentes são sempre trocados por equivalentes, somente em se encontrando uma *commodity* que produza mais valor do que ela custa seria possível entender a existência da mais valia. E Marx indica a força de trabalho como sendo essa *commodity*. A força de trabalho produz mais valor do que ela custa porque o capitalista, que paga o custo da reprodução do trabalhador na forma de salário, adquire também a capacidade do trabalhador para trabalhar durante toda uma jornada.

Sob o sistema da lei do valor, o nível de mais valia produzida é assim determinado pela extensão do sobretrabalho, ou seja, do tempo que o trabalhador é forçado a trabalhar além do necessário para pagar o custo da sua reprodução (salário). Mas para que isso pudesse ser calculado quantitativamente foi necessário estabelecer uma unidade temporal comum para a medição da força de trabalho, o que acabou por reduzir as várias formas concretas de trabalho a uma unidade simples de trabalho abstrato, ou seja, a uma substância homogênea. Essa redução, diz Negri, é dialética, porque a substância temporal homogênea é ao mesmo tempo a média de trabalho e a superação dessa média; é ao mesmo tempo a forma de equivalência (e de reversibilidade, isto é, o dinheiro) e a forma da potência produtiva. Portanto, o tempo mede o trabalho somente na medida em que

¹³¹ NEGRI, Antonio. *Jó, a força do escravo*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, Record, 2007, p. 33.

o reduz dialeticamente a uma substância homogênea, mas também determina a sua potência produtiva da mesma forma, através da multiplicação da média das unidades temporais. E é aqui que todo o problema começa para Negri.

A teoria do valor de Marx tem portanto como premissa a noção de tempo como medida capitalista, e demanda que a força de trabalho exista, em algum sentido, fora do capital.

Porém, vimos que historicamente o capital progressivamente subsumiu a força de trabalho às suas regras, redefinindo o valor de uso do trabalho em termos de valor de troca, e que na subsunção real esse fenômeno atinge um estágio no qual não é mais possível para o valor de uso ser concebido como independente do valor de troca. Portanto, diante dessas circunstâncias, pondera Negri, não há mais um espaço de independência, um “fora” que possa servir de base para qualquer unidade de medida. É isso o que o autor chama de crise do valor e de sua medida temporal.

À medida em que o capital subsume todo o tempo da vida, o que nos é deixado é um tempo que é tanto medida como substância, a base, substância e fluxo da produção na sua totalidade. Nos termos de Negri, “desde que o tempo se tornou totalmente hegemônico no processo, na medida em que é a sua única medida, ele também se revela como a sua única substância. Mas essa completa superposição de medida e substância nega qualquer significação dialética à relação, reduzindo-a então a pura e simples tautologia.”¹³² Contudo, e mais importante, o tempo aparece também como substância da vida, da produção e reprodução. Assim, se o capital subsume o tempo da existência, ele nos retorna o tempo como substância coletiva, que é o elemento subjetivo antagônico que vai introduzir diferenciação na aparente indiferença tautológica da subsunção real. As condições que retiraram a centralidade do trabalho de disciplina da fábrica e permitiram a extensão do reino da exploração sobre toda a esfera social significaram também que a classe trabalhadora não era mais determinada imediatamente pelo capital, e que a cooperação não era mais algo trazido ao trabalho a partir de fora pelo capital, mas imanente ao próprio trabalho.

¹³² NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 27.

Diante desse quadro, a necessidade para o capitalismo ao se reestruturar a partir do final dos anos 1970 e 1980 foi a de integrar essa substância coletiva, esse tempo coletivo dentro do tempo analítico do capital, dentro de um equilíbrio que reduzisse a zero as possibilidades de sua recuperação dialética. Mas, ao reestruturar a produção para trazer números crescentes de pessoas sob a sua regra e comando, em suma, ampliando o conceito de produtividade, o capital deslocou o antagonismo para um nível mais alto e mais socializado.

Esse deslocamento geral dos termos do antagonismo (...) nos retorna o coletivo como uma multiplicidade de sujeitos. Quanto mais o processo de subsunção é realizado, mais ele cria o coletivo. O tempo se mostra como coletivo ainda sob o ponto de vista do capitalismo: capital coletivo, operário coletivo, etc. Destruindo o tempo como medida, o capital constrói o tempo como substância coletiva. Essa substância coletiva é uma multiplicidade de sujeitos antagônicos (...) A transição para a subsunção real, na medida em que afirma o coletivo como único temporal e substrato real de ação, não somente reduz á formal indiferença do equilíbrio, mas reproduz, repropõe, refunda o antagonismo dos sujeitos. Então, o tempo coletivo tem de nos apresentá-los imediatamente dentro de dois horizontes: aquele do tempo fechado da legitimação e do equilíbrio, a tendência zero da circularidade absoluta do social; e aquele do múltiplo, antagônico, produtivo, constitutivo, tempo aberto.¹³³

A subsunção real mostra então a emergência e inerência de dois sujeitos coletivos antagônicos: o capital e o trabalho. Temos aqui uma nova qualidade do antagonismo, um antagonismo que não vem de fora, cujos elementos diacrônicos, irreversíveis e imateriais produzem bloqueios que impedem a recuperação do trabalho, cada vez mais socializado e coletivo, dentro das categorias analíticas do capital.

Todo esse processo é resumido por Negri da seguinte forma:

- a) na subsunção real todo valor de uso é atraído para o valor de troca;
- b) mas com isso a origem externa da medida do tempo, baseada na externalidade do valor de uso, recua e a medida é esmagada dentro do próprio processo;
- c) disso segue que o processo de valor conclui-se naquele do comando, em tautologia e indiferença. Com a subsunção da independência relativa do valor de uso, encontramos-nos dentro da totalidade da troca capitalista, em que tudo vira quantidade, e o capital tenta integrar a

¹³³ NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 41.

substância e o tempo coletivo dentro de um equilíbrio que reduz a zero as possibilidades dialéticas;

- d) porém a força produtiva é definitivamente irreduzível às unidades temporais elementares, é inexplicável dialeticamente. Assim, uma tautologia não dialética surge ao final do processo no lugar da dialética inicial.

Neste contexto a crise, para Negri, se apresenta sob a forma do antagonismo *operário social x capital social* que está presente na passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho no capital, ou seja, quando já não é mais possível distinguir valor de uso e valor de troca, pois as novas modalidades da produção investiram também o domínio da reprodução da vida, de modo que não há mais tempo da vida fora das relações de produção capitalistas. A partir deste ponto de vista, todo ato de comando capitalista se desenvolve sobre todos os mecanismos da produção e, sobretudo, da reprodução social do capital e da força de trabalho.¹³⁴

Na subsunção real, do ponto de vista do capital, o coletivo aparece na forma de um todo analítico e a sociedade é uma superestrutura reconstruída dentro dessa analítica capitalista, como produto do seu poder, uma coletividade sem tempo. A multiplicidade dos tempos coletivos e sua riqueza ontológica deve ser reconduzida à dinâmica das trajetórias circulares e reversíveis para que seja trazida de volta ao equilíbrio, sob a regra da equivalência. Em outros termos, o tempo deve ser apresentado como tempo acumulado, despotencializado de sua liberdade ontológica. O que se tem aqui é a construção de um ideal filosófico de síntese, de sincronia entre organização e comando com vistas a vincular a crise às regras do desenvolvimento capitalista.¹³⁵

O capital constitui a sociedade através da circulação, cujo motor e medida é o seu equivalente funcional, o dinheiro. O processo de socialização do capital não é um processo formal, ele constitui um processo real que engendra a subjugação efetiva de todas as condições sociais de produção e, ao mesmo tempo, do trabalho como força associada. A estrutura desse comando socialmente produtivo nos leva à analítica do comando como tempo institucional e, assim, o

¹³⁴ NEGRI, Antonio. *La Forma Estado*. Madrid, Akal Ediciones, p. 20.

¹³⁵ NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 48.

capital social encontra a sua fundação definitiva, o seu ponto de comando consolidado, no Estado. A matéria e o objeto desse comando é o tempo coletivo e social. Com efeito, é o Estado que se apresenta como o único poder adequado para remover a dimensão coletiva e a autonomia produtiva do tempo, que passa a existir apenas como projeção virtual da atividade político-jurídica do Estado.

Nessa total subsunção ao Estado, a sociedade deixa de ocupar posição central como espaço em que o Estado media e recupera o antagonismo social alheio ao seu comando¹³⁶, revelando o mesmo fenômeno de falência dos instrumentos dialéticos de mediação, tais como sindicatos e partidos. Todo antagonismo é sufocado e se dissolve nos espaços lisos da sociedade¹³⁷.

Na sociedade da subsunção real, a dialética não tem mais uma posição central e o capital não tem mais necessidade de gerir o trabalho, ou de representá-lo como o coração da produção. O capital social parece se reproduzir autonomamente, como se tivesse se emancipado da classe trabalhadora, e o trabalho se torna invisível no sistema (...). O Estado não necessita mais de mecanismos mediadores de legitimação e disciplinamento; os antagonismos estão ausentes (ou invisíveis) e a legitimação se tornou uma tautologia. O Estado de subsunção real não se interessa pela separação nem pela mediação, e, assim, as instituições da sociedade civil, enquanto espaços de dialética social, perdem gradativamente importância.¹³⁸

Da crise do valor e da medida na fase da subsunção real surge assim unicamente o poder do comando que, institucionalizado no Estado, pretende a hegemonia sobre a legitimação e o controle dos antagonismos de ideias e práticas coletivas do tempo. “O Estado opera sob a necessidade de remover a dimensão coletiva e a autonomia produtiva do tempo, porque a sua emergência significa antagonismo.”¹³⁹ Sendo o centro de atribuição de toda a sociedade, o Estado acaba por se tornar a estrutura constitucional do autoritarismo e do fascismo. Nas condições da subsunção real e nas relações do capital social, aqueles elementos são estruturais e se refletem, com força devastadora, na desintegração de direitos e no aumento da repressão.

Como observa Negri, o tempo do Estado é um tempo rígido e, nele, a ideia de organização do tempo jurídico se revela como a organização da espacialidade.

¹³⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *O Trabalho de Dioniso. Para a crítica ao Estado pós-moderno*. Tradução Marcelo Lino. Rio de Janeiro, Editora UFJF – Pazulin, 2004, p. 118-119.

¹³⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *O Trabalho de Dioniso. Para a crítica ao Estado pós-moderno*. Tradução Marcelo Lino. Rio de Janeiro, Editora UFJF – Pazulin, 2004, p. 118-119.

¹³⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *O Trabalho de Dioniso. Para a crítica ao Estado pós-moderno*. Tradução Marcelo Lino. Rio de Janeiro, Editora UFJF – Pazulin, 2004, p. 115.

¹³⁹ NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 85.

“Quanto mais a subsunção real avança, mais o direito, a organização jurídica, etc, devem ser constitucional, global, estrutural, e mais a ideia do tempo é removida e pobremente compensada por aquela do espaço.”¹⁴⁰ É, portanto, a negação do tempo real que é experimentado como antagônico. Nessa perspectiva, a constituição representa apenas um segmento de temporalidade que anula o tempo ontológico e a realidade do movimento, tomando deles apenas a projeção analítica e a função sistêmica e colocando em crise o conceito de representação.¹⁴¹

O tempo da lei penal e da repressão é capaz de demonstrar da forma mais dura essa nulificação do tempo. Quanto mais o Estado da subsunção real, do capital social desenvolve o seu comando sobre o tempo, mais ele desenvolve em termos de uma identidade nulificadora. No nada do tempo do Estado, a ideia de organização do tempo jurídico tende a se revelar como a organização da espacialidade: é uma operação de mistificação.¹⁴²

No entanto, como já foi mencionado, o antagonismo que irrompe no nível da subsunção real dá-se em todas as esferas – produção e reprodução – e não comporta sínteses dialéticas. Se na subsunção real a dinâmica da jornada de trabalho – que investe todo o tempo da vida – é apresentada, como de fato ocorre, como alternativa radical entre comando – com toda a sua carga nulificadora, ou seja, como morte – e liberação, o antagonismo se coloca como morte numa forma social, como estado nuclear, como acumulação do tempo reduzido a um valor zero dentro de um processo de destruição total. O capital e a prática do poder reconhecem esse fato e almejam representar somente um polo da relação. Assim, se a criação e a inovação são sempre alimentadas pelo antagonismo dos tempos plurais e nascem externamente ao poder, elas precisam ser destruídas. O tempo do capital é o zero ontológico representado pela absoluta hegemonia da indústria de guerra.¹⁴³

Assim, a revolução, do lado do capital, é reduzir a zero o tempo real, anulando toda e qualquer inovação que ocorra fora da linha do seu progresso desenvolvimentista.

Para Negri, o livro bíblico de Jó funciona como uma fábula teológica que permite construir uma genealogia da origem do valor e da dinâmica do seu sistema que é, também, aquela do valor do trabalho e de seus aspectos

¹⁴⁰ NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 85.

¹⁴¹ NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 84.

¹⁴² NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 84.

¹⁴³ NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 111.

criativos.¹⁴⁴ Trata-se de uma parábola da modernidade e de sua dialética sempre inconclusa entre mundo e inovação, do problema do trabalho que se transforma em valor e da crise que decorre quando, posto que tudo foi transformado em valor, qualquer possibilidade de medida e de valorização parece não mais existir.¹⁴⁵ A intervenção de Negri sobre esse livro bíblico é uma reflexão sobre as mudanças acarretadas na natureza do trabalho e sobre a crise do valor e da medida que delas resultou, carimbando o ingresso da humanidade na pós-modernidade.

Toda a violência e rastro de destruição vivenciados no século XX, para Negri, fizeram com que as certezas e valores herdados das lutas passadas fossem postos em questão. O livro de Jó é a descoberta fenomenológica e a declaração metafísica do desastre ao qual a coerência da razão instrumental nos conduziu.¹⁴⁶ Em seu aspecto negativo, a crise da medida impôs a toda a humanidade dilemas concernentes à natureza da maldade humana aos quais o autor identifica com as seguintes questões: “Como podemos acreditar na razão depois de Auchwitz e Hiroshima? Como continuar a ser comunista depois de Stalin?(...) Por que produzimos o mal? E como podemos nos orientar num mundo no qual toda dialética demonstrou sua desoladora inefetividade? No qual o homicídio e a destruição dos valores atingiram a desmedida?”¹⁴⁷ Nesse contexto, o que é a salvação? A salvação e a libertação, em Jó, são uma ideia de criação, e aqui nos deparamos pela primeira vez com a abertura positiva da crise da medida e das leis que a estruturam.

A crise do valor e a desmedida do poder operam o deslocamento do plano metafísico das lutas e da reconstrução do ser para aquele da potência e da imanência, abrindo um horizonte não dialético para a renovação da prática de libertação. Trata-se, como acredita Negri, de um problema prático e não uma teodiceia, isto é, uma justificação teológica do sofrimento humano e das ações divinas. Para Negri, o ponto crucial do livro de Jó não é resolver o problema do

¹⁴⁴ STOLZE, Ted. Marxist Wisdom: Antonio Negri on the Book of Job. In: The Philosophy of Antonio Negri – Revolution in Theory. Edited by Timothy Murphy and Absul – Karim Mustapha, vol. II. P. 132.

¹⁴⁵ NEGRI, Antonio. *Jó, a força do escravo*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, Record, 2007, p. 158.

¹⁴⁶ NEGRI, Antonio. *Jó, a força do escravo*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, Record, 2007, p. 29.

¹⁴⁷ NEGRI, Antonio. *Jó, a força do escravo*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, Record, 2007, p. 29-30.

mal, mas minar toda e qualquer confiança de que exista alguma outra solução diversa da prática, e assim repudiar qualquer forma concebível de teodiceia.¹⁴⁸ Com efeito, jogado numa situação de completa adversidade por um teste levado a cabo entre Deus e Satã, Jó rejeita toda e qualquer explicação teológica contida nos argumentos de seus interlocutores os quais, em suma, reafirmam a sabedoria convencional da justiça divina que estaria além da capacidade da compreensão humana. Ao contrário, censurando a manifesta desordem de um mundo que parece mais governado pelo mal do que pelo bem, questionando outrossim a imparcialidade de um Deus – e de uma justiça – que mais parece um órgão acusador, Jó corajosamente desafia esse Deus a travar um corpo a corpo que recusa mediação – a única medida é a da potência – e que o leva à redenção de um Messias que, longe de se encaixar nas interpretações cristãs, é identificado numa dimensão potentemente materialista de um processo histórico radical e aberto.

Dentre os vários temas propostos por Negri nessa leitura está assim o dessa abertura radical, ou a incomensurabilidade do futuro que é ao mesmo tempo a incomensurabilidade da atividade humana de criação, e que após a ruptura ontológica que aconteceu em 1968 e nos anos que se seguiram, com o abalo de todas as medidas do mundo, seria para o autor a chave de compreensão das possibilidades de afirmação de um mundo que pudesse romper com qualquer fundação dialética da subjetividade e se tornar reflexo da potência da multiplicidade coletiva, e não do poder uno da autoridade.

A visão de Deus significa, para Negri, que Deus foi arrancado da absoluta transcendência que constitui a sua ideia. Jó, assim, pode Dele falar e participar da Sua divindade, “da função de redenção que o homem constrói na vida, instrumento de uma morte de Deus que é construção humana e criação do mundo. A leitura materialista da função de Deus tem, portanto, a capacidade de captar o momento criativo dessa imersão ontológica do homem.” A ideia de potência significa aqui criação. O fim da transcendência instaura o campo ontológico da potência como sendo o campo de batalha, de luta, de antagonismo, organizado pela subjetividade. Não há teleologia, há apenas luta, invenção, *constituição*. Jó representa o novo sujeito sendo constitutivo, constitucional. É a via alternativa

¹⁴⁸ STOLZE, Ted. Marxist Wisdom: Antonio Negri on the Book of Job. In: The Philosophy of Antonio Negri – Revolution in Theory. Edited by Timothy Murphy and Absul – Karim Mustapha, vol. II, P. 133.

que, para além do niilismo das instituições vazias de valor e do niilismo devastador do terrorismo, Negri nos define em *Pipeline*:

É uma possibilidade que surge precisamente do fato de que a catástrofe constitui o terreno originário de nossa existência – uma divisão que não pode mais ser mediada, que é socialmente fixada, de modo que o valor não pode consistir em qualquer relação com o Poder mas existe como autonomia, como separação, como construção não homóloga e não dialética de uma nova força produtiva.¹⁴⁹

Como visto na primeira subseção deste capítulo, toda a história da burguesia nada mais é do que uma tentativa permanente de viver através das crises, delas fazendo uso para o progresso do capital. O século XVII, como século das grandes crises que lançaram os pilares fundacionais da constituição capitalista da sociedade, demonstra isso. Porém, a situação muda na subsunção real. Nesse nível, quando a produção social se depara com a tautologia do tempo e do valor, a crise nas relações de produção não é linear ou periódica mas, ao contrário, simultânea e estável. O mundo da subsunção real é o mundo da crise porque é todo ele atravessado pelos antagonismos do deslocamento e, nesse sentido, a crise é sinônimo da real subsunção. O velho conceito de crise pressupunha a reversibilidade dos circuitos, mas na subsunção real a crise é a emergência de temporalidades irreversíveis.¹⁵⁰

Neste sentido, a passagem pela tautologia do tempo e do valor nos dá a possibilidade de apreciar um conceito de crise que é consubstancial com a atual fase do desenvolvimento capitalista. Crise real, global e simultânea fundada no antagonismo que as temporalidades plurais substanciais dos sujeitos opõem à analítica do comando.¹⁵¹

A crise não somente é real como constitui esse novo campo de luta e reconstrução do ser. Em 1968 assiste-se a uma ruptura ontológica radical que mostra a possibilidade de definitiva libertação das forças produtivas das relações de domínio capitalista, e os anos que se seguem com a totalização do capital e do poder – os quais não deixam qualquer espaço para a dialética – produzem o terreno ontológico para o desenvolvimento da potência.

¹⁴⁹ NEGRI, Antonio. *Pipeline – Letters from prison*. Tradução de Ed Emery. Cambridge, Polity Press, 2014, p. 201.

¹⁵⁰ NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, pp. 54 – 55.

¹⁵¹ NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 55.

3 Perspectivismo Revolucionário

3.1 Negri além de Marx

Em *Jó, a força do escravo*, Negri diz que o problema da salvação se impõe com mais importância e mais urgência para quem foi marxista, pois a crise do valor e da medida provocada pela passagem à subsunção real do trabalho e da sociedade no capital e no Estado fez ruir o núcleo duro da crítica marxista da economia política. Com efeito, todas aquelas certezas que constituíam tal núcleo – a de que o valor emana do trabalho; que a extração do valor constitui por um lado a produção e por outro a exploração; que a ordem social se funda sobre a repartição desse valor; e, finalmente, que as lutas contra os mecanismos que regulam a produção do valor e a reprodução de sua repartição social construiriam uma ordem mais justa e um caminho para a libertação – tudo isso ruiu, pois a produtividade do trabalho superou a regra temporal do valor, que se tornou desmedido. “A jornada de trabalho transformou-se em uma base miserável para a definição da riqueza social.”, declara Marx profetizando a obsolescência de sua própria teoria.¹⁵²

De fato, “a lei do valor (e do tempo como sua medida) é a arquitrave do objetivismo marxista e da ortodoxia construída dentro dessa igreja.”¹⁵³ No entanto, diz Negri, o desaparecimento do critério de medida não elimina o fenômeno mensurado, ou seja, o sofrimento do homem que trabalha. A crise da lei do valor torna o Estado mais perigoso ao proletariado porque as mediações de mercado que se impunham entre eles ruíram e agora os adversários devem travar um combate direto. Deve-se, então, buscar o antagonismo que caracteriza essa

¹⁵² NEGRI, Antonio. *Jó, a força do escravo*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, Record, 2007, p. 31.

¹⁵³ COCCO, Giuseppe. Posfácio à edição brasileira de *Marx além de Marx. Ciência da crise e da subversão*. São Paulo, Editora Autonomia Literária, 2016, p. 335.

situação, esse mundo no qual a exploração aparece como uma simples operação de força.¹⁵⁴ Negri o encontra no próprio Marx.

A renovação teórica do marxismo que se impunha, sobretudo, a partir de 1968, após os acertos e catástrofes do socialismo real para a busca de uma transformação ou superação do modo de produção capitalista, implicava considerar que “o conceito de capital é o conceito de uma relação social” dando, assim, ênfase ao aspecto subjetivo dessa relação. Enquanto que no marxismo de *O Capital* o conceito de classe operária era “construído de maneira estática, como projeção mecânica da força de trabalho, e, portanto, ainda como figura interna ao capital”, o novo conceito deveria ser definido de forma subjetiva, pela capacidade de mostrar-se como evento de ruptura. De fato, para Negri, a objetivação das categorias de *O Capital*, limitado à crítica da valorização capitalista, bloqueia a subjetividade revolucionária na medida em que atribui toda a iniciativa e criatividade do lado do capital e do poder, subordinando-as à inteligência e ao comando destes últimos. Definindo a lei do valor na forma da mais valia, ou seja, como exploração, e estendendo a teoria da exploração ao interior dos mecanismos de reprodução e circulação do capital, os *Grundrisse*, ao contrário, expõem a natureza relacional e antagonica dessas categorias, antagonismo que é a própria forma da crise que conduz à emergência da subjetividade revolucionária. Essa é a abordagem que caracteriza os *Grundrisse*: retirar de cada categoria o antagonismo prático que a leva à ruptura, pois se a unidade e a equivalência se realizam pela violência da dialética, então o corte antagonico provoca explosão.

Para Negri, o antagonismo é um conflito de forças históricas que excede e resiste à resolução dialética¹⁵⁵, e o caráter excepcional dos *Grundrisse* é justamente colocar o antagonismo desde o início, aprofundando-o até o ponto em que se torna insolúvel, isto é, não reversível e não capturável pela síntese dialética. A irreversibilidade é a chave desse processo.

O *operaísmo italiano*, movimento dentro do qual Negri teve o primeiro contato mais profundo com a obra de Marx dentro do círculo de leituras fundado por Massimo Cacciari, já havia constituído uma tentativa de renovar o valor

¹⁵⁴ NEGRI, Antonio. *Jó, a força do escravo*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, Record, 2007, p. 32

¹⁵⁵ MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*, Cambridge, Polity Press, 2012, p. 9.

revolucionário da obra marxiana através de uma leitura subjetivista da dialética, qual seja, a de que o desenvolvimento capitalista não está condicionado pela dinâmica própria do capital, mas sim pela potência antagonista da classe operária¹⁵⁶. Em outros termos, a chamada “hipótese operaísta” produziu uma subjetivação dialética com a inserção, na relação trabalho x capital, da potência antagonista da classe operária, conferindo-lhe primazia e colocando a luta de classe na base do desenvolvimento capitalista. A classe operária, em qualquer fase desse desenvolvimento, é retirada do polo passivo e meramente reativo ao capital para assumir uma capacidade de agir como sujeito antagonista que empurra o capital para a sua crise e, também, para a sua reestruturação e para um novo ciclo de desenvolvimento e valorização.

Na base do *operaísmo* está uma inovação de método que consiste numa tomada de posição, ou seja, na compreensão de que Marx sempre escreveu a partir do ponto de vista operário, atribuindo-lhe uma centralidade como sujeito capaz de operar uma transformação dos valores que levaria à sua própria destruição como trabalho assalariado e à reversão da acumulação e alienação produzidas pela mais valia em luta pela liberdade¹⁵⁷.

Os operaístas conseguiram romper as cadeias do marxismo ortodoxo com o escopo imediato de usar Marx para compreender o desenvolvimento capitalista, tal como se apresentava no centro do sistema ao início da década de 60 (...). Pois o que os operaístas buscavam nos textos de Marx era não somente entender o estágio do desenvolvimento capitalista como apreender algo que havia sido bastante negligenciado: a luta de classe, o conflito, o antagonismo. E o que eles vão descobrir e maturar (...) é que Marx sempre escreveu do ponto de vista operário, o único que pode interessar e em que se deve basear toda análise de classe que tenha em vista a revolução. Eis o que foi esquecido pela ortodoxia, eis o que urge recuperar: assim como a economia burguesa produziu as suas categorias, é preciso produzir as da classe operária.¹⁵⁸

Negri entrou em contato mais profundo com a obra de Marx dentro do movimento operaísta, e isso foi fundamental para que pudesse fugir das análises objetivistas – base da crítica da teoria econômica – que atribuíam o desenvolvimento à força atuante do capital. Porém, Negri foi tomando um

¹⁵⁶ VIPARELLI, Irene. *Althusser e Negri: Uma complementaridade aporética?*. Artigo publicado na Revista de filosofia Princípios, Natal (RN), v. 19, nº 32, Julho – dezembro de 2012, pp. 286-287.

¹⁵⁷ COCCO, Giuseppe. Posfácio à edição brasileira de *Marx além de Marx. Ciência da crise e da subversão*. São Paulo, Editora Autonomia Literária, 2016, p. 340.

¹⁵⁸ SANTIAGO, Homero. Prefácio à edição brasileira de *Marx além de Marx. Ciência da crise e da subversão*. São Paulo, Editora Autonomia Literária, 2016, p. 15.

caminho próprio na radicalização do postulado operaísta pois, segundo ele, a simples subjetivação da dialética com a manutenção da relação capital x trabalho como sendo o momento fundamental na constituição da subjetividade nega a possibilidade de ruptura com a dialética e destrói qualquer hipótese de liberação subjetiva.¹⁵⁹

O método da tendência, que Negri atribui a Marx e a outros pensadores comunistas que se esforçaram por um conhecimento situado e engajado sobre determinado estado de coisas visando a modificá-lo, encerra qualquer possibilidade de representação da força-trabalho, ou seja, da composição de classe, por modelos organizacionais hierárquicos. Assim, se a hipótese operaísta articulou uma demanda histórica de que o passado e o presente são entendidos como o resultado da atividade da classe trabalhadora, então a tendência constitui uma demanda especulativa e antecipatória para a classe projetar a sua organização no futuro. Negri entende que esse método torna a revolução possível porque dá à classe trabalhadora uma vantagem analítica e performativa sobre o conservadorismo do capital.¹⁶⁰ Foi com esse método que Negri afirmou no meio dos anos 1970 que o operário-massa estava sendo dissolvido pela reestruturação capitalista, dando lugar a uma nova composição de classe que ele via emergir como o operário social, e que não podia se organizar nos partidos e sindicatos que representaram – com várias imperfeições – o trabalhador massa.

Para Negri o que se deve buscar é a dimensão constitutiva da crise do desenvolvimento capitalista e a sua relação com a emergência da subjetividade revolucionária, o que ocorrerá com a inversão daquele momento fundante: o momento dialético – a relação – não é o momento originário; o momento originário, ao revés, fundamenta-se na potência autônoma constituinte das forças produtivas, sendo assim o ponto ontológico onde existe produção – autoprodução e produção de antagonismo.

¹⁵⁹ VIPARELLI, Irene. *Althusser e Negri: Uma complementaridade aporética?*. Artigo publicado na Revista de filosofia Princípios, Natal (RN), v. 19, nº 32, Julho – dezembro de 2012, p. 287.

¹⁶⁰ MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*, Cambridge, Polity Press, 2012, p. 75.

Vamos tentar descobrir a ligação entre desespero e amor nesse ponto ontológico que é mais potente que ambos, porque determina ambos: no ponto onde existe produção. Autoprodução e produção de antagonismo.¹⁶¹

A antecipação teórica da sociedade do capitalismo avançado e a percepção da crise da lei do valor tal como expostos na última seção do capítulo anterior estão presentes na leitura que Negri faz dos *Grundrisse*, obra que para muitos autores constitui uma etapa preparatória de *O Capital* mas que, para ele, representa o auge do pensamento revolucionário marxiano e nos apresenta a genealogia do novo sujeito que se encontra nesse terreno: o operário social. Negri apreende a passagem à subsunção real do ponto de vista das transformações do trabalho – e da composição da classe trabalhadora – que na década de 1970 estava constituindo um novo terreno de luta, de tipo biopolítico, e rompendo com a dialética do desenvolvimento centralizado no modo de produção capitalista. Nesse ponto, as lutas feministas revelaram a centralidade da produção social. É através do conceito de autovalorização proletária como o reconhecimento das dimensões independentes das forças produtivas – capacidade para se separar do valor de troca e fundar-se no valor de uso – que Negri vai apreender a crise para afirmar a sua determinação operária, como explica Giuseppe Cocco:

Trata-se, pois, do terreno de uma luta operária contra o trabalho – nunca por ele – o que transforma todos os valores e por meio do que a classe operária abole a si própria enquanto tal: ela se metamorfoseia. Naquele final da década de 1970, Negri apreende o movimento de 1977, as suas dimensões totalmente sociais e internas à esfera da circulação (por isso a ênfase colocada no movimento feminista em vários de seus textos, pois se trata de uma luta que assume incontornáveis características biopolíticas), ponto de vista subjetivo que lhe permite radicalizar a análise da tendência. Nesse terreno é enfim possível romper concretamente com as ambiguidades dialéticas de Marx e, sobretudo, do marxismo como um todo, em particular da trágica experiência do socialismo real e do stalinismo.¹⁶²

Diz Negri que a subsunção real do trabalho e da sociedade no capital é a passagem que transforma todas as categorias marxianas, imprimindo-lhes um dinamismo muito forte através do ritmo do antagonismo. “A hipótese (dos *Grundrisse*) é a de que já entramos avançadamente na fase de crise da lei do valor”,¹⁶³ o que acontece quando o antagonismo dos sujeitos da relação trabalho x

¹⁶¹ NEGRI, Antonio. *Pipeline – Letters from prison*. Tradução de Ed Emery. Cambridge, Polity Press, 2014, p. 169.

¹⁶² COCCO, Giuseppe. Posfácio à edição brasileira de *Marx além de Marx. Ciência da crise e da subversão*. São Paulo, Editora Autonomia Literária, 2016, p. 343.

¹⁶³ NEGRI, Antonio. *Marx au-delà de Marx. Cahiers de travail sur les Grundrisse (Introduction à la deuxième édition)*. Paris, Editions L’Harmattan, p. 38.

capital se acentua fortemente e a lei do valor começa a tomar a forma da mais valia, ou seja, da exploração. Foi nos *Grundrisse* e no desenvolvimento da teoria do valor como teoria da mais valia (exploração) que Negri encontrou a alavanca de uma teoria antagônica do capital, de uma teoria da exploração social que permite que a crítica deixe o campo estritamente econômico para se tornar política e base do desenvolvimento da autovalorização operária.

Os *Grundrisse* apresentam um movimento de avanço da teoria em duas passagens fundamentais: na primeira parte a lei do valor é definida na forma da mais valia, ou seja, a lei do valor é apresentada imediatamente como lei da exploração; na segunda parte ocorre a extensão da teoria da exploração (mais valia) ao interior dos mecanismos de reprodução e circulação do capital, traduzindo-se então como lei da crise e da luta de classe pelo comunismo.¹⁶⁴ O que se quer mostrar é que o antagonismo de classe atravessa não somente o mecanismo da produção, aquele de uma relação social determinada, mas aparece também no seio da reprodução e da circulação mundial do capital. Na passagem da teoria da mais valia para a teoria da circulação a realidade do sujeito coletivo de classe que se auto constrói vem colocando-se, tornando-se mais verdadeiro e concreto. O que Negri procura nos *Grundrisse* é uma obra política que tenha a luta de classes como centro da teoria econômica¹⁶⁵. Assim, se a teoria da mais valia introduz na teoria econômica o fato da exploração, a análise marxiana da circulação introduz na economia a luta de classes, permitindo desenvolver a teoria do sujeito revolucionário.¹⁶⁶

Aplicando o método da tendência ao próprio pensamento de Marx, Negri propõe um estudo empírico e aberto da composição mutante do sujeito de classe sob determinadas condições históricas mutáveis de trabalho. O método é constituinte na medida em que a luta de classes é constituinte de antagonismos explosivos, e sua potência está no fato de ser instrumento adequado para captar a multiplicidade e o dinamismo plural da realidade. O que dá “nova base ao sentido do antagonismo das categorias do capital e o conduz a um nível de tensão que os

¹⁶⁴ NEGRI, Antonio. *Marx au-delà de Marx. Cahiers de travail sur les Grundrisse*. Paris, Editions L'Harmattan, p. 24.

¹⁶⁵ COCCO, Giuseppe. Posfácio à edição brasileira de *Marx além de Marx. Ciência da crise e da subversão*. São Paulo, Editora Autonomia Literária, 2016, p. 335.

¹⁶⁶ NEGRI, Antonio. *Marx au-delà de Marx. Cahiers de travail sur les Grundrisse*. Paris, Editions L'Harmattan, p. 192.

Grundrisse fixarão como teoria da mais valia” é a imersão na subjetividade produzida pela introdução de um novo princípio ao método marxiano – o *princípio de constituição*.

Para explicar, dizemos que o método definido por Marx é consubstancial ao objeto abordado em sua pesquisa: o método e a substância, a forma e o conteúdo, funcionam em conjunto e se modificam reciprocamente. Tal método, denominado como materialismo histórico, tem como objeto a formação do capitalismo e as condições sócio-políticas determinadas por seu desenvolvimento.¹⁶⁷ Negri nomeia os quatro critérios do método materialista dialético, que organizam a sua passagem a um nível adequado da teoria da mais valia (exploração), momento em que atinge a maturidade do método antagônico, quer dizer, quando a diferença se faz antagonismo. Vejamos cada um deles.

O primeiro critério é o da *abstração determinada*, que consiste na afirmação metódica de que não se pode encontrar as categorias partindo-se ingenuamente do real e do concreto, mas somente do desenvolvimento de um processo de síntese dos dados da intuição e da representação. A metodologia marxista toma, então, o concreto como resultado, indo da abstração do concreto à determinação, impedindo com isso a fetichização do objeto. A verdade é um objetivo e o princípio da abstração determinada indica o caminho do pensamento abstrato que vai do mais simples ao mais complexo, e que nos permite descobrir e inventar a realidade. Para Negri, o processo da abstração determinada, da aproximação e da conquista abstrata do concreto é um processo de conhecimento coletivo, sendo, portanto, um elemento de crítica e uma forma de luta.¹⁶⁸

O segundo critério do método marxista consiste na *tendência*, que é uma interpretação da relação entre o simples e o complexo, entre o dado e o construído, estabelecida no processo da abstração determinada. Segundo a interpretação da tendência, essa relação é uma relação no pleno sentido do termo, isto é, um dinamismo. “É um movimento histórico que a produção e a luta de

¹⁶⁷ SILVA, Valeska Suellen Rodrigues. *A Política da Multidão: A constituição da Democracia do Comum no Pensamento de Antonio Negri*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Rio (orientação prof. Adriano Pilatti). Rio de Janeiro, abril de 2014, p. 46.

¹⁶⁸ NEGRI, Antonio. *Marx au-delà de Marx. Cahiers de travail sur les Grundrisse*. Paris, Editions L’Harmattan, pp.93-94.

classe determinam”¹⁶⁹. A tendência é sobretudo o que permite ler o presente à luz do futuro, para assumir os riscos e para lutar.¹⁷⁰

O terceiro critério é o “*verdadeiro na prática*, que consiste no momento do desenvolvimento da categoria no qual a abstração encontra um lugar de focalização e espera a plenitude da sua realização dentro da realidade histórica. (...) É a ciência que devém conceito de transformação, possibilidade e atualidade de uma força de transformação.”¹⁷¹

As categorias marxistas se formam então dentro dos mecanismos engendrados nesses três critérios.

No entanto, embora o princípio do *verdadeiro na prática* atribua ao método materialista e dialético uma dimensão de subjetividade e dinamismo, deve-se reconhecer, segundo Negri, que esse dinamismo até aqui é ritmado pela diferença, não produzindo ainda o salto qualitativo esperado. Então, como e segundo qual mecanismo formal esse salto é dado e a diferença se faz antagonismo? Negri explica:

A abstração determinada, a tendência e a verdade na prática são princípios que engendram categorias em movimento, princípios que permitem aproximar não somente a anatomia mas também a fisiologia da realidade, e não simplesmente a estrutura, mas também a revolução dessa estrutura. Mas a realidade não é linear, ela se transforma continuamente e traz no seu movimento e com ela o antagonismo das forças coletivas. E aqui estamos: os critérios que vimos até aqui devem se recompor no seio de um outro princípio que é ao mesmo tempo as grandes alternativas do curso da história (suas mudanças qualitativas, saltos e reviravoltas do real), e a participação dos sujeitos – como causas e produtos – desse desenvolvimento. Esse critério considera como premissa positiva o deslocamento do quadro teórico ao desenvolvimento das lutas e da modificação dos parâmetros do conflito. Ele toma a elaboração de uma nova estrutura e, então, de uma nova forma de antagonismo, de uma nova situação que deve ser submetida de novo ao critério da prática e ao princípio de transformação. É o princípio da constituição que define o horizonte ao mesmo tempo central e radical do método marxista. (...) É um mundo novo que não este que é constituído – um mundo para transformação. Que o princípio de constituição deriva das outras três regras do método marxista é muito claro: mas a novidade que esse princípio introduz também é clara, porque é ele que faz com que a tendência não se reduza a uma projeção, a abstração a uma hipótese da objetividade das categorias, o critério da prática ao fetichismo realista da continuidade histórica. O princípio da constituição introduz na metodologia o salto qualitativo, uma

¹⁶⁹ NEGRI, Antonio. *Marx au-delà de Marx. Cahiers de travail sur les Grundrisse*. Paris, Editions L’Harmattan, p. 95.

¹⁷⁰ NEGRI, Antonio. *Marx au-delà de Marx. Cahiers de travail sur les Grundrisse*. Paris, Editions L’Harmattan, pp. 95-96.

¹⁷¹ NEGRI, Antonio. *Marx au-delà de Marx. Cahiers de travail sur les Grundrisse*. Paris, Editions L’Harmattan, p. 98.

concepção de história reduzida a uma relação de forças coletivas, uma concepção não cética, mas dinâmica e criativa. (...) O *princípio da constituição* traz a crise ao centro da análise marxista, de sua metodologia, assim como o princípio da mais valia traz a subjetividade do antagonismo ao centro da teoria. (...) O *princípio da constituição* se transforma assim em critério fundamental para analisar a transformação, a transição.¹⁷²

Negri interpreta a explicação de Marx sobre o processo de produção capitalista como uma categoria de diferenças, de uma totalidade de sujeitos e de antagonismo, utilizando-se para isso de duas diferenças fundamentais, aquelas determinadas pelo valor de uso e valor de troca e trabalho necessário e trabalho excedente. O trabalho produz capital, mas somente na forma de uma troca antagônica com o capital, através de uma relação salarial que converte valor de uso em valor de troca, ou seja, força-trabalho em dinheiro.¹⁷³ “A oposição”, diz Negri, “toma duas formas: primeiro aquela do valor de troca contra o valor de uso, mas – dado que o único valor de uso dos trabalhadores é sua capacidade abstrata e indiferenciada de trabalhar – a oposição se dá também entre trabalho objetivado contra trabalho subjetivo.”¹⁷⁴ Assim, o dinheiro (valor de troca) nada mais é que o trabalho morto que é usado para comandar o trabalho vivo, de modo que teremos o valor de troca autonomizado no capital e no dinheiro e o valor de uso autonomizado na classe trabalhadora.

Em outras palavras, o antagonismo consiste no fato de que o capital sempre deve reduzir a valor de troca o que, para o operário, é valor de uso. No entanto, o valor de uso que o operário oferece ao capital não é materializado num produto, numa mercadoria. Eis o momento fundamental da separação trabalho – capital, trabalho subjetivado – trabalho objetivado. Aquele não é objeto, é atividade; não tem valor, mas é *fonte* de todo valor. Ele é potência. Entramos aí em outro momento central da análise, que é a definição do trabalho como fonte de toda riqueza, como subjetividade e autovalorização que o capital bombardeia por meio da mais valia.¹⁷⁵

¹⁷² NEGRI, Antonio. *Marx au-delà de Marx. Cahiers de travail sur les Grundrisse*. Paris, Editions L’Harmattan, pp. 107-109.

¹⁷³ MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*, Cambridge, Polity Press, 2012, p. 107.

¹⁷⁴ NEGRI, Antonio. *Marx au-delà de Marx. Cahiers de travail sur les Grundrisse*. Paris, Editions L’Harmattan, p. 128.

¹⁷⁵ NEGRI, Antonio. *Marx au-delà de Marx. Cahiers de travail sur les Grundrisse*. Paris, Editions L’Harmattan, pp. 128-132.

A transformação dialética do valor de uso do trabalho em valor de troca do dinheiro/capital ocorre na jornada de trabalho, que é uma categoria dividida em período de trabalho necessário e período de trabalho excedente. A proporção entre os dois é objeto de lutas incessantes e antagônicas entre trabalhadores e capitalistas, primeiro sobre a duração da jornada de trabalho (na fase da subsunção formal) e depois sobre a forma e a intensidade do trabalho durante a jornada (na fase da subsunção real).

Quando o processo de trabalho é totalmente subsumido no capital na fase da subsunção real, o antagonismo se excede e o capital aparece como produção e reprodução, e sempre como comando unificador e totalitário. A lei do valor começa a tomar forma da mais valia, significando que o valor de uso tende a se igualar ao valor de troca. O valor é apresentado sob a mesma forma do dinheiro, mostrando-se, sem a mediação da mercadoria, imediatamente como troca comandada pela exploração, como mais valia introduzida na circulação e, portanto, socializada. A democracia moderna e suas formas institucionais nada mais são que representações que significam a realização total do valor de troca.

Negri enfatiza que, sob a forma do dinheiro, a lei do valor se apresenta: a) em crise; b) como sobredeterminação do comando, tendo como pano de fundo a luta de classes (forma antagônica); c) com uma dimensão social conferida pela socialização do capital. Entretanto, não se pode suprimir aquele antagonismo inicial. Ao contrário, aqui esse antagonismo atravessa não somente o mecanismo da produção, mas ressurgue, exacerbado, também no seio da reprodução e da circulação mundial do capital, fazendo emergir as marcas subjetivas que as forças históricas imprimem à luta.¹⁷⁶

A subjetividade do trabalho vivo se opõe de forma antagônica à consolidação do trabalho morto em comando para a exploração, e se opõe de forma tão negativa que vai até mesmo se negar como valor, como essência explorada, vai se apresentar como negação do valor e da exploração. A negação se faz insurreição revolucionária, consciência da reversão.¹⁷⁷

O antagonismo entre trabalho necessário e trabalho excedente é ao mesmo tempo a chave do dinamismo e o limite insolúvel do processo de produção

¹⁷⁶ NEGRI, Antonio. *Marx au-delà de Marx. Cahiers de travail sur les Grundrisse*. Paris, Editions L'Harmattan, p. 144.

¹⁷⁷ NEGRI, Antonio. *Marx au-delà de Marx. Cahiers de travail sur les Grundrisse*. Paris, Editions L'Harmattan, p. 177.

capitalista e da ordem social que a ele corresponde. Isso porque essa luta é o pilar da composição de classe, nas palavras de Negri, “o coração de uma primeira definição da dinâmica da classe trabalhadora, onde sua essência criadora de valor é engajada numa luta contínua que tem como resultado de um lado o desenvolvimento do capital e do outro a intensificação da composição de classe, com o aumento das suas necessidades e prazeres, a elevação do valor do trabalho necessário (valor de uso) para a sua reprodução.”¹⁷⁸ Assim, da abstração e da socialização do trabalho na subsunção real emerge um ciclo alternativo de valor e valorização, que atua independentemente do ciclo de consumo do capital. Esse ciclo da autovalorização da classe trabalhadora reverte o processo objetificante do capital que se dá no nível da troca, transformando valores de troca objetificados (mercadorias) em valores de uso subjetivos destinados à satisfação dos trabalhadores. O ciclo de autovalorização opera no processo de circulação em larga escala que aumenta o capital, mas o faz dentro dos circuitos de reprodução da classe trabalhadora.¹⁷⁹

A primeira parte dos *Grundrisse* mostra assim a subjetivação do processo, quando a teoria da mais valia encontra a sua conclusão numa teoria da crise como produto da luta de classe (antagonismo). Mas, na subsunção real, o potencial da mais valia deve expandir na circulação e explodir, deslocando o campo da análise. Esse deslocamento, mostrado na segunda parte dos *Grundrisse*, implica no deslocamento do valor, da medida, para o campo da potência, e requer um sujeito que faça esse movimento. A passagem da teoria da mais valia à teoria da circulação mostra um sujeito que vai se tornando cada vez mais real, um sujeito que é produto da luta de classe. Na subsunção real a circulação socializa o capital e lhe confere a forma de um sujeito real, de uma força social coletiva. Mas ao capital como sujeito de um lado deve responder o trabalho como sujeito de outro lado.¹⁸⁰ O processo de circulação não é apenas a expressão da potência coletiva do capital, mas também o lugar de nascimento dessa força que se opõe ao capital e que é, antes de tudo, uma força coletiva.

¹⁷⁸ NEGRI, Antonio. *Marx au-delà de Marx. Cahiers de travail sur les Grundrisse*. Paris, Editions L’Harmattan, p.

¹⁷⁹ MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*, Cambridge, Polity Press, 2012, p. 110.

¹⁸⁰ NEGRI, Antonio. *Marx au-delà de Marx. Cahiers de travail sur les Grundrisse*. Paris, Editions L’Harmattan, p. 219.

De acordo com Negri, o auge do processo de socialização proletária e de sua autovalorização é o reconhecimento por parte da classe trabalhadora de que o único resultado possível do antagonismo com o seu oponente – o capital socializado – é a lógica da separação. Daí advém a crítica ao trabalho assalariado, pois este reforça a síntese dialética e perpetua a subjugação da classe trabalhadora como objeto subordinado que empodera o capital como sujeito dominante.

Para Negri, o capital é a fonte e o beneficiário de toda dialética. A lógica do antagonismo, por outro lado, leva à separação da classe trabalhadora do capital como consequência do reconhecimento da radical assimetria entre ambos. Apesar da sua subjetividade (composição) ser modificada na relação com o capital, a classe trabalhadora é autônoma e independente do capital, e portanto capaz de destruí-lo¹⁸¹

Para Negri, os *Grundrisse* definem uma forma de comunismo bastante radical na qual a composição de classe, articulada sobre a materialidade dos comportamentos, das necessidades e da autovalorização, desempenha um papel fundamental. Com a forma da subjetividade, o comunismo é uma prática constituinte que destrói o quadro constitucional dentro do qual o capital procura constrangê-la como trabalho permanente. O comunismo é a destruição da lei do valor, seja em sua roupagem capitalista ou socialista.

A teoria da composição de classe recoloca o problema do poder numa nova perspectiva, onde a recomposição não é mais aquela da unidade, mas da multiplicidade e das necessidades de liberação, destruindo com isso toda espécie de autonomia que seja separada do movimento real. Do ponto de vista do método exposto nos *Grundrisse* – totalmente enervado pela lógica do antagonismo e da subjetividade --, o comunismo não é um processo único interno à dialética do capital, mas um termo dinâmico de transformação¹⁸², transição e liberação do trabalho vivo das medidas impostas pelo modo de produção capitalista. É uma *práxis* coletiva constitutiva de subjetividade.

¹⁸¹MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*, Cambridge, Polity Press, 2012, p. 111.

¹⁸²NEGRI, Antonio. *Marx au-delà de Marx. Cahiers de travail sur les Grundrisse*. Paris, Editions L'Harmattan, pp. 266 e 281.

3.2

O tempo constituinte:

Na seção 2.4 vimos que a subsunção real do trabalho no capital e da sociedade no Estado representou uma iniciativa de reestruturação social e econômica do capital muito forte, que operou o deslocamento de todo o horizonte e alçou o antagonismo das relações de produção a uma nova dimensão: aquela do tecido social, da vida e da reprodução do trabalhador. Todo o parâmetro relativo de valor – aquele baseado na relativa independência do valor de uso em relação ao valor de troca que conferia origem externa ao tempo como medida de valor – foi dissolvido e, com ele, também as concepções residuais do socialismo, baseadas no projeto de conectar e reconectar o salário e as condições de reprodução a critérios definidos pelo progresso, pelo desenvolvimento e pelo valor, também desapareceram.¹⁸³ Sem medida de valor, tanto capitalismo como socialismo se tornavam inviáveis, sendo necessário criar algo novo.¹⁸⁴

As mudanças ocorridas no trabalho produziram consequências na composição da classe trabalhadora. Um novo sujeito social estava em processo de se tornar hegemônico, um sujeito que deslocou o papel do tradicional operário-massa da fábrica fordista - taylorista e que recusou a disciplina de fábrica e a mediação dos sindicatos representativos. A classe trabalhadora não estava mais confinada na velha estrutura dos partidos e sindicatos e não mais se impunha como um modelo de identidade de classe, de cima para baixo, como acontecia no modelo bolchevique herdado da revolução russa. Ao contrário, a organização da classe trabalhadora deveria emergir de forma imanente e espontânea a partir das interações entre as várias instâncias que a subjetividade trabalhadora tornou diretamente produtiva sob as condições da subsunção real.¹⁸⁵ O papel do partido não deveria ser o de representação, mas de articulação daquelas instâncias na continuidade das lutas. A demolição capitalista do universo possível da lei do valor acarretou a acentuação das polaridades antagônicas ao nível social, recompondo toda a classe trabalhadora no terreno da reprodução, e mostrou que

¹⁸³ NEGRI, Antonio. *Pipeline – Letters from prison*. Tradução de Ed Emery. Cambridge, Polity Press, 2014, p. 129.

¹⁸⁴ NEGRI, Antonio. *Jó, a força do escravo*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, Record, 2007, p. 10.

¹⁸⁵ MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*. Cambridge, Polity Press, 2012, p. 84.

toda forma de equivalência é simplesmente efeito de coerção. Consequentemente, mediações, mesmo aquelas dos sindicatos e partidos representativos – baseados no uso da dialética negativa da relação trabalho x capital e postos a serviço do desenvolvimento capitalista – não se faziam mais possíveis e a luta deveria assumir os novos sujeitos da nova composição social, antagônicos e irreduzíveis, e desenvolvê-los constitucionalmente.¹⁸⁶ A ação política da classe trabalhadora não deveria ser organizada como mera exasperação da resistência em torno dos parâmetros da lei do valor. Ao contrário, a ação política deveria se organizar no acúmulo da força proletária a partir das novas condições das lutas, através do trabalho negativo e da autovalorização, apresentando-se como produtiva e constitutiva porque produzida no vazio das condições engendradas pelo capital na passagem à subsunção real.

Para Negri, o fio ontológico que conduz a classe trabalhadora no processo de deslocamento produzido pela subsunção real, da autovalorização até a auto-organização e institucionalização de uma nova racionalidade produtiva, é a temporalidade. E a teoria da mais valia relativa é fundamental e chave nesse processo que leva à separação, porque introduz nele diacronia e diferenciação. Com efeito, por trás da categoria da mais valia – que representa a intensificação do trabalho e de sua força produtiva – se escondem movimentos de cooperação produtiva que se apresentam como recusa ao comando capitalista sobre a produção e como tentativa de construção de um tempo autônomo, um tempo apreciado em oposição à expropriação do tempo provocada pelo capital. A mais valia relativa se refere a temas que formam a base da composição proletária e que habilitam, assim, reunir as características antagônicas da cooperação numa figura subjetiva, conforme visto na seção anterior.¹⁸⁷

Relembrando a sucessão de paradigmas na composição da classe proletária, Negri afirma que a passagem do operário-massa (1917-1968) – que opera com o tempo como fluxo, o tempo como produção – ao operário social (1968 em diante) – que opera no tempo como estrutura, como tempo social – é uma sucessão apenas aparente. O que ocorre na verdade é um total deslocamento, e o paradigma do operário social não se encontra mais numa relação dialética com

¹⁸⁶ NEGRI, Antonio. *Pipeline – Letters from prison*. Tradução de Ed Emery. Cambridge, Polity Press, 2014, p. 137.

¹⁸⁷ NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 71-74.

a estrutura do capital. Ao contrário, ele mantém uma relação de separação que significa autovalorização.

Quando a temporalidade se torna matriz constituinte da composição social do proletariado, então todos os termos, pontos de vista e diferenças são recompostos dentro de uma realidade separada do sujeito. O tempo não é relação, nem resíduo, nem subtração: ele é ontologia do proletariado e sua possibilidade de autovalorização. E autovalorização é liberação.¹⁸⁸

Mostrando que todo equivalente está nas mãos do capital, dado na forma da mais valia, os *Grundrisse* colocam o antagonismo desde o início e a sua irreversibilidade como chave do processo. Na subsunção real o capital se apresenta como sociedade capitalista e, então, como tautologia da vida e do valor, do tempo e do trabalho. E é dentro dessa tautologia da subsunção real que Negri apreende as duas matrizes lógicas de temporalidade que, de um lado, tornam possível a separação e, de outro lado, dão sentido à multiversatilidade e ao pluralismo do ser social. As duas práticas do tempo são irreversivelmente antagônicas, ou seja, não podem de forma alguma ser recuperadas dentro de uma identidade: o tempo do capital é analítico, e sua prática ontológica se faz na manifesta necessidade de quebrar e dissolver todo valor para reconstruí-lo somente como função circular do comando, com tendência a zero, destruindo toda a produtividade do sistema que não seja a reprodução do comando e da possibilidade do terror¹⁸⁹; do lado proletário, o tempo é produtivo, não é relação, é tempo liberado da dialética e da negatividade do capital.

Destruindo o tempo como medida, o capital constrói o tempo como substância coletiva. Mas para o capital essa coletividade temporal não pode se apresentar como tal, ela deve ser reduzida a uma coletividade sem tempo. É aqui que irrompe o antagonismo e o tempo da cooperação se constitui como sujeito contra o capital, como valor de uso e força de trabalho. É aqui que se dá o princípio de crise na fase da subsunção real. E, quanto mais o valor de uso se torna uma *commodity*, mais qualquer referência externa se perde e o caráter antagônico da produção é afirmado. Assim, o tempo coletivo é construído pela subsunção e posto em crise e antagonismo pelo sujeito coletivo proletário.¹⁹⁰

¹⁸⁸NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 76-77.

¹⁸⁹NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 75.

¹⁹⁰NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 62-63.

Negri chama de tempo constitutivo o tempo das lutas de classe, do trabalho negativo e da autovalorização, considerando a análise do trabalho negativo a partir de cinco pontos de vista: a) o tempo constitutivo do trabalho negativo em termos de mobilidade; b) em termos de totalidade deslocada; c) em termos de antagonismo; d) em termos de composição; e) em termos de institucionalidade.¹⁹¹

A mobilidade representa a constante formação e re-formação do estrato material e dos sujeitos coletivos do trabalho social, a apreensão da dimensão livre do movimento do operário social. Na subsunção real o trabalho se apresenta como classe.¹⁹²

Na totalidade deslocada, o campo de análise é a jornada de trabalho, que deixou de se referir a quantidades de tempo para se tornar equivalente ao tempo da vida. Sendo assim, a luta não mais se desenvolve relativamente àquelas partes de tempo, mas em torno dos códigos temporais opostos do comando e da liberação (morte e vida).¹⁹³

O tempo constitutivo do trabalho negativo é constituído como antagonismo, o que significa dizer que o tempo da autovalorização não é somente o tempo subtraído ao capital, mas a *atividade* mesma de subtração, é a reapropriação do tempo feita pela classe trabalhadora.

Em termos de composição, para que ela possa ser considerada sujeito é preciso que os elementos coletivos e produtivos da composição tenham acumulado tais princípios de transformação num fio ontológico já ativado, de modo que se torne adequado às dimensões do processo de subsunção.¹⁹⁴

A transição institucional da autovalorização como poder disperso para a autodeterminação como poder reconhecido e concentrado é a conclusão de uma fase na qual o tempo constitutivo do trabalho negativo se apresenta como a única racionalidade. E racionalidade aqui é entendida como a liberação do tempo das

¹⁹¹ NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 91-92.

¹⁹² NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 92.

¹⁹³ NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 93.

¹⁹⁴ NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 94.

condições da exploração, contra a redução do tempo como medida e como comando capitalista.¹⁹⁵

Percorrendo esse deslocamento que vai da autovalorização até a autodeterminação e institucionalização de uma nova racionalidade, o tempo da luta de classes apresenta-se então, na linhagem iniciada por Maquiavel, como um poder prefigurativo que contém em si o futuro e tende continuamente a modelá-lo.¹⁹⁶ É esse tempo ontológico da luta de classe que se opõe com absoluta assimetria ao tempo rígido, espacializado e despotencializado do Estado. “A constituição de classe é então o mesmo que luta de classe no nível da ontologia”, diz Negri.¹⁹⁷

Assim, se o tempo da revolução capitalista é o tempo zero do Estado nuclear, da guerra e da morte social, o tempo da revolução comunista é o tempo dos poderes de liberação descobertos na explosão antagônica engendrada nas condições de vazio dadas pela subsunção real. Negri apresenta esse tempo de liberação da seguinte forma:¹⁹⁸

- a) dentro da totalidade da subsunção real, o tempo de liberação não é resíduo do tempo da exploração, mas força que rompe e destrói todas as ligações da sociedade capitalista;
- b) o tempo de liberação é uma qualidade produtiva, um acréscimo de criação, uma racionalidade produtiva arrancada do comando e da medida do capital. É trabalho negativo que produz tempo liberado, que é tempo contra a morte, contra o sofrimento e contra o zero do comando;
- c) tempo de liberação é subjetividade que se acumula desde a recusa ao trabalho à descoberta da racionalidade produtiva, desde a autovalorização até a autodeterminação, desde a espontaneidade até a liberação da consciência coletiva;
- d) tempo de liberação é coletividade, porque seu único esquema de organização se dá em termos de uma fenomenologia da prática coletiva;
- e) o tempo livre é uma máquina de constituição, posto que é a concreção do processo de liberação. “Nossa máquina de tempo liberado se move

¹⁹⁵ NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 95.

¹⁹⁶ NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 97.

¹⁹⁷ NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 126.

¹⁹⁸ NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 120.

potentemente e com gentileza, definindo um novo mundo que nada conhece da morte.”¹⁹⁹

A composição de classe tem um corpo coletivo. A corporalidade coletiva que surge na composição de classe é caracterizada por uma lógica e uma fenomenologia dos tempos múltiplos que são ao mesmo tempo individuais e coletivos. Essa relação de tempos expansivos, de velocidades diferentes e concorrentes, possui dois aspectos fundamentais: o primeiro, relacionado ao resultado obtido pela união de composição e recomposição sob as condições de exploração; o segundo aspecto é aquele da liberação individual, da constituição coletiva e das relações associativas de cooperação. Esses dois aspectos da relação não estão sujeitos a nenhuma regra, eles se expressam no encontro e na colisão, no deslocamento e na disjunção. É um fenômeno que preserva a riqueza da diferença e a espontaneidade da unidade.²⁰⁰

Porém, o tempo da constituição, mesmo atravessado por uma lógica dos tempos múltiplos, ainda se depara com a realidade do inimigo, e a recomposição é moldada, de certa forma, por essa realidade. A liberação exige, portanto, o reconhecimento do antagonismo coletivo para alcançar formas mais evoluídas de corporalidade coletiva.²⁰¹

Negri enfatiza que a mudança de paradigma na filosofia comunista que ocorreu nos anos 1960 se resume na proposta do desejo do corpo ideal como forma de concretizar o ideal da razão depois da “morte” do sujeito. Como mostrara Spinoza, no corpo coletivo se constitui a individualidade e a filosofia se torna real.

3.3 Com Spinoza para além da dialética

A história da ideologia dialética, que é a história da metafísica europeia na sua roupagem moderna e contemporânea, representa, em sua teodiceia, uma

¹⁹⁹ NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 121-122.

²⁰⁰ NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 102-103.

²⁰¹ NEGRI, Antonio. *Time for Revolution*. London, Continuum, 2003, p. 104.

inexorável diminuição da potência do ser.²⁰² Vimos na primeira seção do primeiro capítulo que a própria gênese da época burguesa contém em si o dispositivo de seu desenvolvimento e de sua crise e, naquele contexto, Spinoza é anomalia. Porém, o atual horizonte da crise mudou, trazendo, com ele, a mudança de paradigma. A crise do valor e da medida nos colocou diante de uma alternativa decisiva entre a continuidade do mal-estar mortal na determinação irracional do poder ou a descontinuidade criativa e seu sistema: o sistema da potência²⁰³, do desejo como norma que não representa um movimento indeterminado, ao contrário, é guiado pelas razões da vida contra aquelas da morte.²⁰⁴ Nesse horizonte atual, Spinoza, recuperando com criatividade o realismo de Maquiavel, deixa de ser anomalia para se transformar em “despertar originário”²⁰⁵, lançando à pós-modernidade um pensamento irreduzível às medidas da modernidade no que tem de mais subversivo: a sociedade política é um produto do desejo, do deslocamento de suas potências.²⁰⁶ Nesse sentido Spinoza é uma alternativa ao moderno que nos interpela, agora, a partir da nossa pós-modernidade.²⁰⁷

O maio de 1968 provocou uma inovação interpretativa do pensamento de Spinoza, uma interpretação ontológica muito potente que teve Gilles Deleuze e Alexandre Matheron como precursores e que influenciou de forma definitiva a própria leitura de Negri, propiciando-lhe as ferramentas para a reconceituação política – o que ocorreu em termos biopolíticos – do presente. Essa linha interpretativa que se desenvolveu após 1968 e adentrou as décadas seguintes fez do pensamento de Spinoza a invenção de uma democracia absoluta; absoluta porque fundada na relação sempre aberta entre as singularidades e a multidão. Nessa perspectiva, Spinoza retoma Maquiavel ao rerepresentar o tema da democracia como a multidão em movimento, deixando latente na história moderna, em sua linhagem *underground*, aquela *virtù* que não se derrota pelo

²⁰² NEGRI, Antonio. *Espinosa Subversivo e outros escritos*. Tradução Herivelto Pereira de Souza. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2016, p. 17.

²⁰³ NEGRI, Antonio. *Jó – A força do escravo*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, Record, 2007, p.38.

²⁰⁴ NEGRI, Antonio. *Espinosa Subversivo e outros escritos*. Tradução Herivelto Pereira de Souza. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2016, p. 19.

²⁰⁵ NEGRI, Antonio. *Espinosa Subversivo e outros escritos*. Tradução Herivelto Pereira de Souza. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2016, p. 18.

²⁰⁶ NEGRI, Antonio. *Espinosa Subversivo e outros escritos*. Tradução Herivelto Pereira de Souza. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2016, p. 138.

²⁰⁷ NEGRI, Antonio. *Espinosa Subversivo e outros escritos*. Tradução Herivelto Pereira de Souza. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2016, p. 151.

acúmulo da *fortuna* e que está sempre pronta para reaparecer onde quer que ressurja o ímpeto de revolta democrática.

Negri afirma que a releitura de Spinoza que ocorreu no final dos anos 1960 consistiu em cinco revisões da interpretação tradicional, baseada fundamentalmente no Spinoza do romantismo alemão e na metafísica que Hegel lhe havia confinado.²⁰⁸

A primeira revisão diz respeito à experiência da imanência. A nova interpretação deixava de lado a ideia da imanência como profundidade e, ao revés, propunha a imanência como superfície, como horizonte da possibilidade.

A segunda revisão diz respeito à concepção de finalidade racional e de *telos* ético, buscando-se, no primeiro caso, liberar o conceito de todo e qualquer pressuposto metafísico, isto é, de toda ordem pré-constituída pela racionalidade e, no segundo caso, reconduzir o *telos* ético ao processo de desenvolvimento da vida desejante. “A paixão movia-se em um contexto de casualidade que não conhecia mais exterioridade alguma: o ato estava na potência como a potência estava no ato, porque ambos identificavam a posição absoluta do existente no horizonte da imanência.”²⁰⁹

A terceira revisão é política e consiste em dissolver, sob a perspectiva da imanência, todos os transcendentais políticos. A única possibilidade de existência de poder soberano seria sob a forma de democracia da multidão como o autogoverno absoluto das singularidades conduzidas, no proceder de seu desejo, à constituição do comum.

A quarta revisão é metafísica e teológica, e consiste em construir o caminho da virtude através da experiência criativa da liberdade. “Contra toda

²⁰⁸ NEGRI, Antonio. *Espinosa Subversivo e outros escritos*. Tradução Herivelto Pereira de Souza. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2016, p. 228. Marilena Chaui afirma que foram duas as interpretações que formaram a tradição exegética do espinosismo: “aquela, inaugurada no século XVII por Pierre Bayle, que identifica panteísmo e ateísmo e considera o espinosismo o fruto maldito do casamento entre o neoplatonismo e o cartesianismo; e aquela, iniciada com os românticos alemães, que identifica panteísmo e misticismo, fazendo de Espinosa o ‘homem ébrio de Deus’. Entre essas duas imagens contrastantes intercalam-se outras, de menor fôlego: a do liberal ideólogo da burguesia holandesa, a do filósofo barroco, a do marrano dilacerado entre a tradição judaica e a descoberta da razão laica moderna.” (Artigo publicado na Folha de São Paulo sob o título *O desafio filosófico de Espinosa*, em 09/01/1994).

²⁰⁹ NEGRI, Antonio. *Espinosa Subversivo e outros escritos*. Tradução Herivelto Pereira de Souza. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2016, p. 228.

teologia possível, Deus era construído pelo homem e, nessa perspectiva, a genealogia das paixões era posta em oposição a toda teologia.”²¹⁰

A quinta revisão diz respeito à ideia de materialismo. Trata-se, aqui, da afirmação da matéria como força produtiva através dos modos que constituem a substância, afirmando-se um materialismo das diferenças e dos dispositivos subjetivos. A matéria deixava assim de ser o conceito de um contexto para se tornar o próprio processo constitutivo do desejar, sempre cambiante e aberto. A matéria era vista dentro do movimento criativo que constituía o mundo, ou seja, como tecido das transformações do mundo.²¹¹

Era, portanto, uma nova ontologia essa que, a partir das novas leituras de Deleuze e Matheron, Espinosa propunha. Tais leituras reconstruíam uma ontologia que imputava a Espinosa, filósofo do período moderno, a separação, no âmbito do enredo metafísico da modernidade, de todas as suas características essenciais distintivas: uma ontologia da imanência que destruía mesmo a mais pálida sombra de transcendentalismo, uma ontologia da experiência que recusava qualquer fenomenismo, uma ontologia da multidão que removia a imemoriável teoria das formas de governo como radicadas na sacralidade de um arché (princípio e comando), uma ontologia genealógica que levava novamente a responsabilidade cognoscitiva e ética do mundo para o fazer humano.²¹²

²¹⁰ NEGRI, Antonio. Artigo publicado na Folha de São Paulo sob o título *Spinoza, herói do povo pós-moderno* em 28/02/1999.

²¹¹ NEGRI, Antonio. Artigo publicado na Folha de São Paulo sob o título *Spinoza, herói do povo pós-moderno* em 28/02/1999.

²¹² NEGRI, Antonio. *Espinosa Subversivo e outros escritos*. Tradução Herivelto Pereira de Souza. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2016, p. 229. Negri afirma que na história da ontologia, a posição de Spinoza é única ao dissolver as visões teísta e panteísta do ser na manifestação da sua materialidade. Há uma continuidade indissolúvel entre as várias manifestações do ser (genealógica e fenomenológica; ética e política) que representa, pode-se dizer, uma violação absoluta da tradição ontológica. Spinoza reinventa o materialismo moderno quando propõe o ser como fundamento, mas esse fundamento, no entanto, é concebido como a superfície necessária de uma determinação prática, a “consolidação dos entrelaces e dos deslocamentos das forças que experimentamos no terreno físico e histórico.”. Cuida-se, pois, de uma concepção muito diferente da hipótese do ser apresentada pelo racionalismo moderno que se tornou refém da razão instrumental, da transformação apresentada como utopia. “A ontologia spinozana põe a subversão como processo de transformação dentro da desutopia – eis sua unicidade.” Negri enxerga no ser de Spinoza o ser coletivo que se apresenta como revolução; essa revolução, que implica na mudança do paradigma para afirmação do plano da potência e do desejo como norma, se dá nos próprios mecanismos da contínua produção do ser, de sua comunicação e liberação que constroem uma nova história. Para Spinoza, diz Negri, “a revolução é um pressuposto: não um abstrato projeto, mas uma tarefa prática, não uma escolha, mas uma necessidade,” (v. pp. 125-127). Ainda sobre as dimensões de uma “ontologia espinosana”, Vittorio Morfino, por sua vez, alinhado com uma série de interpretações que se desenvolveram na França no final do século XX e que foram conduzidas principalmente por Louis Althusser, propõe desfazer o “casamento” entre spinosismo e metafísica da substância – a ontologia da substância única – para afirmar que a originalidade do pensamento de Spinoza reside não na proposição da existência de uma substância única, mas na fundação de uma ontologia da relação. Assim, afirma Morfino, para Spinoza o indivíduo não é substância nem sujeito. É uma relação entre um exterior e um interior paradoxalmente constituídos nessa relação. Essa relação constitui a essência do indivíduo, que nada mais é que a sua existência – potência. O indivíduo é um poder que não é dado *a priori* e de

Paralelamente à inovação interpretativa de Spinoza capitaneada por Deleuze e Matheron, o próprio pensamento marxiano passava por uma revisão e autocrítica, cujas inflexões spinozanas foram inegáveis e também, como aquela, influenciaram de forma definitiva o trabalho de Negri.

A partir do final dos anos 1960 e anos 1970, diante do avanço capitalista e da mudança dos paradigmas de seu modo de produção, bem como do “fracasso” do seu oposto dialético – o socialismo real – a ideologia comunista passou por uma crise profunda, e o pensamento marxiano por uma autocrítica. Conforme exposto nas seções anteriores, de uma forma positiva 1968 introduziu uma crise da medida e das leis que a estruturam, impondo um desafio de inovação ao marxismo oficial – aquele historicamente hegemônico – como cultura da medida, do trabalho como medida, de uma paixão medida pelo fetichismo de Estado que impregnava os próprios sindicatos e partidos comunistas.²¹³ Nesse contexto, o retorno a Spinoza reencontra um vínculo ontológico e, com isso, propõe novamente a imaginação do comunismo e a confiança na razão e na práxis humana construídas como experiência ética coletiva.²¹⁴

De fato, naquele horizonte dentro do qual o marxismo, em igualdade com outras ideologias da modernidade, não sabe mais discriminar e orientar-se – e no qual, conseqüentemente, rebaixa-se a uma dimensão de indiferença (aquela da eficácia alienante da produção capitalista e da estupefação pós-moderna) –, aí, Spinoza, ou seja, a ancoragem ontológica e a produtividade do ético, repropõe a possibilidade de recolocar em forma e de qualificar o operar humano. Ancorando-se em uma tal ontologia, o pensamento (e o que mais conta) a vontade de revolução sobrevivem à crise do marxismo – dela são arrancadas, com toda razão.²¹⁵

A revisão do pensamento marxiano se deu em variadas vertentes, porém as origens spinozanas dessa reflexão podem ser buscadas justamente naquela virada ontológica, quando a crítica se dobra ao desenvolvimento capitalista na fase da subsunção real da sociedade no capital, demandando a possibilidade de uma utilização positiva da crise, isto é, de sua reversão em favor das forças produtivas.

uma vez por todas: seu poder varia com a instabilidade da relação entre o exterior e o interior. A causalidade imanente constitui o indivíduo como uma *connexio singularis*, ou o singular entrelaçamento de relações historicamente dadas. Assim, declara Morfino, uma “ontologia da relação” somente pode ser considerada ontologia na condição de se pressupor uma modificação radical no sentido tradicional desta palavra.

²¹³ NEGRI, Antonio. *Jó – A força do escravo*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, Record, 2007, p. 9.

²¹⁴ NEGRI, Antonio. *Espinosa Subversivo e outros escritos*. Tradução Herivelto Pereira de Souza. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2016, p. 124.

NEGRI, Antonio. *Espinosa Subversivo e outros escritos*. Tradução Herivelto Pereira de Souza. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2016, p. 125.

Nesse momento, o materialismo de Spinoza – definido por Louis Althusser como materialismo aleatório – começa a produzir efeitos e a mostrar, através das articulações da substância, a produtividade dos modos, a dobra revolucionária que tais efeitos assumem.²¹⁶

De grande importância no período foi o pensamento de Althusser que, para Negri, porta os princípios críticos a partir dos quais transformou-se a análise do pensamento de Marx nos anos 1960, permitindo um prolongamento dessa análise na sociedade capitalista da subsunção real.²¹⁷

Para Althusser – afirma Negri – a teoria essencialmente quantitativa da mais valia permite deduzir consequências políticas totalmente impróprias à compreensão e à crítica da exploração e à apreensão da complexidade do processo de subsunção real, afirmando a sua impossibilidade de passar dos elementos da crítica do Estado burguês para o desenvolvimento de uma hipótese criativa sobre as práticas constituintes de massa.

A reconstrução da corrente subterrânea do materialismo do encontro – um materialismo da contingência e do aleatório que escapa à clássica oposição idealismo/materialismo da metafísica ocidental – é uma premissa metodológica da releitura althusseriana de Marx. Althusser, como Negri, usa Spinoza para fundar um marxismo não hegeliano.²¹⁸ Para Althusser, Marx não teria utilizado nem o modelo mecanicista nem o modelo organicista da causalidade, mas, sem saber, o modelo spinozano da causalidade imanente, bastante diverso do modelo hegeliano da causalidade expressiva largamente utilizado na tradição marxista.²¹⁹

²¹⁶ NEGRI, Antonio. *Espinosa Subversivo e outros escritos*. Tradução Herivelto Pereira de Souza. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2016, p. 151.

²¹⁷ NEGRI, Antonio. *A favor de Althusser. Notas sobre a evolução do pensamento do último Althusser*. Revista Lugar Comum, p. 68.

²¹⁸ MORFINO, Vittorio. *Plural Temporality. Transindividuality and the Aleatory Between Spinoza and Althusser*. Chicago, Haymarket Books, 2015, pp. 1-2.

²¹⁹ O modelo mecanicista da causalidade, elaborado por Descartes, reduz a causalidade a uma eficácia transitiva e analítica e não dá conta da eficácia do todo sobre os seus elementos. O modelo da causalidade expressiva, desenvolvido por Leibniz e Hegel e muito difundido no marxismo ortodoxo, permite pensar a eficácia do todo sobre os seus elementos, mas pressupõe certa natureza do todo na qual cada elemento é expressivo da totalidade inteira como *pars totalis*. Assim, pode-se dizer que tanto Leibniz quanto Hegel colocaram em termos radicais a questão das relações, mas recuaram diante das consequências extremas dessa posição. No primeiro caso (Leibniz), através da *teoria da harmonia pré-estabelecida*, que transforma a relação em nada mais que um jogo combinatório do mundo do Deus arquiteto e soberano, sempre já decidida pela tensão da sua vontade rumo ao bem. Do lado de Hegel, através da *teoria da astúcia da razão* que permite

A destruição de todo horizonte teleológico, ou seja, a afirmação positiva de uma lógica do acontecimento, é uma característica fundamental do materialismo aleatório. A causalidade está submetida ao caráter aleatório da superfície: em Spinoza, a causalidade se realiza totalmente na superfície, toda necessidade interna é suprimida, toda finalidade é ignorada.²²⁰ O materialismo aleatório definido por Althusser nos propõe o homem na história, enquanto sujeito na história, sobre esta abertura sem finalidade nem necessidade, mas simplesmente disponível a todo aleatório e a todos os acontecimentos, construindo sobre esse terreno práticas adequadas. Tudo está determinado no materialismo aleatório, mas determinado após o acontecimento.²²¹

O trabalho de Negri sobre Spinoza é tributário de todas essas interpretações contemporâneas que lhe propiciaram, também, uma reconceituação do presente em termos biopolíticos. Na sociedade do “fim da história” e do “fim das ideologias” que se instaurou no final dos anos 1970, com a perda de todo valor representado no transcendental e constatada a inconsistência de suas sínteses dialéticas, o retorno a Spinoza significou para a Negri a possibilidade de reconstruir o mundo a partir da criatividade e do desejo e, com isso, ressignificar o comunismo como projeto de liberação e afirmação do trabalho vivo e das suas necessidades, sem olvidar nunca a única posição que verdadeiramente importa: a dos movimentos reais. Ao mesmo tempo, representou uma tentativa de superar, radicalizando, a fundação dialética da subjetividade contida no postulado operaísta do primado das forças produtivas.

Como exposto no início do segundo capítulo, Negri mostrou que o projeto filosófico, científico e tecnológico hegemônico que se iniciou no século XVII foi uma operação ideológica para permitir à classe burguesa lidar com a derrota e a impotência política e descolar da modernidade o conceito de crise, dissimulá-la através de uma “operação apoiada nas ideias de transcendência (de Deus e do Estado), de hierarquia ontológica dos seres (e, portanto, das classes sociais), de finalismo ético-metafísico (as virtudes são modelos prévios que comandam de

dominar o sentido do jogo das relações. Tanto uma como outra acabam por colocar a relacionalidade a serviço da teleologia. (Morfino, Vittorio).

²²⁰ NEGRI, Antonio. *A favor de Althusser. Notas sobre a evolução do pensamento do último Althusser*. Revista Lugar Comum, p. 61.

²²¹ NEGRI, Antonio. *A favor de Althusser. Notas sobre a evolução do pensamento do último Althusser*. Revista Lugar Comum, p. 62.

fora a ação humana, segundo a vontade de Deus e do monarca absoluto que representa a divindade na terra) e de dominação técnica da natureza.”²²² A leitura que Negri faz de Spinoza é a de um filósofo moderno que demole todo esse imaginário que serve de pilar do pensamento moderno, calcado em toda forma de mediação: transcendência, finalismo, hierarquia e dominação. Desta forma, enquanto o pensamento de Descartes significou o triunfo da burguesia, a filosofia de Spinoza representou uma resistência ao livre mercado e ao Estado absolutista, não traindo o discurso radical da virtude construtiva moderna em favor da fortuna acumulativa do emergente capitalismo.²²³ Nisso consistiu a sua anomalia.

A anomalia filosófica de Spinoza consiste nisto: na irreducibilidade de seu pensamento ao desenvolvimento do racionalismo e do empirismo modernos, que são filosofias subordinadas à crise, filosofias sempre dualistas e irresolutas, voltadas para a transcendência como território exclusivo de réplica ideal e de dominação prática do mundo – e, portanto, filosofias funcionais para a definição da burguesia, para seu definitivo auto-reconhecimento como classe da crise e da mediação.²²⁴

O pensamento filosófico moderno, diz Negri, procura conceitos metafísicos que sejam a réplica ideal das relações de produção capitalista, encontrando sua perfeição na ideia de mercado como separação entre trabalho e valor. A filosofia de Spinoza, diversamente, afirma as forças produtivas e critica a versão metafísica das relações de produção (mercado), definindo um materialismo fundado na relação *produção - constituição*. Trata-se de uma filosofia imanente das forças produtivas, e não da mediação.²²⁵ Escrevendo com base na leitura de Negri, Marilena Chauí diz que:

Tudo quanto é hegemônico no pensamento do século 17 vê-se demolido pelo materialismo prático (ético, político, ontológico) de Espinosa. À idolatria do mercado como organização sócio-política das relações de produção, Espinosa contrapõe a pluralidade infinita das forças produtivas singulares indomináveis

²²² CHAUI, Marilena. Artigo publicado na Folha de São Paulo sob o título *O desafio filosófico de Espinosa*, em 09/01/1994.

²²³ MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*, Cambridge, Polity Press, 2012, p. 120.

²²⁴ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 271-282.

²²⁵ Com efeito, desde o prefácio de *“A anomalia Selvagem”*, Negri já antecipa os elementos e fundamentos de sua interpretação e apropriação do conceito de multidão como conceito de classe, como se pode perceber na seguinte passagem: *“...no imanentismo spinozista, na concepção especificamente spinozista do político, democracia é uma política da multidão organizada na produção (...). Essa concepção spinozista do político constitui um momento fundamental do pensamento moderno: e se não consegue exprimir até o fim a fundação da luta de classe como antagonismo fundador da sociedade, nem por isso deixa de enunciar todos os pressupostos dessa concepção, fazendo da intervenção das massas o fundamento da atividade de transformação, ao mesmo tempo social e política.”*

porque são forças de apropriação ou desejo; à burguesia holandesa, submissa à crise e às imagens da transcendência e da hierarquia, Espinosa contrapõe a potência infinita do ser que se irradia em expressões singulares necessárias e livres cujo poder se realiza plenamente na democracia: à teoria hobbesiana do contrato e da autoridade política formada pela passagem do fato ao direito como obrigação, Espinosa contrapõe a constituição do político pela *multitudo* cujo poder é direito e cujo direito é poder, ambos como desejo de liberdade (governar e não ser governado); ao dualismo cartesiano do corpo e da alma, Espinosa contrapõe o movimento contínuo de passagem da singularidade corporal à subjetividade psíquica, ambos aspectos da mesma realidade individual complexa; às experimentações científico-tecnológicas de domínio da Natureza para realização da segurança, da paz e da liberdade, Espinosa contrapõe o movimento ético-político de apropriação da Natureza para realização da segurança, da paz e da liberdade.²²⁶

Construindo a figura de um humanista que perpetua o sonho revolucionário do humanismo – aquele baseado na potência da força produtiva – como resposta à crise renascentista, evoluindo da utopia panteísta a uma desutopia ética – ou seja, de uma perspectiva essencialista à ideia de potência infinita – Negri inscreve Spinoza dentro de um projeto que também lhe é próprio, e que ele traduz como a projeção no futuro de uma esperança nos movimentos de luta.

Veremos agora como se deu esse percurso de Negri dentro da *Anomalia Selvagem – poder e potência em Spinoza*, que foi a primeira e mais visível manifestação da orientação do autor na busca de uma nova e radical racionalidade diferente da metafísica burguesa, uma ontologia constitutiva baseada na espontaneidade das necessidades e organizada pela imaginação coletiva²²⁷, tendo como história subjacente a luta de classes.²²⁸ Deve-se ter em conta, desde esse princípio, que a racionalidade, em Spinoza, nada tem a ver com o projeto de razão

²²⁶ CHAUI, Marilena. Artigo publicado na Folha de São Paulo sob o título *O desafio filosófico de Espinosa*, em 09/01/1994.

²²⁷ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 27.

²²⁸ Timothy Murphy define essa mudança nos termos utilizados pelo próprio Negri, como uma transição entre a *pars destruens* – o passo destrutivo da crítica e dissolução do Estado capitalista – para a *pars construens* – o passo constitutivo de uma ontologia constitutiva, apresentada pelo próprio Negri no prefácio de *A Anomalia Selvagem. Poder e potência em Spinoza*: “É incontestável que fomos incitados a estudar as origens do pensamento moderno e da história do Estado moderno através da ideia de que a análise da crise da gênese do Estado burguês e capitalista pode contribuir para o esclarecimento dos termos da crise de seu período de dissolução. Mas devo acrescentar que, se esse projeto levou-me a empreender meus trabalhos anteriores (sobre Descartes, etc), hoje ele me estimula muito menos. O que me interessa, efetivamente, não é tanto a gênese do Estado burguês – e sua crise – quanto as alternativas teóricas e as possibilidades subjetivas de revolução em ato. Explico-me: o problema colocado por Spinoza é o da ruptura subjetiva da unidimensionalidade do desenvolvimento capitalista (em sua dimensão burguesa e superestrutural como em sua dimensão propriamente capitalista e estrutural). Spinoza nos mostra a alternativa vivendo como potência material dentro do bloco metafísico da filosofia moderna.” *In*: NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem. Poder e Potência em Spinoza*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1983, p. 26.

da tradição filosófica e do século XVII, mas deve ser entendida como o agenciamento dos encontros – a composição dos corpos e relações – pela lógica da conveniência, o que significa transformar o antagonismo do estado de natureza em aumento da potência do ser social, coletivo. A razão para Spinoza não nos separa do nosso corpo, como quis a tradição filosófica, mas, ao contrário, ela só pode iniciar o seu percurso no interior do próprio desejo, nunca contra ele.

Deve-se dizer que Negri, em primeiro lugar, precisou desconstruir uma longa tradição exegética que interpreta Spinoza como um individualista e defensor da concepção burguesa da liberdade econômica corporificada no mercado, corrente da qual emergiu a ideologia liberal do spinozismo.²²⁹ Para melhor explicar, devemos dizer, com Marilena Chaui²³⁰, que no pensamento de Spinoza o

²²⁹ MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Mordenity and the Multitude*. Cambridge, Polity Press, 2012, p. 120.

²³⁰ Afirma Marilena Chaui que a viga mestra da ética spinozana é a ideia de que o ser humano, assim como os demais seres da natureza, são uma expressão singular, imanente à atividade de uma potência universal absolutamente infinita: Deus. Deus (ou a Substância) engendra o universo inteiro, mas sem se separar do universo. Ele é, por assim dizer, a causa imanente do universo, não é transcendência. Os seres humanos e todas as coisas singulares finitas são uma parte da natureza e uma expressão do ser absolutamente infinito. Ao causar-se a si mesma, a Substância (Deus) causa, no mesmo ato, a essência e a existência de todos os seres do universo.

Para Spinoza, tudo o que existe pode existir de dois modos: em si e por si (a Substância, Deus) ou existe em outro e por meio de outro (os efeitos da Substância). A essa segunda forma de existir Spinoza dá o nome de *modos* da substância. O ser humano e todas as coisas da natureza são *modos* finitos singulares da substância absolutamente infinita.

A Substância é uma realidade absolutamente complexa e uma potência absoluta de autoprodução e produção de todas as coisas, ou seja, ela é a unidade de infinitas ordens de realidade que são constitutivas de seu ser, a que Spinoza dá o nome de *atributos*. Os *atributos* operam simultaneamente uns com os outros e cada um exprime de maneira diferente a ação da mesma Substância. Dos infinitos atributos, os seres humanos conhecem apenas dois: a extensão e o pensamento. A atividade da extensão infinita dá origem às leis da natureza física e aos corpos. A atividade do atributo pensamento dá origem às ideias e à sua ordem de concatenação. Portanto, os corpos e as ideias são imanentes a uma só e mesma substância, são uma só e mesma coisa, mas que se expressam de duas maneiras diferentes. A união entre corpo e mente é algo já dado desde a origem. Não se pode pensá-los separadamente, como a tradição filosófica fez. Eles são efeitos simultâneos da ação de uma única Substância, portanto não se separam nem estão numa relação hierárquica. É a mesma potência se exprimindo. O ser humano é então a unidade de duas ordens de realidade (extensão e pensamento) de potência igual, internamente articuladas, cuja unidade se exprime diferenciadamente pelas articulações corporais e pelas operações psíquicas.

O corpo é um indivíduo dinâmico, cujo equilíbrio interno é obtido por mudanças internas contínuas e por relações externas contínuas, o que significa que um corpo é um ser originariamente e essencialmente relacional. Ao conjunto dessas relações internas e externas Spinoza dá o nome de *afecções*. As *afecções* constituem a vida de um corpo. Spinoza diz que um corpo é tanto mais potente e mais apto à conservação quanto mais ricas e complexas forem suas relações com outros corpos, ou seja, nossa potência corporal está ligada à capacidade de afetar e ser afetado por outros corpos.

Assim como o corpo é um modo finito que exprime a potência de um atributo infinito da Substância (extensão), a mente humana é um modo finito que exprime um dos atributos da substância única, o pensamento. A mente humana é uma ideia produzida pela substância absolutamente infinita. A mente humana é a ideia de seu corpo, das *afecções* corporais, isto é, da

ser infinitamente infinito (substância, Deus, Natureza Naturante) existe em si e por si e é causa de si ou potência infinita da existência e ação, manifestando-se espontaneamente em seres singulares finitos que são seus modos. Os seres humanos são modos finitos do infinito e são imanentes a ele por suas potências de existir e agir. A tradição interpretativa hegemônica afirma a derivação descendente dos modos finitos a partir da essência infinita do ser, através de seus atributos essenciais infinitos. Negri propõe então o abandono dessa tradição interpretativa fazendo com que a potência dos modos finitos concretos (*conatus*) funde a potência infinitamente infinita do Ser ou da Natureza. Os modos finitos não são somente uma parte do ser absolutamente infinito, mas tomam parte na sua atividade infinita.

Para se opor à corrente do spinozismo liberal, Negri defende a existência de uma ruptura interna ao pensamento de Spinoza que ocorre entre a primeira e a segunda camadas da *Ética*, ou seja, quando Spinoza se debruça sobre o campo político no *Tratado Teológico-Político*. Nesse momento, há uma refundação da metafísica e a atividade da imaginação conquista um estatuto ontológico de consolidação e produção do mundo e da sociabilidade da ação humana. A revolução da filosofia de Spinoza que inaugura o materialismo moderno – aquele centrado na relação *produção-constituição* e na recusa de qualquer pressuposição de uma ordem anterior ao agir humano e à constituição do ser²³¹-- começa a ocorrer nessa transição.

Com isso, e contra as correntes dominantes, Negri defende a centralidade ontológica da obra política de Spinoza, sendo o político um elemento estrutural do seu sistema metafísico que lhe permitiu reconstruir os conceitos de Estado e Direito. A verdadeira política de Spinoza é a sua metafísica, e esta metafísica é articulada com seu discurso político.²³²

Negri postula que o Spinoza da primeira fundação se desenvolve através da teoria dos atributos divinos. Nela, a substância divina se expressa em um número infinito de atributos que atuam ao mesmo tempo no corpo e na mente e

vida do seu corpo, e é também consciência de ser consciente disso. In CHAUI, Marilena. *Desejo, paixão e ação na Ética de Espinosa*. São Paulo. Companhia das Letras, 2011, pp. 70-76.

²³¹NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramalhete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 23.

²³² NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramalhete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 142.

constituem os modos finitos da substância divina, fazendo surgir cada entidade que existe no mundo e na mente. Essa concepção que identifica Deus como uma substância comum e causa eficiente de toda a natureza já havia destituído a projeção de uma vontade antropomórfica capaz de intervir providencialmente no mundo a partir de uma posição transcendental. Ela, porém, deparada com a realidade da prática nas sociedades humanas hierarquicamente estruturadas de acordo com um modelo transcendente de Poder, não conseguiu resolver o paradoxo da co-presença do absoluto divino e do absoluto modal senão através do recurso à mediação dos atributos, o que Negri interpreta como uma aliança implícita com o idealismo neoplatônico. Um sistema monista rigoroso transforma-se, então, pela introdução de um dualismo hierárquico – essência x aparência, substância x sociedade --, num sistema dialético que demanda alguma mediação para resolver a oposição entre os dois termos.²³³

Para Negri, quando Spinoza interrompe a *Ética* para escrever o *Tratado Teológico Político*, ocorre uma recuperação da matéria política no discurso metafísico – a metafísica é submetida à força da transformação real – e uma refundação de seu sistema que será refletida posteriormente com toda a intensidade constitutiva no que Negri chama de a “segunda camada” da *Ética*.²³⁴

Essa segunda fundação, que será iniciada com a cesura do sistema spinozano, se deve então a dois fatores primordiais: à contradição verificada no recurso ao neoplatonismo como solução para as inconsistências do “primeiro Spinoza” e ao seu engajamento político a partir do *Tratado Teológico-Político*. A segunda fundação será sustentada pela potência da imaginação como faculdade que percorre todo o real e dá à prática humana a sua realidade essencial²³⁵. Aí está

²³³ MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Mordenity and the Multitude*. Cambridge, Polity Press, 2012, p. 123.

²³⁴ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramalhete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, pp. 136-137.

²³⁵ Mais uma vez nos valem das explicações de Marilena Chauí, que afirma que imaginar, para Spinoza, é conhecer por meio de imagens visuais, sonoras, tácteis, olfativas, palatáveis, ou seja, é perceber por meio dos órgãos e sentidos. Imaginar, nesse sentido, é a forma inicial da intercorporeidade, aquela na qual a imagem do corpo e das suas afecções é formada pela imagem que os demais corpos oferecem do nosso, e pela imagem que o nosso corpo forma dos demais corpos. Nascida no sistema das afecções corporais, o que caracteriza essa imagem é que ela é instantânea, volátil, produzindo um conhecimento imaginativo, inadequado do corpo, ou seja, ela não conhece o corpo tal como ele é em si mesmo, mas de acordo com as imagens externas que forma na relação intercorporal. Esse é o instante inicial de que a mente é ideia.

O mundo no qual vivemos é o mundo dessas imagens que nós temos de todas as coisas. A mente, por ser uma potência pensante (eis que atividade do atributo infinito pensamento), é levada

localizada a cesura do sistema, quando a atividade imaginativa conquista um estatuto ontológico para consolidar a verdade do mundo, a positividade, a produtividade e a socialidade da ação humana.²³⁶

Embora a imaginação possa ser ilusão e superstição (alienação religiosa e mistificação teológica), como Spinoza se refere nos primeiros capítulos do *Tratado Teológico-Político*, ela também se reveste de uma forma positiva e, como obediência, é a gênese das instituições e da organização do coletivo. A imaginação constitui o real; é a essência da política, mas a sua atividade constitutiva não é uma simples função política, é uma potência ontológica.²³⁷ “Aquilo que a imaginação propunha como realidade de ilusão está transformado agora em positividade da vontade e da liberdade, em indício de um processo de constituição. (...). O político é a metafísica da imaginação, é a metafísica da constituição humana do real, do mundo.”²³⁸

O objetivo manifesto do *Tratado Teológico Político* é a crítica ao absolutismo monárquico e a defesa da liberdade. Assim como Hobbes, Spinoza parte do reconhecimento do antagonismo do estado de natureza. Porém, o temperamento desse antagonismo não será buscado na solução transcendental do contrato, ao contrário, demandará uma norma de reconstrução do tecido social que seja ontologicamente fundada. A proposta de Spinoza é a constituição da segurança da sociedade não pelo medo e pela superstição – que se apresentam como servidão ao poder – mas por um projeto de liberdade e razão.²³⁹ Por outras palavras, o que Spinoza faz é pensar autoridade, obediência, resistência e

a fabricar causas para o que se passa no seu corpo, nos demais corpos e nela mesma, enredando-se num tecido de explicações ilusórias sobre os corpos e sobre o mundo, porque são explicações parciais nascidas da ignorância das causas verdadeiras.

Uma ideia imaginativa não é falsa. Ela só pode ser considerada falsa quando se transforma numa teoria sobre a realidade, pois uma teoria sobre a realidade deve oferecer as causas reais de produção necessária da realidade. Isso é importante porque o conhecimento verdadeiro de uma coisa não determina que a imaginação pare de atuar, pois a imaginação exprime a força do corpo. Se eu parar de imaginar meu corpo morreria. Trata-se, então, de não confundir as ideias inadequadas com as ideias verdadeiras, aquelas que oferecem as causas reais e necessárias que produzem determinada realidade. In CHAUI, Marilena. *Desejo, paixão e ação na Ética de Espinosa*. São Paulo. Companhia das Letras, 2011, pp. 80-82.

²³⁶ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramalhete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 143.

²³⁷ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramalhete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 140.

²³⁸ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramalhete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 142.

²³⁹ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramalhete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 172.

liberdade ao mesmo tempo. Negri afirma que a desmedida da filosofia de Spinoza é essa: propor a razão no lugar do medo, a liberdade ao invés da superstição e a democracia no lugar do absoluto monárquico, renovando esses conceitos quando todo um século os combatia.²⁴⁰

O *Tratado Teológico Político* marca assim a cesura do sistema spinozano, cesura possibilitada pelo engajamento com o político, com o real, e que deu azo à materialização e ao aprofundamento do sentido e da definição do ser.²⁴¹ “É um ser polêmico aquele que surge no fim do *Tratado Teológico Político*, é um horizonte de guerra que aparece, ou seja, horizonte ontologicamente denso de contínuas incursões da potência em direção à constituição.”²⁴² Porém, a reversão metafísica iniciada no *Tratado Teológico-Político* somente será completada com a fundação materialista de um horizonte ético, sendo a ética o terreno onde a função constitutiva e as condições reais devem se recompor.²⁴³ As premissas metafísicas postas até aqui conduziram a filosofia de Spinoza a uma imersão no ser e na sua dinâmica de constituição. Um retorno à ontologia, portanto.

Os livros 3 e 4 da *Ética*, escritos após a cesura representada pelo *Tratado Teológico-Político*, tratam da dinâmica constitutiva do ser como atividade e potência de apropriação do mundo através de uma análise das relações entre o *conatus* – esforço de perseverar e expandir a existência – e os afetos.²⁴⁴ O

²⁴⁰ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 173.

²⁴¹ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 162.

²⁴² NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 162.

²⁴³ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 180.

²⁴⁴ Nosso corpo e nossa mente são potências de existir, potências de autoconservação. Espinosa usa o termo *conatus* para designar essa potência. Essa potência de autoconservação na existência que toda essência singular possui, ela o possui porque é uma expressão finita da potência infinita de Deus. No corpo, o *conatus* se chama apetite. Na mente, ele é desejo, a percepção que temos do nosso apetite.

Na vida corporal, uma afecção pode aumentar ou diminuir a potência do corpo. Essa afecção chama-se *afeto*. Somos seres originaria e naturalmente afetivos. A relação de corpo e mente e a relação que ambos mantêm com o mundo é afetiva. O *conatus* é a potência interna de autoconservação que produz efeitos necessários internos e externos. Todavia, somos seres finitos rodeados de inúmeros outros que são, como nós, *conatus*, com os quais interagimos necessariamente. Assim, os afetos podem ser ativos ou passivos. Quando a causa do nosso afeto é interna a nós chama-se ação, quando é externa chama-se paixão. Portanto, a afetividade pode significar ação ou paixão.

Quando Espinosa afirma que a nossa natureza é causa parcial ou total daquilo que se passa em nós e fora de nós, ele rompe com uma das mais poderosas tradições da ética: aquela que afirma que agimos movidos por fins ou causas finais. Não agimos em vista de fins, isso é

processo constitutivo se dá pela via ética, sendo esta a ciência de constituição prática do mundo e a única que pode explorar o horizonte da potência. O desejo (*cupiditas*) qualificador, isto é, o desejo como norma que só existe agenciado e determinado por alguma afecção (“*as coisas não são boas em si, mas porque a desejamos*”), garante a natureza ética do processo de constituição do ser que, no entanto, é um processo arriscado porque é livre. A dimensão é a da física, o corte é o da superfície – tudo se dá no nível da modalidade, terreno do mundo – e a dinâmica é dada pelo *conatus*, causalidade puramente imanente.²⁴⁵

O esforço (*conatus*) com o qual cada coisa se esforça para perseverar em seu ser é a essência atual da própria coisa. O *conatus* é vontade, quando se refere à Mente, e apetite, quando se refere à Mente e ao Corpo. O desejo é o apetite com consciência de si mesmo. A modalidade se articula através da teoria do *conatus*, causalidade puramente imanente que transcorre para além do existente. Não essência finalista em todo caso: mas ele próprio é ato, emergência consciente do existente não finalizado. Estamos finalmente na dinâmica constitutiva do ser.

A potência é o conceito de um dinamismo produtivo que não é dissociado da natureza das coisas. A potência em Spinoza é sempre em ato e, sendo em ato, ela não opera segundo um regime finalístico, mas sim no terreno da livre necessidade. Não se confunde, pois, com um poder arbitrário, não implica a vontade soberana de um criador, e a forma de operação dessa potência é a forma do necessário. Isso desmonta totalmente o Deus teológico e sua vontade

imaginário. O nosso ser é definido em função da intensidade maior ou menor da nossa força para existir (*conatus*).

Uma paixão nunca é vencida por uma razão, por uma ideia verdadeira, como a tradição apregoava. Uma paixão só é vencida por outra paixão. Um conhecimento verdadeiro só vence uma paixão se ele próprio, enquanto conhecimento, for experimentado como um afeto, pois um conhecimento verdadeiro do bom e do mau nada mais é que um afeto de alegria ou tristeza quando deles somos conscientes. Dessa forma, pode-se dizer, a razão só iniciará seu percurso rumo à liberdade se ela o fizer no interior do próprio desejo, nunca contra ele. Portanto pensar – que é o modo de agir da mente quando ela é causa apropriada dos seus afetos – não significa deixar de desejar, e sim saber por que desejamos e o que desejamos.

Espinosa demonstra que em qualquer circunstância, seja na paixão ou na ação, o nosso *conatus* sempre realiza uma mesma operação, qual seja, buscar relações com o que nos fortalece e desfazer os laços que nos enfraquecem. Todo o trabalho da nossa potência interna consiste em conservar a proporção interna do nosso corpo, variando a intensidade da proporção conforme nossa vida nos faz ser cada vez mais complexos. A chave da ética espinosana se encontra nessa posição da potência do *conatus* como fundamento primeiro e único da virtude. A virtude não é um modelo, mas uma força interna; é por um lado um processo de interiorização da causalidade, ou seja, quando eu me reconheço como a causa interna de apetites, desejos e ideias, e por outro lado é a instauração de uma nova relação com a exterioridade, quando ela deixa de ser tida como ameaçadora, ou como a única superação possível das minhas carências. In CHAUI, Marilena. *Desejo, paixão e ação na Ética de Espinosa*. São Paulo. Companhia das Letras, 2011, pp. 84-100.

²⁴⁵NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, pp. 200-201.

antropomórfica. Potência e ato não se distinguem, e a necessidade somente é conhecida na lógica de cada processo.

A livre necessidade é a atualidade do processo constitutivo que se torna explícita como potência ontológica dinamicamente estendida. (...) A livre necessidade é então a fundação da política spinozista (...) o que é fundador é a inerência constitutiva da prática à experiência, ao dado modal.²⁴⁶

A potência ou *conatus* se define pelas afecções, ou seja, pelo poder de afetar e ser afetado, o que conduz ao par antinômico da *potentia x potestas*. Como explica Negri, “potência como inerência, dinâmica e constitutiva, do uno e da multiplicidade, da inteligência e do corpo, da liberdade e da necessidade – potência contra poder – lá onde o poder se projeta como subordinação da multiplicidade, da inteligência, da liberdade, da potência.”²⁴⁷ Dentro dessa concepção, a *potestas* somente pode ser entendida como função subordinada à *potentia*, função em direção à constituição e sempre se colocando contra o poder.²⁴⁸

O *conatus*, que para Negri é um conceito individualista na primeira fundação, devém um conceito coletivo na segunda fundação²⁴⁹, expandindo-se e ganhando maior densidade ontológica na dinâmica interindividual. A recusa spinozista da unidade contida na metáfora do absolutismo representa a consideração do coletivo como solução ontológica.²⁵⁰ A força do antagonismo está, portanto, sempre presente nessa dinâmica dos afetos, e é através dela que se atinge níveis cada vez mais altos de liberdade.

Aqui o ser crítico, o ser conflitual, o ser antagônico se torna chave, ao mesmo tempo, de maior perfeição ontológica e de maior liberdade ética. Sem que nunca essas potências se achatem, ao contrário, impondo um crescimento seu que é medida da potência do próprio antagonismo, da vida.²⁵¹

Assim, o antagonismo do estado de natureza é constitutivo e deve ser temperado nas relações inter-humanas através do trabalho coletivo, para que as

²⁴⁶ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 247.

²⁴⁷ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 248.

²⁴⁸ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, 249.

²⁴⁹ MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Mordenity and the Multitude*. Cambridge, Polity Press, 2012, p. 125.

²⁵⁰ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 186.

²⁵¹ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 208.

paixões alegres associadas aos aumentos da potência de corpo e mente predominem sobre as paixões tristes produzidas pela perda de potência.²⁵² E o político é o campo sobre o qual se desenvolve essa atividade constitutiva do homem. Spinoza pensa a questão da composição das relações, da organização dos encontros, pela lógica da conveniência, quer dizer, pela racionalidade no agenciamento dos encontros e direitos na busca do bem comum que é a lógica da multidão. Para Negri, os comentadores que insistem na identidade da descrição spinozista e hobbesiana do estado de natureza insistem no óbvio, ou seja, naquilo que é comum no século XVII: a descoberta do caráter antagonístico da acumulação capitalista. Mas as soluções propostas diferem radicalmente. Enquanto Hobbes inscreve o conceito de força produtiva na relação de produção e no conceito de obrigação, usando o contrato como esquema de um processo constitutivo, Spinoza propõe que o antagonismo seja temperado nas relações inter-humanas, negando a distinção entre sociedade civil e Estado, outra ficção funcional para a ideologia da relação de produção.²⁵³

O estado natural é um cenário antagonístico e a autonomia do sujeito nele se apresenta como antagonismo, violência, confronto de autonomias, de *cupiditates* (...) Esse cenário antagonístico não se coloca dentro de um movimento dialético, mas dentro de uma operação de deslocamento do ser (...) De modo que o problema da solução não toca a possíveis pacificações, mas abre-se ao risco da construção do ser (...) Esse antagonismo é então, ele mesmo, constitutivo. A autonomia do sujeito deve se abrandar na relação inter-humana (...) Essa passagem é fundamental: a dimensão coletiva desloca o processo antagonístico do ser.²⁵⁴

O trabalho desenvolvido no *Tratado Teológico-Político* e na segunda camada da *Ética* conduziram a pesquisa até um ponto de amadurecimento onde o *Tratado Político* aparece como um produto inexorável.²⁵⁵ E o termo *multitudo* é retirado do *Tratado Político* designando a multiplicidade das singularidades cuja dinâmica potente e antagonista reconstrói o tecido social. Com a *multitudo*, diz Negri, “Spinoza rejeita o que parece ser as características fundamentais das filosofias do direito natural: a concepção absoluta da fundação individual e a

²⁵² MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Modernity and the Multitude*. Cambridge, Polity Press, 2012, p. 125.

²⁵³ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 191.

²⁵⁴ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 251.

²⁵⁵ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 243.

concepção absoluta da passagem contratual. E em oposição a esses fundamentais absolutos, o pensamento de Spinoza propõe uma física da sociedade: em outras palavras, uma mecânica das pressões individuais e uma dinâmica das relações associativas.”²⁵⁶

A *multitudo* se opõe às teses do direito natural e do contrato social porque representa a natureza imanente e coletiva da formação subjetiva. É bem verdade que Spinoza apresenta um conceito de direito natural, mas tal conceito em tudo difere daquele de natureza individualista cunhado no século XVII, e vem esclarecido na seguinte passagem:.

Se a potência pela qual as coisas naturais existem e agem é a própria potência de Deus, é fácil compreender-se o que seja o direito natural (...) Cada coisa natural tem por natureza tanto direito quanto potência a existir e a agir: já que a potência pela qual cada coisa natural existe e age não é outra senão a própria potência de Deus, a qual é absolutamente livre (...) O direito natural é então a própria lei da natureza, em sua imediatez, expressão direta da cupiditas, prolongamento, projeção do conatus.²⁵⁷

Para Spinoza, portanto, o direito é a potência que possui cada indivíduo para perseverar na sua própria existência (*conatus*), e a passagem para a vida em sociedade não implica no aniquilamento ou na transferência dessa potência, mas no deslocamento destes antagonismos com vistas a uma organização social mais complexa.²⁵⁸ A passagem do individual ao geral se dá em termos coletivos, não se tratando de transferência de direitos, mas de constituição coletiva.²⁵⁹ Daí advém o conceito de razão em Spinoza: dentro da dinâmica do *conatus*, saber organizar os encontros, agenciar seus direitos (potências) com outros direitos e potências, na busca do comum, que é a lógica da multidão. Sendo assim, os sujeitos que se juntam para formar a sociedade sempre retêm o poder para reabrir o processo constitutivo da ordem social, e seus antagonismos não se resolvem dentro das categorias abstratas e transcendentais do comando, seja aquele ditado pelo absolutismo monárquico ou pelo mercado burguês.²⁶⁰

²⁵⁶ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 154.

²⁵⁷ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 250.

²⁵⁸ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, pp. 155-156.

²⁵⁹ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 254.

²⁶⁰ MURPHY, Timothy. *Antonio Negri – Mordenity and the Multitude*. Cambridge, Polity Press, 2012, p. 126

Nesse cenário, os direitos que todos adquirem juntos serão tanto maiores quanto mais indivíduos se juntam nessa relação coletiva e antagonica. “Essa passagem é fundamental: a dimensão coletiva desloca o processo antagonístico do ser. (...) Os mais numerosos, a partir justamente da natural inimizade que forma seu comportamento, começam a constituir o corpo político e jurídico. É uma física política.”. Aqui não existe contrato, existe a potência de uma massa de gente que organiza a vida política institucional a partir daquilo que mais convém àquela potência coletiva.

De tudo que foi dito extraem-se consequências importantíssimas: não distinguindo entre o fundamento de legitimação e de exercício do poder, para Spinoza não existe o conceito de sociedade civil como elemento intermediário entre o estado natural e o Estado político. Sociedade civil e Estado político se imbricam completamente, como momentos inseparáveis da associação e do antagonismo que se produzem na constituição²⁶¹. Em outros termos, eliminando a transcendência, Spinoza desmistifica completamente a autonomia do político, dando a Negri mais um argumento na polêmica contra o movimento oficial de classe e, sobretudo, o Partido Comunista Italiano que a utilizou para justificar sua participação no Compromisso Histórico. Além disso, Spinoza constrói uma concepção de poder como função subordinada à potência social da *multitudo* – o direito civil é a potência da *multitudo* --, portanto constitucionalmente organizada e necessariamente movida pelo antagonismo dos sujeitos e pela hegemonia das forças produtivas contra o comando.²⁶²

Negri sustenta que, na reconstrução do sistema, Spinoza elimina o problema da *relação* que está na base de todas as filosofias idealistas e que submetem a iniciativa do múltiplo a uma síntese transcendente. As filosofias do século XVII em geral introduziram a mediação das paixões no processo de apropriação da natureza, determinando a sua sujeição às necessidades da organização social e do mercado, ou seja, como base de legitimação de uma norma de dominação. Esse processo de mediação, diz, é verdadeira dialética que não constitui nada porque sua norma é implícita, é “causa formal e não causa

²⁶¹ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 257.

²⁶² NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, pp. 257-259.

eficiente”.²⁶³ Spinoza, ao contrário, recusa essa separação burguesa entre força produtiva e apropriação e insiste que o fundamento do processo constitutivo reside na materialidade dos desejos apropriativos, ou seja, das paixões, que são a única realidade efetiva a partir da qual se pode fazer uma análise do concreto, “e a lei constitutiva da associação política é absolutamente material e irredutível à moral e à razão, não podendo se basear na virtude individual de um de seus administradores nem num projeto de individualidade.”²⁶⁴ Nesse contexto, o político é o terreno imanente do consenso e da organização para a liberdade coletiva, e a sociedade resulta da trama do desenvolvimento da força produtiva²⁶⁵. O pensamento maduro de Spinoza, diz Negri, é a metafísica da força produtiva que recusa a ruptura transcendente do mercado e interpreta a relação entre tensão apropriativa e força produtiva como tecido de liberação²⁶⁶. “Em Spinoza a força produtiva não se sujeita a nada que não seja a si mesma, e em particular se subtrai à dominação das relações de produção.”²⁶⁷

Quando em Spinoza ocorre o reencontro da força produtiva com a sua potência, aquela se torna imediatamente constituição, e a constituição é a forma na qual a força produtiva revela e articula o ser transformando o fazer humano numa segunda natureza.²⁶⁸ Spinoza mostra o ser como produção, e a segunda natureza é o mundo feito pelos homens a partir da imaginação coletiva da humanidade e do seu desejo de apropriação da natureza. No plano político, essa relação se desdobra através do conceito de *multitudo*, expressando na física dos comportamentos coletivos a redução da multiplicidade à unidade do coletivo como potência prática de normatividade das relações sociais.²⁶⁹ “A constituição política é uma máquina de produção da segunda natureza, de apropriação transformadora da natureza, e

²⁶³ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 183.

²⁶⁴ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 245.

²⁶⁵ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 279

²⁶⁶ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 278

²⁶⁷ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 282.

²⁶⁸ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 283.

²⁶⁹ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 283.

portanto de elisão ou destruição do poder.”²⁷⁰ Spinoza exprime de forma absoluta na constituição política essa relação social produtiva, e nisso reside o caráter revolucionário do seu pensamento.²⁷¹ Na democracia de Spinoza a potência imanente da *multitudo* é uma ordem social aberta fundada no consenso ativo, e não no sistema fechado passivo da representação. Essa permanente abertura do processo coletivo é o que faz da democracia o melhor governo, porque maximiza a possibilidade de encontros alegres que aumentam a potência do corpo e da mente, e o único governo genuinamente absoluto. Absoluto não porque relacionado a alguma forma de comando absolutista, mas porque baseado na abertura desse processo contínuo de recriação e reinvenção.

Negri traduz a reversão da produção em princípio de uma ontologia constitutiva em símbolo da liberação das forças produtivas no que concerne às relações de produção e seu substituto estatal – o comando, sendo, portanto, para ele, o princípio da revolução na base da filosofia moderna.²⁷² A relação produtiva está subordinada à força produtiva, o que significa dizer que, antes da relação, instaura-se, como momento fundamental, a potência. O poder subordina-se à potência, e a constituição política é sempre movida pela resistência ao poder.²⁷³ “O poder é superstição, organização do medo, não ser: a potência se opõe a ele constituindo-se coletivamente.”²⁷⁴ A identidade *produção-constituição* põe termo, assim, à dialética do poder e instaura a perspectiva da potência.

Eliminando a relação (de produção capitalista) e apresentando-se de forma imediata como constituição, a força produtiva expõe a possibilidade de reconstrução do mundo segundo o desejo e as necessidades coletivas das massas, e este é o ponto a partir do qual, para Negri, deve ser pensada a questão atual do comunismo. A transição não se dá na forma de uma utopia linear (socialismo real), mas sim como deslocamento antagônico das potências.

²⁷⁰ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 285.

²⁷¹ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 259.

²⁷² NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 285.

²⁷³ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 285.

²⁷⁴ NEGRI, Antonio. *A Anomalia Selvagem – Poder e Potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, p. 285.

Na época atual, em que a ruptura da dialética já é um fato definitivo e poder e potência se apresentam como antagonismo absoluto e irreversível, Spinoza é a chave para Negri começar a pensar a militância comunista como a construção, a partir da necessidade e do vazio instaurados pela passagem à subsunção real, de um “*nós desejante*”. Da necessidade ao desejo... Negri apreende a revolução como esse processo constituinte contínuo da potência coletiva, que nunca se fecha em formas institucionais pré-fixadas mas, ao contrário, se abre às novas formas de necessidades, consumo, comportamentos, níveis de organização, capacidades de expressão, coesão e cooperação. Esse processo que acontece, 1968 demonstrou, no campo da reprodução, movido pelas necessidades e desejos dos novos sujeitos produtivos que lá começaram a despontar.

3.4 Potência e Poder Constituinte

As novas condições ontológicas instauradas com a passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho no capital mudaram os paradigmas da crise capitalista que, desde os primórdios da modernidade, recorria à dialética como tentativa de superar as suas contradições. Com efeito, a partir de 1968, a perda de toda e qualquer possibilidade de medida de valor para o trabalho – traduzida na impossibilidade de separação entre valor de uso e valor de troca, entre tempo de trabalho e tempo da vida – exacerbou o nível do antagonismo entre capital e trabalho, rompendo com qualquer possibilidade de sua recuperação numa síntese dialética, como ocorrera na história da metafísica europeia moderna e contemporânea desde a origem do capitalismo, para dar conta de suas crises e contradições.

É justamente sob essas novas condições, no vazio ontológico produzido pela subsunção real, que Antonio Negri inicia o movimento de pensar a luta comunista fora de qualquer resquício de dialética, pura e simplesmente do ponto de vista da afirmação da potência. O eixo central de seu pensamento se estabelece na tríade Maquiavel-Spinoza-Marx, autores que ele situa à margem daquela metafísica hegemônica da modernidade que sempre recorreu à transcendência e à

unidade para anular a potência e a diversidade da multidão. Dessa forma, o Príncipe de Maquiavel é potência coletiva alimentada pela luta, que rompe a inércia do tempo num processo atravessado pelo princípio da desunião social. Spinoza recupera a trama maquiaveliana definindo-a no horizonte da grande metafísica, e o campo político é formado pela expansão progressiva e irrefreável do desejo (*cupiditas*) como força determinante do processo de constituição do social.²⁷⁵ Marx reinstala essa potência no campo da possibilidade material. A força criadora torna-se tão concreta quanto a força produtiva no mundo contemporâneo.²⁷⁶ Esse esforço de Negri, que ocorre num momento de derrota tanto pessoal quanto política, vai leva-lo a desenvolver, já no período de exílio na França, um conceito radicalmente ontológico de poder constituinte e uma nova proposta de racionalidade alternativa à razão instrumental que dita o ritmo da sociedade capitalista e impõe o comando do seu Estado.

Assim é que, a trama spinozana identificada na desutopia da relação entre multidão e potência tem uma forma política. Essa forma política é a do poder constituinte, diz Negri.²⁷⁷ O poder constituinte vive na crise e no antagonismo da relação entre potência produtiva da sociedade e a legitimação do Estado, no confronto entre *virtù* e *fortuna*, entre trabalho vivo da sociedade e trabalho morto acumulado pelo poder, que caracteriza a sociedade capitalista desde a sua formação. Nesse embate, que é também o embate entre duas temporalidades irreduzíveis, há um processo de acumulação ontológica que imprime ao poder constituinte um movimento tendencial irreversível, absoluto e sempre ressurgente, que nunca se fecha numa perspectiva unitária. E, ao lado desse processo de acumulação ontológica, existe tanto na origem quanto na crise do poder constituinte a tensão de uma multidão que procura se tornar sujeito absoluto do processo da potência.²⁷⁸ O sujeito é assim o ponto sobre o qual se estabelece a constituição da potência e, dentro desse processo no qual a multidão é

²⁷⁵ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaios sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti, 2ª edição, Rio de Janeiro, Lamparina, 2015, p. 318.

²⁷⁶ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaios sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti, 2ª edição, Rio de Janeiro, Lamparina, 2015, p. 318.

²⁷⁷ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaios sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti, 2ª edição, Rio de Janeiro, Lamparina, 2015, p. 336.

²⁷⁸ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaios sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti, 2ª edição, Rio de Janeiro, Lamparina, 2015, p. 339.

reconduzida à potência, ela própria se descobre como sujeito.²⁷⁹ O poder constituinte é assim o trabalho vivo da multidão, é a multidão em movimento.

A racionalidade moderna é uma lógica linear que reconduz a multidão dos sujeitos à unidade e controla sua diversidade por meio da dialética, e instrumentaliza o trabalho vivo para a obtenção de lucro para o capital. Contra ela, e a partir do conceito de poder constituinte assim construído, Negri propõe uma nova racionalidade, com sede ontológica, baseada na relação entre potência e multidão. Trata-se de uma racionalidade que opõe, em primeiro lugar, a *criação* contra os limites impostos pela medida, pois o poder constituinte é desmedido, sua única medida é a ilimitação da multidão, a versatilidade das suas relações que determinam a sua dinâmica real. Em segundo lugar, a nova racionalidade opõe *procedimento- processo* contra a rigidez da máquina constitucional, o que significa que, nesse processo, não se aplicam normas gerais e abstratas, mas se constituem constelações de interesses e relações que são sempre reavaliados. Dentro dessa lógica, a soberania jamais se separa de sua origem, e se organiza na relação entre origem e exercício. Em terceiro lugar, a nova racionalidade proposta por Negri opõe a igualdade contra o privilégio, pois o privilégio é incompatível com o movimento constitutivo do trabalho vivo. Em quarto lugar, a racionalidade alternativa à razão moderna opõe *diversidade e uniformidade*, vislumbrando na riqueza de individualidades iguais e irreduzíveis a chave de sua lógica. Como diz Negri, o poder constituinte não se forma como redução das singularidades ao uno, mas como lugar de sua imbricação e expansão. Por último, a nova racionalidade opõe *cooperação da multidão ao comando* do poder, a pulsação viva que é a única forma de reprodução da vida contra a sua expropriação pelo poder constituído.²⁸⁰ “O poder constituinte cumpre aqui a sua função ontológica: construir o ser novo, construir uma nova natureza na história. Um novo mundo da vida. (...) A nova racionalidade é adequada à construção do mundo novo.”²⁸¹

Sobre essas premissas, Negri conclui que não existe definição de política fora do conceito de poder constituinte. Para longe de toda e qualquer dialética, a

²⁷⁹ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaios sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti, 2ª edição, Rio de Janeiro, Lamparina, 2015, p. 339.

²⁸⁰ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaios sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti, 2ª edição, Rio de Janeiro, Lamparina, 2015, p. 344.

²⁸¹ NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaios sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti, 2ª edição, Rio de Janeiro, Lamparina, 2015, p. 345.

política é trabalho vivo da *multitudo*, a “potência ontológica de uma multidão de singularidades cooperantes.”²⁸²

²⁸² NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaios sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti, 2ª edição, Rio de Janeiro, Lamparina, 2015, p. 345.

4 Conclusão

A abordagem construtivista do Renascimento, feita por Negri a partir da oposição maquiaveliana entre *virtù* e *fortuna* como dispositivos distintos de intervenção no tempo, representou o ponto de partida para um projeto afirmativo de reconstrução do sujeito revolucionário e de uma racionalidade alternativa ao projeto vitorioso da modernidade, aquela que serviu para legitimar o modo de produção capitalista e o poder do Estado moderno desde seu nascedouro. Ao debruçar-se sobre o pensamento de Maquiavel, Negri o faz estabelecendo como sua primeira dimensão o problema da mutação, crucial ao próprio Negri para pensar o político na perspectiva da constituição da potência, na perspectiva do antagonismo que não se resolve na síntese dialética. O termo *mutatio*, empregado por Maquiavel para definir, como estrutura do tempo, o antagonismo não dialético entre *virtù* e *fortuna* e a insurgência construtiva da virtude contra a acumulação repetitiva da fortuna, apresenta uma linha descendente em Spinoza e Marx, e está no centro da perspectiva que dominou o trabalho de Negri a partir dos anos 1970. Consiste em compreender a modernidade não como uma representação pronta de um processo de desenvolvimento linear determinado pelo poder e pelo capital, mas como o produto de uma crise, ou seja, de um conflito persistente e não resolúvel entre forças históricas imanentes, construtivas e criadoras e o poder transcendente à procura da restauração da unidade e da ordem.

As novas condições ontológicas instauradas com a passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho no capital mudaram os paradigmas da crise capitalista que, desde os primórdios da modernidade, recorria à dialética como tentativa de superar as suas contradições. Com efeito, a crise do modelo econômico-político baseado na tríade keynesianismo-fordismo-taylorismo, que sustentou o Estado de bem-estar social, e a perda de toda e qualquer possibilidade de medida de valor para o trabalho – traduzida na impossibilidade de separação entre valor de uso e valor de troca, entre tempo de trabalho e tempo da vida – exacerbaram o nível do antagonismo entre capital e trabalho e romperam com

qualquer possibilidade de sua recuperação numa síntese dialética, como ocorrera na história da metafísica europeia moderna e contemporânea desde a origem do capitalismo, para dar conta de suas crises e contradições. Ao mesmo tempo, a crise do sistema e de seus mecanismos regulatórios determinou mudanças no modo de produção que fizeram com que o operário-massa, protagonista das lutas até então centradas no eixo do trabalho assalariado e da jornada de trabalho, perdesse o seu papel de relevância na recomposição de classe. Os levantes de 1968, assim como as lutas que ocorreram nos conturbados anos de 1970 na Itália, expuseram um novo conceito de produção que não se limitava à jornada de trabalho, já que esta se tornara desmedida e atingira a esfera da reprodução do trabalhador, e colocaram no centro dessa produção um novo sujeito das lutas, o operário social. Operário social foi o termo cunhado dentro do movimento italiano denominado operaísmo para designar o novo sujeito das lutas contra o capital – mulheres, jovens, estudantes, negros, etc –, lutas que se desenvolviam agora fora dos muros das fábricas e, portanto, que envolviam demandas não centradas na questão salarial e da jornada de trabalho, como as reivindicações por igualdade, as demandas contra o regime disciplinar e contra todo tipo de hierarquia. Esse novo sujeito social, forjado no antagonismo e na recusa ao trabalho, colocou em ação uma multiplicidade de processos de autovalorização que se davam fora da dialética do capital e do seu modo de produção, deixando claro que o caminho para uma refundação do comunismo não deveria ser trilhado a partir das velhas concepções do socialismo que pregavam uma suposta “autonomia do político”, mas a partir da não separação entre trabalho e potência, entre liberdade e liberação, entre a luta social e a política.

É justamente sob as novas condições de vazio ontológico, tautologia e indiferença produzidas pela subsunção real, bem como nos anos que se seguem com a totalização do capital e do poder, que Negri inicia o movimento de pensar a luta comunista fora de qualquer resquício de dialética, pura e simplesmente do ponto de vista da afirmação da potência. Com o próprio Marx dos *Grundrisse*, Negri encontra uma teoria antagônica que lhe permite demonstrar que toda medida, unidade e equivalência construídas pelo capital se realizam pela violência, e que, por isso, a sua ruptura provoca explosão, separação. O antagonismo ali é demonstrado desde o início e a irreversibilidade é a chave do

processo. Com a leitura dos *Grundrisse*, Negri e os operaístas puderam superar a objetividade das categorias expostas no *Capital* e afirmar que a classe operária, longe se mostrar como mera projeção mecânica da força de trabalho e, portanto, como categoria interna ao capital, poderia ser definida de forma subjetiva como capacidade de mostrar-se como evento de ruptura, que empurra o capital para um novo ciclo de crise e, também, de desenvolvimento e de valorização. No entanto, antevendo o perigo de se manter a relação capital x trabalho como momento fundacional de uma relação ainda dialética, ainda que com a primazia da classe operária, Negri buscou radicalizar a hipótese operaísta para eliminar qualquer resquício de relação, atribuindo nessa análise o momento originário e fundacional não à relação, mas à potência constituinte do trabalho da multidão.

É com a leitura de Spinoza, que acontece no contexto geral de uma revisão crítica do marxismo ortodoxo oficial, que Negri consegue superar aquele resquício de dialética que determina uma diminuição da potência do ser. Spinoza lança um pensamento irreduzível às medidas da modernidade quando afirma que a sociedade política é um produto do desejo e do deslocamento das suas potências, propondo um conceito de racionalidade que nada tem a ver com a razão da tradição filosófica e do século XVII, mas que deve ser entendida como o agenciamento dos encontros – a composição dos corpos e relações – pela lógica da conveniência, o que significa transformar o antagonismo do estado de natureza em aumento da potência do ser social, coletivo. Ao recusar a mediação burguesa das paixões, ou a separação entre força produtiva e apropriação, Spinoza insiste que o fundamento do processo constitutivo reside na materialidade dos desejos apropriativos, ou seja, das paixões, que são a única realidade efetiva a partir da qual se pode fazer uma análise do real.

Em Spinoza, a relação produtiva está subordinada à força produtiva, o que significa dizer que, antes da relação, instaura-se, como momento fundamental, a potência. O poder subordina-se à potência. Eliminando a relação (de produção capitalista) e apresentando-se de forma imediata como constituição, a força produtiva expõe a possibilidade de reconstrução do mundo segundo o desejo e as necessidades coletivas das massas, e este é o ponto a partir do qual, para Negri, deve ser pensada a questão atual do comunismo e da democracia do comum.

No percurso até aqui realizado, pude constatar com Negri, num contexto extremamente dramático da atual democracia brasileira, a importância de se recorrer, sempre, como fundamento da própria existência do poder, aos movimentos reais, isto é, ao poder constituinte na acepção apresentada pelo *cattivo maestro*. Negri demonstra com profunda agudeza que a esfera política não pode ser jamais pensada fora da sociedade, não pode ter uma dinâmica dela desconectada, por mais que a composição momentânea de forças políticas tente apresentar uma estabilidade fundada numa falsa dialética, pois Negri revela que uma crise e um elemento antagônico estão sempre presentes para desestruturar essa relação. A luta de classes forma a tessitura social. Não há, assim, autonomia do político que sustente, por muito tempo, alianças eleitorais e eleitoreiras desconectadas de suas bases constituintes, pois, como ensina Spinoza, o poder subordina-se, sempre, à potência.

O recente processo de *impeachment* que ocorreu no Brasil (2016) e que retirou Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) da Presidência da República, para além do manifesto golpe engendrado por forças políticas e econômicas alijadas nas urnas e por maiorias políticas de ocasião estruturadas com os mais diversos objetivos, desde o aniquilamento, em prol do capital, dos avanços sociais obtidos, até a própria tentativa de auto salvação em investigações de corrupção, lavagem de dinheiro e crimes afins dentro da operação denominada *Lava Jato*, sucedeu também e, principalmente, como resultado de uma crise de legitimação. Essa crise de legitimação, que se fez explosivamente manifesta nas jornadas de 2013 nas grandes capitais brasileiras, foi provocada pelo crescente afastamento das práticas do partido então governista de suas bases de apoio, sobretudo as populares, movido por projetos neodesenvolvimentistas e, já diante da crise econômica, de austeridade fiscal imposta pelo setor financeiro, que expuseram, em nome do pragmatismo e da governabilidade, sua aliança com as piores, mais retrógradas e ferozes forças políticas e econômicas para atacar direitos fundamentais da população, principalmente as mais desfavorecidas social e economicamente. Disso são exemplos as remoções ocorridas para a realização dos megaeventos, apoiados e subsidiados com dinheiro federal, os ajustes econômicos neoliberais para manutenção do pacto de cordialidade com o capital, a adesão ao projeto neoliberal iniciado com o Plano Real de financeirização da economia,

priorizando a transferência de renda para o capital especulativo aos gastos com habitação, urbanismo, trabalho, educação, saúde e saneamento, a incriminação das manifestações de 2013 em diante – que reivindicavam justamente o incremento dessas políticas sociais universais – por meio da “lei antiterrorismo”, a intenção de investida contra as legislações que regulamentam o licenciamento ambiental e as reservas indígenas, os retrocessos no campo do pluralismo político e dos direitos humanos, que teve seu momento emblemático com a nomeação do deputado federal Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos, como moeda de troca para a presidência de outras comissões, etc.

É preciso reconhecer que a política, em nome da boa gestão da institucionalidade, não pode fulminar as possibilidades de luta por mudanças institucionais mais profundas, como tentou fazer o Partido Comunista Italiano durante o governo de coalização do Compromisso Histórico, numa década em que estava se tornando claro que o tempo da democracia liberal e de seus acordos já não mais existia. Apesar de ter produzido, principalmente nos dois governos de Lula, as mudanças mais importantes do país na busca por uma sociedade mais igualitária, o final melancólico, no Brasil, do primeiro ciclo de governo petista significou essa realização, qual seja, a de que é impossível a coexistência pacífica e duradoura entre capital e democracia social. Às políticas sociais implementadas – que seguiram na trilha da redemocratização operada pela Constituição da República de 1988 e seu leque de conquistas formais, de que são maiores exemplos a igualdade política e a constitucionalização de direitos sociais – não se seguiu a construção de uma base institucional sólida que pudesse lhes dar apoio e torná-las estáveis mesmo em circunstâncias desfavoráveis, o que deveria ter acontecido, maquiavelicamente, através de uma maior permeabilidade das estruturas estatais à participação social, para começar a modificar o padrão republicano de relações entre Estado e sociedade que, historicamente no Brasil, se baseia no privilégio das castas políticas e econômicas. Fez-se muito pouco nesse sentido, ao contrário, priorizou-se, no período, o acesso da burocracia sindical às posições estratégicas do governo, reatualizando e reforçando aqueles privilégios, e a crise econômica e o esgotamento do modelo de inclusão baseado na garantia da renda básica, do incremento do emprego formal e do acesso ao consumo abriram espaço para que as forças conservadoras, principalmente do legislativo federal,

atuando com base na chantagem e movido por interesses ocasionais, pautasse a sua agenda. Hoje o que temos, e o resultado das últimas eleições municipais brasileiras mostrou isso, é o sentimento antipolítico, alimentado pelos setores da mídia hegemônica e do capital, que propaga a ideia farsesca de uma sociedade não política na qual as relações sociais se restringiriam à garantia da segurança, dos modos atuais de circulação de riquezas (propriedade) e do funcionamento do mercado, totalmente adequada ao maior princípio ideológico do neoliberalismo que Negri, através da “tríade maldita”, tanto denuncia.

O momento atual brasileiro, principalmente para as esquerdas e para o campo político progressista e democrático, é nebuloso. A única possibilidade de saída está na luta, talvez na recuperação daquele ímpeto revolucionário dos começos das jornadas de junho de 2013 que, assim como os jovens, pobres, mulheres e trabalhadores de 1968, com a sua “pauta difusa”, mostrou que a luta não se restringe aos domínios disciplinares clássicos do capital e do seu Estado. Nas fábricas pós-modernas que são as metrópoles, o trabalho da multidão e a sua exploração perpassam toda a existência, de modo que a luta se transforma em condição de afirmação da própria vida, da liberdade e da subjetividade.

5

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Solitude de Machiavel et autres textes**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Desejo, paixão e ação na Ética de Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **O desafio filosófico de espinoza**. Artigo publicado na Folha de São Paulo, caderno Ilustrada, em 09/01/1994.

COCCO, Giuseppe. **Negri além de Negri**. In: posfácio à edição brasileira de Marx além de Marx. Ciência da crise e da subversão. Caderno de trabalho sobre os Grundrisse. São Paulo: Autonomia Literário, 2016.

FUMAGALLI, Andrea. **O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo cognitivo**. São Leopoldo: Revista IHU Ideias do Instituto Humanitas Unisinos, ano 14, nº 246, vol. 14, ano 2016.

GUATTARI, Félix; Negri, Toni. **Les nouveaux espaces de liberté**. Paris: Lignes, 2010.

GUIMARÃES, Francisco de. **O poder constituinte na perspectiva de Antonio Negri: um conceito muito além da modernidade hegemônica**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

HARVEY, David. **O neoliberalismo. História e implicações**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O trabalho de Dioniso. Para a crítica ao Estado pós-moderno**. Juiz de Fora: Pazulin, 2004.

MORFINO, Vittorio. **Plural temporality. Transindividuality and the aleatory between Spinoza and Althusser.** Chicago: Haymarket Books, 2015.

MURPHY, Timothy. **Antonio Negri. Modernity and the multitude.** Cambridge: Polity Press, 2012.

NEGRI, Antonio. **A anomalia selvagem. Poder e potência em Spinoza.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1983.

_____. **A feminização do trabalho.** Artigo publicado na Folha de São Paulo, caderno Mais!, em 14/06/1998.

_____. **Between 'Historic Compromise' and terrorism.** Artigo retirado da edição inglesa de Le Monde Diplomatique. Disponível em: <http://www.hartford-hwp.com/archives/62/211.html>. Acesso em 24/01/2017 às 14:40.

_____. **Diary of an escape.** Cambridge: Polity Press, 2010.

_____. **Espinosa subversivo e outros escritos.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.

_____. **Exil.** Paris: Éditions Mille et une nuits, 1998.

_____. **Goodbye Mr. Socialism.** La crisis de la izquierda y los nuevos movimientos revolucionários. Barcelona: Paidós, 2007.

_____. **Jó, a força do escravo.** Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____. **La forma-Estado.** Madrid: Akal Ediciones.

_____. **Marx au-delà de Marx.** Paris: Editions L'Harmattan, 2014.

_____. **O desejo que excede a necessidade.** Entrevista concedida a Francesco Raparelli e publicada no jornal Il Manifesto em 12/01/2017. Disponível em: <http://www.unisinos.br/564018-o-desejo-que-excede-a-necessidade-entrevista-com-toni-negri>. Acesso em 24/01/2017 às 14:42.

_____. **O poder constituinte: Ensaio sobre as alternativas da modernidade.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

_____. **Pipeline. Letters from prison.** Cambridge: Polity Press, 2014.

_____. **Spinoza, herói do povo pós-moderno.** Artigo publicado na Folha de São Paulo, em 28/02/1999.

_____. **The political Descartes. Reason, ideology and the bourgeois Project.** Londres: Verso, 2007.

_____. **Time for Revolution**. Nova York: Continuum, 2003.

ROCHA, Maria Cecilia Lessa da. **Trabalho e Estado. Operaísmo e Gênese do Conceito de Trabalho Imaterial**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Rio (Orientador: Mauricio Albuquerque Rocha). Rio de Janeiro, 2013.

SANTIAGO, Homero. Prefácio à edição brasileira de Marx além de Marx. Ciência da crise e da subversão. Caderno de trabalho sobre os Grundrisse. São Paulo: Autonomia Literário, 2016.

SILVA, Valeska Suellen Rodrigues. **A Política da Multidão: A constituição da Democracia do Comum no Pensamento de Antonio Negri**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Rio (orientação prof. Adriano Pilatti). Rio de Janeiro, 2014.

STOLZE, Ted. **Marxist wisdom: Antonio Negri and the book of Job**. In: The philosophy of Antonio Negri. Editado por Timothy Murphy e Abdul-Karim Mustapha. Londres: Pluto Press, 2007.

VIPARELLI, Irene. **Althusser e Negri: Uma complementaridade aporética?** In: Revista de Filosofia Princípios. Natal, v. 19, n. 32, Julho/Dezembro de 2012, p. 273-300.